

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO

MARCO ANTÔNIO MEDEIROS DA SILVA

**DIÁLOGO DE SURDOS:
um inventário dos discursos sobre a
estrutura socioeconômica da
campanha gaúcha**

Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut

Orientador

Porto Alegre
2011

MARCO ANTÔNIO MEDEIROS DA SILVA

**DIÁLOGO DE SURDOS:
um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da
campanha gaúcha**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais junto a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut

Porto Alegre

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586d

Silva, Marco Antônio Medeiros da

Diálogo de surdos : um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da campanha gaúcha / Marco Antônio Medeiros da. – Porto Alegre, 2011.

? f. : il.

Diss. (Mestrado em Ciências Sociais) – Fac. de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut.

1. Ciências Sociais. 2. Campanha – Rio Grande do Sul. 3. Análise do Discurso. 4. Discursos Políticos. I. Jungblut, Airton Luiz. II. Título.

CDD 329.01

**Ficha Catalográfica elaborada pelo
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS**

MARCO ANTÔNIO MEDEIROS DA SILVA

**DIÁLOGO DE SURDOS:
um inventário dos discursos sobre a estrutura socioeconômica da
campanha gaúcha**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais junto a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Airton Luiz Jungblut – PUCRS
Orientador

Prof.^a Dr.^a. Claudia Musa Fay
Examinador(a)

Prof.^a. Dr.^a. Lúcia Helena Alves Müller
Examinador(a)

DEDICATÓRIA

*A todos aqueles que defendem o diálogo
e entendem que a discussão central
deva ser a sociedade como um todo.*

AGRADECIMENTOS

À Comissão Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, em especial à Prof^a. Dra. Maria Isabel Mallman; à Prof^a. Dra. Lúcia Helena Alves Müller, pelo seu apoio e por suas orientações eficientes e coerentes. Também, ao Prof. Dr. Rafael Madeira, por suas sugestões e colaboração.

Ao professor e orientador, Dr. Airton Luiz Jungblut, por suas orientações e valiosa contribuição para a execução do presente trabalho. Por sua disponibilidade e empenho para o meu aprimoramento como pesquisador e como educador.

Agradeço também à Rosane Lima de Andrade, funcionária do Programa de Pós-Graduação, pela sua dedicação, eficiência e presteza.

Aos meus filhos, razão maior de todos os meus projetos.

À minha parceira, incentivadora incansável, amiga e esposa Rossana.

Agradeço também a todos os entrevistados, que me concederam seu tempo e atenção, dispondo-se em me auxiliar nesse trabalho.

RESUMO

A presente dissertação trata da campanha gaúcha, a partir da análise dos discursos da intelectualidade sobre a sua historiografia, suas características físicas e culturais, além de alguns aspectos políticos e econômicos. Analisa também o discurso da mídia sobre essa região, dos técnicos do setor da bovinocultura, além de alguns atores que vivenciam esse contexto. Destaca aspectos do discurso hegemônico relacionados à tradição, como também de seus opositores, num jogo que contempla diferentes aspectos ideológicos e posicionamentos sobre visões de mundo que buscam explicar, entre outros fatores, o êxodo populacional das diversas cidades que compõem a fronteira oeste do Rio Grande do Sul. O seu modelo produtivo e seus pontos de discórdia, num diálogo de difícil consenso.

Palavras-chave: análise dos discursos, visões de mundo, campanha gaúcha.

ABSTRACT

The present dissertation deals with the campanha, from the analysis of the discourses of intellectuality on their historiography, cultural and physical characteristics as well as some political and economic aspects. Also examines media discourse about this region. Technicians of cattle sector, as well as some actors who experience this context. Highlights aspects of the hegemonic discourse related to tradition, but also of their opponents in a game that covers different aspects and placements on ideological worldviews that seek to explain, among other factors, the exodus of population of the various cities that make up the western boundary of Rio Grande do Sul. Your production model and their points of contention in a dialogue difficult consensus.

Keywords: analysis of the discourses, worldviews, campanha gaúcha.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa 1: Localização da Campanha Gaúcha.....	21
Figura 2 - Mapa 2: Limite de Unidade Regional.....	24
Figura 3 - Mapa 3: Regiões econômicas na República Velha	42
Figura 4 - Pasto da fazenda vizinha/pasto da fazenda do Luiz	113
Figura 5 - Reservatório de sal vizinho/reservatório de sal Luiz.....	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção - Pecuaristas Estacionários	46
Quadro 2 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção – Pecuaristas Consolidados	47
Quadro 3 - A irrelevância do lucro em contraste com a tradição	48
Quadro 4 - Possíveis investimentos dos pecuaristas	49
Quadro 5 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção – Pecuaristas-Lavoureiros Especializados	52
Quadro 6 - Principais diferenças entre Agricultura Patronal e Familiar.....	61
Quadro 7 - Motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura de corte	62
Quadro 8 - Migrantes nativos do Rio Grande do Sul presentes em outros Estados - 1940-2000.....	66
Quadro 9 - Migrantes Nativos do RGS presentes em outras regiões 2000	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura de corte	48
Gráfico 2 - Possíveis Investimentos dos pecuaristas	49
Gráfico 3 - Nível de intensificação	58
Gráfico 4 - Migrantes nativos do RGS presentes em outros Estados - 1940-2000....	66
Gráfico 5 - Migrantes nativos do RGS presentes em outras regiões - 2000.....	67
Gráfico 6 - Migrantes nativos do RGS presentes em outras regiões - 2001.....	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 A DELIMITAÇÃO DO TEMA E A PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
1.1.1 Algumas questões norteadoras das nossas pesquisas	18
1.2 OBJETIVOS.....	19
1.2.1 Objetivo geral	19
1.2.2 Objetivos específicos	20
1.3 JUSTIFICATIVA	20
1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	22
2 OS ASPECTOS HISTÓRICOS: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA CAMPANHA	25
2.1 O SIMBÓLICO E SUAS BASES MATERIAIS	30
2.2 A TERRA	32
2.3 O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UMA RELAÇÃO SIGNIFICATIVA COM A CONFIGURAÇÃO DA PRODUÇÃO	38
2.3.1 Região e Regionalismo	38
2.3.2 A paisagem e os sistemas agrários	39
2.3.3 A regionalização: os tipos e padrões econômicos de uso do espaço	40
2.3.4 A ação humana	43
2.3.5 A Serra	50
3 ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO SOCIOECONÔMICA	55
3.1 A BAIXA PRODUTIVIDADE	57
3.2 A PECUÁRIA E A ECONOMIA GAÚCHA, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	59
3.3 A FORMAÇÃO DAS OLIGARQUIAS	69
3.4 A CISÃO DAS OLIGARQUIAS	75
3.5 A FARSUL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	77
4 A QUESTÃO AGRÁRIA GAÚCHA EM ALGUNS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	81
4.1 O QUE A CAMPANHA TEM PARA OFERECER COMO POTENCIALIDADE ECONÔMICA?.....	85

5 UMA APROXIMAÇÃO COM OS DISCURSOS DOS ESTANCIEIROS	94
5.1 PRIMEIRAS ENTREVISTAS	98
5.2 AS OBSERVAÇÕES NA CAMPANHA	102
5.3 OS ARRENDAMENTOS	115
5.4 AS EXCEÇÕES QUE CONFIRMAM A REGRA	119
6 QUAL É O JOGO?	122
6.1 O MOVIMENTO ‘VISTORIA ZERO’	124
6.2 A COMISSÃO DO INCRA	127
6.3 O DISCURSO ECOLÓGICO: SEUS DEFENSORES E DETRATORES	131
6.4 SOBRE O <i>MÉTODO VOISIN</i> , O QUE PODE SER COMPROVADO?	132
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS	137
ANEXO A - Prédio desativado de frigorífico se tornou símbolo da falta de oportunidade em Livramento	144
ANEXO B - Debates do Rio Grande - Edições de Bagé, Uruguaiana e Santa do Livramento	145

1 INTRODUÇÃO

A campanha gaúcha pode ser apontada como o centro difusor da cultura e das tradições rio-grandenses, do gauchismo. Seu modelo social e econômico representado pela estância¹ disseminou-se através da literatura, do folclore e dos discursos de suas lideranças que acabaram, de certa forma, incorporando-se à identidade regional. De lá, também se originou a primeira matriz econômica gaúcha, a bovinocultura de corte, base para a produção do charque e pela existência das charqueadas, além das lideranças políticas mais representativas do Rio Grande do Sul. Segundo Pesavento (1997, p. 18) “internamente, o charque foi capaz de constituir no Rio Grande uma camada senhorial enriquecida, sem que, contudo se repetisse no sul a aristocratização da sociedade açucareira nordestina.”

O cenário no qual se desenvolveu essa sociedade caracterizou-se por um espaço geográfico extremamente propício à pecuária, o bioma pampa². Espaço composto por gramíneas nativas de excelente qualidade e de espécies variadas, quase que exclusivas no mundo. Terreno pouco dobrado, levemente ondulado. Índices pluviométricos adequados. Estações bem definidas e com pouca ocorrência de secas. Elementos incorporados e materializados na paisagem³ da campanha rio-grandense (SAADI, 2007; MOREIRA, 2003).

Segundo Pesavento (1997) nesse espaço, os conquistadores ibéricos (portugueses e espanhóis) disputaram, a partir do século XVII, os limites das suas conquistas, pois o Rio Grande apresentava-se como possuindo uma função estratégica. E, apesar da grande diversidade cultural e étnica do Rio Grande, de lá até nossos dias, a tradição e a historiografia regional tendem a

¹ No século XVIII a estância ou fazenda era familiar, comunal e com espírito militar, porque concedida além da linha divisória de Tordesilhas. Ver em: FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997, p. 71.

² Pampa: tipo de formação campestre, com raros arbustos e pequenas árvores, predominância de gramíneas perenes, características da parte meridional da América do Sul, especialmente Argentina, Brasil (RS) e Uruguai.

³ A paisagem se constitui em um conjunto de forma que, em um dado momento, demonstra as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. Visto dessa maneira, a paisagem se apresenta como um conjunto de objetos reais-concretos. Nesse sentido, a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, numa construção transversal. Ver em: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002, p. 103.

unificar nosso tipo social na figura do gaúcho. Construção “cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo, ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc.” (OLIVEN, 2006, p. 66). Todavia, Flores (1996) aponta dois discursos antagônicos acerca do gauchismo: um criado pelo romantismo de João Cezimbra Jacques, Augusto Meyer, Simões Lopes Neto, Alcides Maya, entre outros, que deram ao gaúcho um caráter idealizado de cavaleiro medieval: honesto, valente, sincero, hospitaleiro, etc.. Outro elaborado a partir de documentos, histórias e crônicas de viajantes, como Augusto Saint-Hilaire e Nicolau Dreys, que caracterizavam o gaúcho como “grupo social marginalizado pelos latifundiários e pelo serviço militar da época” (FLORES, 1996, p. 70).

Ainda sobre a nossa formação geográfica e social, as disputas decorrentes da demarcação das fronteiras exigiram o reforço militar da área. “Mais do que nunca, precisava a Coroa portuguesa do concurso dos estancieiros com seus homens para a disputa da terra. Foi, com isso, obrigada a transigir com os senhores de terra outorgando-lhes poder e autoridade” (PESAVETO, 1997, p. 21). Com efeito, essa apropriação militar da terra foi acompanhada (e se tornou possível) pela expansão econômica da pecuária, o que gerou o enriquecimento da sua camada senhorial. Em decorrência disso, conforme Heidrich (2000, p. 16) “a sociedade gaúcha origina-se de uma estrutura patrimonial de acesso ao poder e com assento na economia bastante especializada na estância pastoril”.

Ribeiro (2009) afirma que a região sul do estado, o que inclui a campanha⁴, permaneceu estruturada sobre a estância como lógica militar de defesa, com produção extensiva de gado de corte, poucas manufaturas, basicamente elaboradas a partir do couro, e com pouca diversidade produtiva. O autor justifica a permanência da bovinocultura de corte, em função da contínua instabilidade política. Às guerras e revoluções ocorridas no século XIX e parte do século XX, à instabilidade climática, tida como inadequada

⁴ Ver Mapa 1, página 21.

para a maioria das culturas de grãos, e a existência prévia de gado associada às facilidades de deslocamento e da sua comercialização.

Com a chegada de outros imigrantes europeus ao estado, principalmente alemães e italianos, no decorrer do século XIX iniciou-se a diferenciação entre as regiões. O sul do estado já havia sido relativamente ocupado pelas sesmarias. Em função disso, os imigrantes recém-chegados ocuparam as regiões próximas a Porto Alegre e o norte do estado. Pesavento (1997) afirma que cada família alemã recebeu lotes de 78 ha em 1824, 48 ha em 1948 e as famílias italianas receberam, lotes de 25 ha, em 1875, desenvolvendo atividades agrícolas mais intensivas e diversificadas, além de produtos manufaturados. Ribeiro (2009, p. 17) lembra que “começam a surgir no estado novas formas produtivas, baseadas nas lavouras e no cultivo intensivo da terra, não mais baseada na defesa da terra, mas na busca da sobrevivência e na reprodução familiar.” O que, segundo o autor, representaram as bases da chamada agricultura familiar. Para Fonseca (1983), elementos que somados a proximidade da capital foram determinantes para a sua posição destacada na economia gaúcha e nacional. Mais tarde, expandindo-se para o norte do estado e planalto, daria espaço ao surgimento do *pecuarista-lavoureiro convencional* e o *pecuarista-lavoureiro empresarial* (ANDREATTA, 2009).

Essa estrutura social e econômica, cujo esboço foi descrito acima, enfrenta hoje, uma grave crise que atinge os dez maiores municípios da campanha rio-grandense: Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Livramento, Rosário do Sul, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, provocando o êxodo populacional dessas cidades, de forma acentuada, nos últimos vinte anos. Essa constatação pode ser percebida na reportagem de 11 janeiro de 2009, do jornal Zero Hora sobre a campanha gaúcha: ‘*O Pampa se Esvazia*’. “As grandes cidades do Pampa estão definhando”. Conforme estimativa, desta reportagem: “a Campanha e a Fronteira Oeste teriam expulsado, pela falta de perspectiva de trabalho e de renda, cerca de 60 mil pessoas, somente no período de 2000 à 2007 ” (MELO; LISBOA, 2009, p. 33 a 36). A reportagem destaca, ainda, que a maioria dessas pessoas que abandonam a campanha tem se instalado nas cidades da serra gaúcha,

principalmente Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Nesse sentido, é importante salientar que, segundo Paiva (2009) ao analisar os principais determinantes de desempenho socioeconômico dos municípios gaúchos, pondera que na maioria das vezes as migrações são dados mais significativos para a análise de uma região do que o PIB. Pois,

tomar a renda *per capita* por referência envolve ignorar o papel dos movimentos migratórios de expulsão de habitantes, como indicador de ‘mau desempenho’ e a atração um indicador de ‘bom desempenho’ dos território (PAIVA, 2009, p. 4).

As discussões que buscam explicar a atual conjuntura social e econômica da campanha gaúcha se polarizam entre grupos de técnicos, pecuaristas, políticos e entidades representativas dos pecuaristas. Com efeito, alguns dados sobre os índices de produtividade da bovinocultura de corte, apontada como a principal geradora de riquezas e capaz de recuperar a economia da região, segundo Paiva (2009) e Saadi, (2007), são significativos. Os dados pesquisados revelam que o modelo técnico-produtivo sustentado na pecuária extensiva, tem uma produtividade média histórica, entre “70 e 75 quilos/ha de carne a cada ano, contra 1000 quilos ha/ano da Nova Zelândia, de clima similar ao nosso” (SAADI, 2007, p. 11).

Entre os técnicos do setor existem aqueles que apontam alternativas de baixo custo, como às técnicas de manejo rotativos, capazes de proporcionar aumentos significativos no rendimento kg/ha/ano, já utilizadas desde a década de 1960, como o pastejo rotativo do *Método Voisin* que, que segundo Humberto Sorio Junior (2001, p. 20), consiste em “períodos de pastoreio suficientemente curtos de modo a que não haja rebrote disponível para pastorear e, por conseguinte, as plantas não se esgotem;” Ou ainda como revelam pesquisas que segundo Nabinger (2006), poderiam dinamizar de forma significativa a produtividade da bovinocultura de corte da campanha e a sua economia, como um todo. Para o autor (2006, p. 37):

[...] a produtividade por animal e **o ganho por área pode ser mais do que duplicado** conforme o nível de forragem que disponibilizarmos aos animais. E isto é custo ZERO, pois não houve qualquer outra aplicação de insumo além do manejo da carga para controlar o nível de oferta. E este tipo de insumo, que não custa nada, chama-se “conhecimento aplicado”, que necessita ser incorporado com urgência na produção pecuária do estado. [grifos do autor].

Outro fato relevante nessa análise, segundo Pesavento (1997) e Ribeiro (1995) incorporado na cultura regional, está associado aos arrendamentos de terras, processo que se estende há quase um século e que tem se acentuado, mais recentemente, com o arrendamento para o plantio de soja e de eucalipto, além do arroz, cuja prática nas regiões de várzea da campanha gaúcha está associada, segundo Andreatta (2009), basicamente a dois fatores: complementar as rendas dos fazendeiros e atender à necessidade, sempre crescente de novas terras tornando a prática do arrendamento um fator que caracteriza muito particularmente a rizicultura irrigada no Rio grande do Sul desde os seus primórdios. Desta forma, “[...] Utilizando-se métodos extensivos, a orizicultura penetra já na década de 1920, timidamente, no sul pastoril, o reduto da pecuária.” (FRAQUELLI, 1979, p. 334-335).

Nesse sentido, a historiografia pertinente destaca que, embora tenha sido a base da economia gaúcha, a principal fonte de riquezas do Rio Grande, a pecuária extensiva não desempenhou, tal como o café no centro do país, o papel gerador de capitais que pudesse impulsionar o setor industrial. O aumento da produção, historicamente, se deu de forma quantitativa, pela incorporação dos dois fatores básicos: terra e gado. Seus efeitos estariam associados ao êxodo populacional, pois o “Rio Grande do sul, já nos anos de 1950, apresentava-se como o estado que mais população emigrante fornecia para os outros estados, enquanto que era também a unidade da federação que menos brasileiros recebia.” (PESAVENTO, 1997, p. 124).

Dentro desse contexto, vale ressaltar a importância estratégica que a agropecuária exerce na nossa estrutura econômica e social, pois segundo Saadi (2007, p. 107):

A secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul fez uma avaliação preliminar do impacto do incremento da produção pecuária no PIB do estado. Destacou que o PIB poderia ser substancialmente elevado com a produtividade do setor e, conseqüentemente a renda do campo, com impacto positivo sobre todo o produto estadual. [...] Pela matriz insumo-produto do Rio Grande, a adição de R\$1,00 à cadeia agropecuária teria como resultado R\$ 1,37 no PIB do estado, computados os efeitos diretos e indiretos na economia.

Por outro lado, Abramovay (2009, p. 13) afirma que “a revalorização das regiões interioranas é um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais do início do milênio.” Com efeito, é importante destacar que nas Ciências Sociais tem crescido o interesse e o número de trabalhos que analisam as particularidades regionais, os estudos de casos pontuais, devido a sua diversidade e às rápidas transformações ocorridas no meio rural. Essas abordagens, em muitos casos, veem o rural a partir de um olhar sistêmico, onde se destacam os elementos agrários, inseridos num ecossistema. Suas especificidades regionais: característica biofísica, o uso da terra e as formas de ocupação e, especificamente, no que nos deteremos, os aspectos socioculturais (ANDREATTA, 2009).

Em outras palavras, o contexto rural não pode ser visto apenas pelo seu viés agrícola. Ele é muito mais complexo e requerem outros olhares e observações mais atentas, como as questões relacionadas à família, à inserção social, aos aspectos culturais e de resistência à incorporação de novas técnicas de produção desses atores sociais. Nesse sentido, para que possamos analisar a acumulação de capital, as relações de forças típicas de cada região não podem ser descoladas do seu processo histórico de formação e de seus valores culturais. Pois, para Bourdieu (2008, p. 75):

Qualquer herança material é, propriamente falando, e simultaneamente, uma herança cultural; além disso, os *bens de família* têm como função não só certificar fisicamente a antiguidade e a continuidade da linhagem e, por conseguinte, consagrar sua identidade social, indissociável da permanência no tempo, mas também contribuir praticamente para a sua reprodução moral, ou seja, para a transmissão dos valores, virtudes e competências que servem de fundamento à filiação legítima das dinastias burguesas.

1.1 A DELIMITAÇÃO DO TEMA E A PROBLEMATIZAÇÃO

A presente dissertação busca analisar os discursos que explicam a atual conjuntura sociopolítica e produtiva da campanha gaúcha. Basicamente os aspectos relacionados aos modelos de produção da bovinocultura de corte e da exploração fundiária nos municípios destacados acima, pela sua importância estratégica já referida. Os argumentos das suas instituições representativas, como federações, sindicatos e lideranças políticas, defensores do atual modelo. E, por outro lado, seus opositores. Produtores rurais, técnicos e intelectuais. Para tanto, usaremos o referencial teórico das ciências sociais, contextualizando sociologicamente esses pensamentos, seus produtores e reprodutores, além de problematizar os seus conteúdos.

1.1.1 Algumas questões norteadoras das nossas pesquisas

1. Por que os índices de produtividade da bovinocultura de corte da campanha gaúcha são geralmente omitidos nos discursos dos pecuaristas? Quais os índices de produtividade das regiões e países com biomas semelhantes? Quais os argumentos que sustentam a manutenção das formas tradicionais extensivas de produção e de gerenciamento técnico? Quais os argumentos contrários a esse modelo tradicional?

2. O que dizem as instituições representativas e lideranças políticas dos pecuaristas da campanha e de seus opositores sobre as questões relacionadas às novas técnicas de manejo e sobre as alternativas de incremento à produtividade e de desenvolvimento econômico e social? Como são percebidas as potencialidades e as necessidades de mudança dos aspectos técnicos e de gerenciamentos, pelos opositores a esse modelo? Como essa questão é tratada na mídia?

3. Quais as influências dos aspectos culturais e do processo histórico de formação da campanha gaúcha e nas suas instituições? Quais as diferenças e de que forma podem ser associadas às resultantes das atuais conjunturas nas diferentes regiões do nosso estado?

Assim, o fio condutor deste trabalho será construído a partir da análise dos antagonismos que se estabeleceram entre os diferentes discursos que tratam dos aspectos sociais, econômicos e políticos da campanha gaúcha. De um lado os discursos dos pecuaristas, técnicos, lideranças políticas e suas instituições representativas, defensoras do atual modelo. De outro, os seus opositores, os técnicos, intelectuais e produtores rurais que defendem outras técnicas e modelos de produção e de estruturas sociais, para a agropecuária como um todo e, para a campanha gaúcha, em particular.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desse trabalho é o de fazer um inventário dos discursos que buscam explicar a atual conjuntura social e econômica da campanha gaúcha, pois se percebe um embate técnico no que diz respeito aos aspectos relacionados à produtividade da bovinocultura de corte, uma das principais fontes geradora de recursos da campanha gaúcha. De um lado o discurso dos pecuaristas e das suas entidades representativas, assim como seus técnicos, que defendem o atual modelo por ser o que historicamente atendeu as necessidades do produtor, com baixos custos. E, mais recentemente, de que o referido modelo é ecologicamente correto, pois preservou em grande parte o bioma pampa. De outro lado, os opositores do atual modelo: técnicos, produtores e intelectuais que contrastam os avanços técnicos da agricultura gaúcha e brasileira, com os da bovinocultura, que, segundo estes, mantêm os mesmos

índices de produtividade do século XIX. Fator apontado como o principal responsável pela atual conjuntura social e econômica da campanha gaúcha.

1.2.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- analisar o discurso historiográfico sobre os pecuaristas “estancieiros” da Campanha gaúcha, identificando, a partir desses elementos a ocupação da terra e dos processos daí decorrentes: os fatores políticos, econômicos e sociais;
- analisar os discursos dos estancieiros e das entidades representativas da bovinocultura, no que se refere a sua articulação com a estrutura fundiária e agrária da campanha gaúcha;
- interpretar os discursos dos opositores ao modelo estruturado na bovinocultura de corte extensiva, seus argumentos e alternativas;
- identificar os aspectos ideológicos contidos nos discursos dos diferentes grupos. Suas particularidades e características;
- evidenciar qual o jogo proposto nesse embate;
- analisar como algumas dessas questões relacionadas com os itens acima são tratadas pela mídia;

1.3 JUSTIFICATIVA

O êxodo populacional da campanha gaúcha, já referido acima, não é recente. Pesavento (1997, p. 124) afirma que: “O Rio Grande, nos anos 50, apresentava-se como o estado que mais população emigrante fornecia para os outros estados, enquanto que era também a unidade da federação que menos

brasileiros recebia.” Por outro lado, a ruralidade, segundo Abramovay (2009, p. 13) “tem condições de proporcionar a revalorização das regiões interioranas”, o que pode ser considerado um modelo alternativo ao das grandes cidades. Todavia, esse processo histórico se intensifica, como afirmam os dados do IBGE, na reportagem de Zero Hora de 11 de janeiro de 2009, “*O Pampa se esvazia*”, acima mencionada. Essa realidade contrasta com as potencialidades da região, outrora a mais rica do nosso estado e, ainda hoje, detentora de um dos biomas mais favoráveis à pecuária, no mundo.

Com efeito, a relevância do tema proposto está em buscar, através da análise dos discursos, um maior entendimento sobre essa região e suas instituições sociais. Expor os diferentes posicionamentos e justificativas para a atual conjuntura e para a manutenção dos índices de produtividade históricos da bovinocultura de corte. Seus métodos e suas implicações, no que se refere à geração de emprego e de renda, a partir do que dizem os seus defensores e opositores.

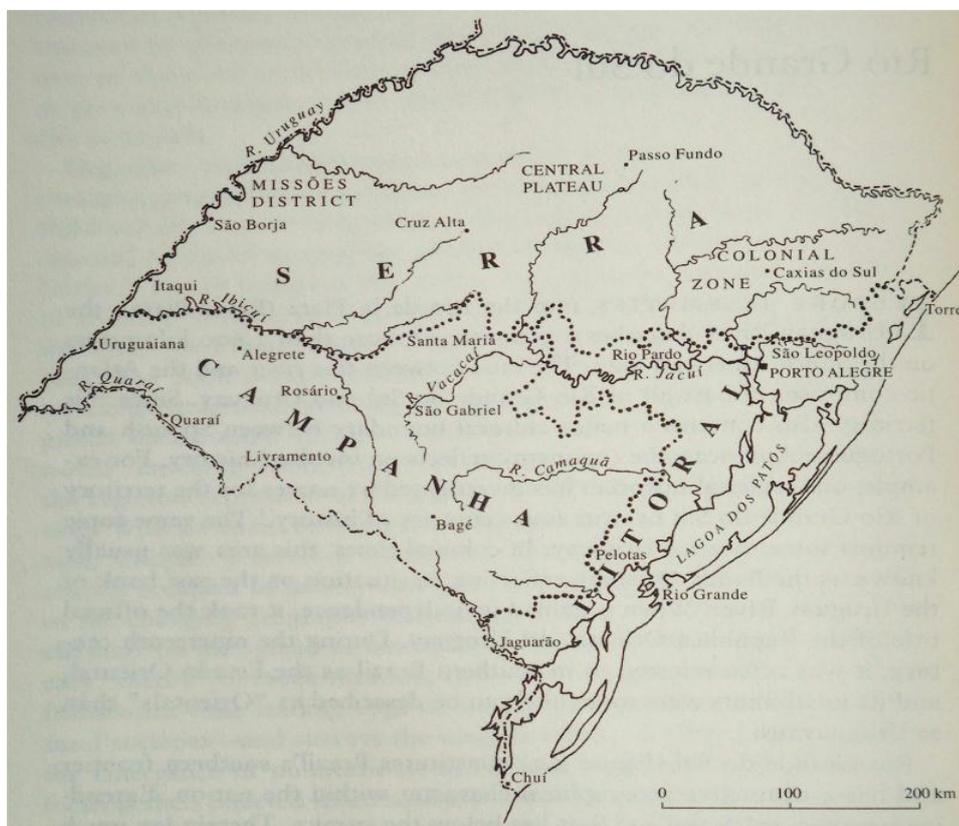


Figura 1 - Mapa 1: Localização da Campanha Gaúcha
Fonte: BORNHOLDT, (2008, p. 9).

1.4 A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Para atingir os objetivos propostos, a dissertação está organizada em introdução, seis capítulos e considerações finais. No segundo capítulo, trataremos de alguns discursos que compõem a historiografia regional. Especialmente, no que diz respeito ao processo de ocupação da campanha gaúcha e a sua estrutura fundiária. Os grupos sociais, suas origens, características culturais e a formação das estâncias. A visão de mundo já incorporada no nível do *habitus*⁵ e entendida aqui, como formadora dos elementos simbólicos desses grupos sociais. De que forma essa visão influencia seus discursos. Ainda nesse mesmo capítulo buscaremos expor de maneira objetiva uma das linhas teóricas que orientam esta dissertação: o espaço geográfico. Suas características; os tipos e padrões econômicos de uso do espaço. A paisagem e sua influência na dinâmica histórico-cultural. Assim, assume-se que as perspectivas geográficas possuem uma relação significativa com a configuração da produção.

No terceiro capítulo, analisaremos os discursos sobre a política e a economia. Primeiro numa perspectiva ampla: a inserção do Rio Grande do Sul na sociedade brasileira para num segundo momento analisaremos os aspectos do discurso sobre a campanha e a formação das oligarquias regionais; a sociedade e o uso da terra, os seus aspectos técnicos e produtivos. Também analisaremos nesse capítulo o discurso da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul - FARSUL, instituição representativa do discurso hegemônico sobre a questão agrária no Rio Grande do Sul e sua participação em alguns episódios como porta-voz do patronato rural.

⁵ Segundo Bordieu o conceito de *habitus* busca enfatizar a dimensão de um passado adquirido, podendo ser definido como um sistema de disposições duráveis, *estruturas* predispostas a funcionar como *estruturas estruturantes*, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente 'regulamentadas' e 'reguladas' sem que por isso sejam o produto de obediência das regras objetivamente adaptadas todas a um fim, sem que se tenha necessidade de projeção consciente desse fim ou do domínio das operações para atingi-lo, mas sendo ao mesmo tempo, coletivamente orquestrada sem terem o produto da ação organizada de um maestro. Ver em: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & Identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 15.

No quarto capítulo analisaremos os discursos sobre a questão agrária em alguns meios de comunicação. Analisaremos os seus aspectos denotativos e conotativos, a abordagem dos temas, o nível de informação e os seus principais enfoques. No quinto capítulo, relataremos alguns depoimentos e entrevistas de alguns atores diretamente envolvidos com a bovinocultura de corte e com as instituições sociais da campanha gaúcha, realizadas entre os meses de setembro de 2009 e junho de 2010. Esses relatos têm por objetivo ‘materializar’ as informações e as falas desse diferentes grupos. Dar voz e nome a esses atores que fazem parte desse universo. Para tanto, o tipo de pesquisa utilizado foi o de *amostragem ajuizada*: aquela em que o pesquisador acredita ser representativa da população. Utilizado em amostras reduzidas a partir de ferramentas fornecidas por peritos com profundo e pormenorizado conhecimento dos elementos que constituem a sua amostra (GESSER; DALPIAZ, 2007).

No sexto e último capítulo tentaremos demonstrar *qual é o jogo* no embate travado entre os atores envolvidos: pecuaristas, técnicos e intelectuais, além de algumas instituições representativas desses atores. Os movimentos sociais e suas reivindicações, assim como o movimento denominado ‘Vistoria Zero’ que ganhou destaque na mídia. O seu embate com o INCRA e os desdobramentos desse episódio no que se refere à questão agrária, especificamente da bovinocultura de corte.

Por fim, nas considerações finais exporemos as principais contribuições da pesquisa, assim como os seus limites, no sentido de agregar novos elementos para entender o jogo de forças que operam no cenário da campanha gaúcha.

A delimitação, portanto, será a dos municípios citados (fronteiras oeste e sul) que denominaremos simplesmente de campanha, com base na regionalização tradicional que se apoia em critérios de homogeneidade física. Já, no que diz respeito à delimitação do período, entendemos que esse deva ser estabelecido a partir da implantação e do *Método Voisin* na campanha, na década de 1960, no município de Bagé (Ver Mapa n. 2, p. 24). Mais especificamente na Fazenda Conquista, em 1964. Fato que demonstra o

aspecto empírico de um estudo desenvolvido nos “campos nativos não lavrados e não adubados, portanto de baixo custo e taxa de retorno de 60%” com sucesso na região em da campanha (SORIO JUNIOR, 2000, p. 34).



Figura 2 - Mapa 2: Limite de Unidade Regional
Fonte: MOREIRA, (2003, p. 72).

2 OS ASPECTOS HISTÓRICOS: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA CAMPANHA

Segundo Abramovay (2001) e Gala (2003) o *institucionalismo* de Douglass North defende que o crescimento tem por base a matriz institucional. As instituições, a organização e as representações mentais, estariam no centro da sociedade humana. As regras, normas e valores que orientam o dia a dia são vistos por North como elementos que reduzem as incertezas dos indivíduos. Nesse sentido, passaremos a descrever alguns aspectos representativos do discurso da historiografia regional e da formação das suas respectivas instituições. Em especial, a estância, que se constituiu, segundo Roche (1969) na célula fundamental da formação da campanha gaúcha. Instituição que serviu de base para o poder local, para geração de riquezas e que, por consequência, estabeleceu os limites das nossas fronteiras.

Vários estudos: Flores (1997), Maestri (2006), Pesavento (1997) Targa (1998) afirmam que esse processo de ocupação, diferente de outras regiões, se deu a partir de um contexto de disputas e de guerras entre Espanha e Portugal, depois entre os vizinhos platinos: Argentina e Uruguai, onde a figura do caudilho esteve permanentemente associada aos estancieiros. Após tentativas do plantio de trigo os primeiros imigrantes ibéricos optaram pela pecuária. Opção essa que se explica pelas condições naturais extremamente favoráveis, como já mencionadas acima.

Alguns fatores tornaram-se determinantes para a fixação dos estancieiros nessa região, pois de acordo com Pesavento (1994), já em 1605, os jesuítas estabeleceram as reduções nessas regiões e em 1640, juntamente com os índios, partiram para a outra margem do Rio Uruguai, deixando o gado solto pelas pradarias. No ano de 1682, os jesuítas fundaram os Sete Povos das Missões (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luis Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo), onde separavam parte do gado para uma nova reserva chamada Vacaria dos Pinhais ou Campos de Vacaria.

Até então, apenas os jesuítas e os índios haviam se estabelecido nessas regiões. O gado bovino solto nos campos do pampa tornara-se objeto de caça para o comércio de couro, que somada à produção da erva-mate, constituía-se nas atividades de subsistência desses grupos. Porém, segundo a referida historiografia, essas atividades logo despertaram o interesse dos colonizadores, culminando na aliança entre Portugal e Espanha e na expulsão dos jesuítas em 1768. Ribeiro (1995) lembra que no começo do século XVIII os paulistas se instalaram na região como criadores, pois seu interesse era o de arrebanhar e aquerenciar gado. Mais tarde, criar cavalos e muares para vender nas regiões de mineração de ouro. Todavia, o mesmo autor defende a ideia de que o mais provável é que os antigos tropeiros que abasteciam as minas com gado muar fossem intermediários dos verdadeiros criadores, estancieiros de *Corrientes* e Santa Fé, na Argentina, visto que esses haviam se especializado na produção de gado muar para as minas de prata de *Potosi*. De acordo com Pesavento (1997), a ligação entre a Colônia de Sacramento e Laguna, posteriormente com as feiras de Sorocaba, São Paulo, estimulou a preia do gado, para extração do couro, mais tarde a carne para alimentar os trabalhadores, principalmente das fazendas de café e de cana-de-açúcar do centro do país. Aspectos esses que teriam determinado a ocupação do pamapa.

Maestri (2006, p. 70) afirma que “as técnicas pastoris sulinas são continuação do missioneiro”, onde o trabalho era feito a cavalo e reduzia-se ao essencial: vigilância, amansamento e manejo dos rebanhos. “[...] Apesar da evolução que conheceu durante o século e meio de escravismo sulino, o pastoreio apoiou-se na reprodução sesmarial extensiva. Devido à tradição cultural, às mesmas determinações do meio e das condições de produção” (MAESTRI, 2006, p. 70). São significativas, para esta pesquisa, as palavras de Domingos José de Almeida, ministro das Finanças do governo republicano rio-grandense citado por Maestri (2006, p. 70) referindo-se “aos idos de 1840, quando, para uma estância de nove léguas (39.204 ha), e com 18 mil animais utilizavam-se apenas vinte peões,” o que representa uma média de novecentos animais por peão. Este estudo descreve elementos da tradição que estão muito presentes no modelo de pecuária extensiva praticada ainda hoje. Mantidas as proporções e ponderados os diferentes contextos históricos, o relato nos

parece procedente, pois os índices de produtividade no setor se mantiveram muito parecidos ao longo do tempo, como veremos a diante. Por outro lado, corrobora a afirmação acima e também o discurso hegemônico da pequena necessidade de mão de obra no estabelecimento de uma estância, o que se explica, entre outros fatores, pela própria natureza da lida que, segundo esse mesmo discurso, ‘ não requer muitos cuidados’.

Segundo Flores (1998, p. 16) as terras ocupadas eram solicitadas em sesmarias⁶. “Inicialmente o indivíduo ocupava a terra com gado, curral, rancho e escravos, solicitando-a ao governo, recebendo em doação de propriedade alodial, isto é, pagando apenas o dízimo dos produtos”. Isso tudo dentro de um contexto em que as demarcações dos limites dessas terras eram feitas de forma precária, afirma Flores (1998, p. 17): “[...] como não havia piloto ou agrimensor, as áreas das sesmarias eram marcadas pelos acidentes geográficos, variando em até três léguas em quadro”, isto é, cerca de 40 mil metros quadrados”. Mas esse privilégio não era para todos. Flores (1998, p. 16) destaca ainda, que “Quem era pobre e não possuía meios de explorar a propriedade não recebia sesmaria, para evitar que a terra ficasse completamente ociosa.” De acordo com Laytano (1983, p. 16), “a sesmaria era a estância, nascia então, a propriedade privada, revestida das características jurídicas da doação oficial e governamental.”

Outro relato que dá a dimensão e a importância da estância no contexto econômico, histórico e social de ocupação da campanha nos é dada por Roche (1969, p. 29): “Há, no Rio Grande do Sul, dois grandes sistemas para enriquecer: o primeiro é ter uma estância em bons campos e administrá-la bem; o segundo em possuir uma estância em maus campos e administrá-la mal.” O autor destaca ainda que, “a importância da pecuária explica a estância, que foi, do ponto de vista social, como do ponto de vista econômico, a célula fundamental do Rio Grande do Sul” (ROCHE, 1969, p. 33-34).

⁶ **Sesmaria pode ser definida como:** 1. lote de terra inculca ou abandonada 2. terreno abandonado ou inculca que os reis de Portugal cediam aos novos povoadores 3. *B* antiga medida agrária. Ver em: HOUAISS, Antônio & VILLAR, Mauro de Salles. Dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Este tipo de prática, ainda hoje usado no Estado do Rio Grande do Sul, para áreas de campo de criação: 13.068 ha; 150 quadras de campo. Ver em: LAYTANO, Dante de. **História da república rio-grandense (1835-1845)**. Porto Alegre: Sulina, 1983, p. 16.

Caio Prado Junior (1945, p. 204) lembra que o processo de ocupação da campanha se deu sob critérios difusos e que prevaleceu o patrimonialismo ou, dito de outra forma, a ocupação se deu através da usurpação e do engodo, pois, com a paz de Santo Ildefonso, 1777 “[...] Distribuem-se aí sesmarias a granel; queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então apenas pelas armas. O abuso não tardou, apesar da limitação legal (3 léguas), formam-se propriedades monstruosas” (PRADO JR. 1945, p. 104) No mesmo texto, Lima relata que: “requeriam-se lotes de terra não só em nome próprio, mas no das mulheres, filhos e filhas, de crianças que ainda estavam no berço e das que ainda estavam por nascer” (LIMA *apud* PRADO, 1945, p. 105). Repetia-se dessa forma, a mesma prática que no século anterior tanto dano causara ao sertão do Nordeste, concentrando-se nas mãos de alguns poucos poderosos toda a riqueza fundiária da capitania.

No que diz respeito ao traço cultural autoritário do estancieiro, César (1979, p. 13) nos informa que a distribuição de terras era feita a antigos militares, leais à Coroa e também a colonos descendentes ou protegidos do estamento régio, tendo esses mesmos senhores, em dado momento (1763 – 1776) servido de fronteira viva no Brasil Sulino “[...] as sesmarias, então doadas a pessoas de posses ou de prestígio, serviram de base à implantação da estância, em cujos campos o gado prosperou grandemente” (CESAR, 1979, p. 13).

Mais adiante César (1978) ilustra, assim como Cardoso (1977), o processo de formação, a gênese das oligarquias regionais que primeiro ocuparam o Rio Grande, quando argumenta que já em meados do século XIX, dentro de um novo contexto, por tanto, os donos da terra foram, de certa forma, convidados a chefiar a sua gente, a servir-lhe de modelo, na paz do trabalho como nos conflitos com os vizinhos, (uruguaio e argentino). “Esse, em verdade, foi o caldo cultural de onde brotou o espírito caudilhesco.” (CÉSAR, 1979, p. 14-15). Com efeito, segundo as referências historiográficas, o traço autoritário das elites dirigentes se consolida. Ainda no dizer de Guilhermino César (1979, p. 14), a partir da Comandância Militar:

[...] no Rio Grande que apenas engatinhava, impôs uma disciplina férrea aos primeiros habitantes, o estancieiro todo-poderoso não

chegou até lá, mas sempre recrutou seguidores cegos, desde que emulassem, em perícia e destemor, com sua peonagem.

Ao que tudo indica, o estancieiro assumiu um *status* natural, nesse vácuo de poder que se formava em “uma região que surgia para a civilização, o primeiro agente estável do capitalismo mercantilista.” (CESAR, 1979, p. 14-15).

Cardoso (1977, p. 84-85) ratifica a estrutura caudilhesca e patriarcal da sociedade gaúcha de origem ibérica, que se manteve durante o século XVIII e início do XIX sobre formas autocráticas de dominação, estando os mesmos presentes ao redor das cidades militarizadas como no “padrão estrutural dos sistemas de relação criados nas estâncias originadas dos bandos guerreiros de preadores de gado e nos povos jesuíticos submetidos à dominação portuguesa” (CARDOSO, 1977, p. 84-85).

De acordo com Pesavento (1997, p. 15) “As estâncias de gado, que se constituíram, realizavam pecuária extensiva do rebanho, utilizando como mão de obra os peões”. Nesse aspecto, Maestri (2008), contesta a historiografia tradicional dos eruditos do Instituto Histórico e Geográfico do rio Grande do Sul, quanto à participação da mão de obra escrava na estância gaúcha. Segundo ele, havia certa relutância em aceitar as fontes documentais da presença de trabalhadores escravos na estância, já que ela negava as construções ideológicas sobre a ausência de contradições sociais essenciais no seio das unidades pastoris, assim, na antiga formação social sulina. Bakos (1986) também faz referência à presença do negro escravo no Rio grande do Sul, a partir de 1737, destacando a sua participação na lavoura de trigo, nas primeiras charqueadas e também nas estâncias. Destaca ainda a contribuição que os negros deram na formação do gaúcho. Pesavento (1987), em seus estudos, afirma que nas estâncias, os peões em geral não recebiam uma remuneração sistemática. “Parte do salário era pago não em dinheiros, mas através do direito de à moradia e ao uso de pequenas extensões de terra para produção de gêneros de subsistência” (PESAVENTO, 1987, p. 116). Todavia, a autora considera que com o cercamento dos campos e com a introdução de algumas novas técnicas nos métodos criatórios houve uma menor necessidade

de mão de obra. Para a autora, as consequências foram o êxodo rural, que “já se manifestava desde os anos trinta. Uma vez fora do latifúndio, esse trabalhador buscava as cidades.” (PESAVENTO, 1987, p. 116).

2.1 O SIMBÓLICO E SUAS BASES MATERIAIS

Já referimos que para Bourdieu (2008) a herança material, que inclui os bens de família, está associada à herança cultural. Nesse aspecto os bens familiares desempenham uma função de certificação física, de legitimidade, de linhagem e de identidade. Contribuindo também para a sua reprodução moral e transmissão de valores, virtudes e competências. Nesse sentido, Heidrich (2000, p. 148) afirma que: “Não é demais lembrar a estreita relação existente entre as funções simbólicas do argumento regionalista e, por extensão, da identidade que o sustenta com o objetivo da apropriação do regional [...]”. Com efeito, Oliven (2006) sustenta que esse traço da cultura regional presente nos discursos das nossas elites políticas e lideranças regionais, foi consagrado pelo tradicionalismo e pela proliferação dos Centros de Tradições Gaúchas, pois, segundo Oliven (2006, p. 66):

[...] a tradição e a historiografia regional tendem a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho, o cavaleiro, o peão de estância da região sudoeste do Rio Grande do Sul. Embora brasileiro, ele seria muito distinto de outros grupos sociais do país, guardando às vezes mais proximidade com o seu homônimo da Argentina e do Uruguai. Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro há uma referência a elementos que evocam um passado glorioso no qual se forjou sua figura, cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc.

Bornholdt (2008) lembra que os estancieiros da fronteira estabeleceram historicamente uma relação de dominação com os gaúchos, agora peões. Lembra ainda, que embora nem sempre trabalhando na estância o peão é pensado e associado comumente àquele universo específico. O autor (2008, p. 3-4), salienta que:

[...] uma vida a cavalo ainda é muito atraente para eles. Uma vida que dá fruição a um modo de vida marcado pela sua interação com o ambiente específico da campanha através de suas habilidades com cavalo, gado, laço e faca.

Oliven (2006, p. 20) pondera que o processo de construção histórica relaciona o velho e o novo, “o passado e o presente, a tradição e a modernidade é uma constante e se reveste de importância fundamental”. Nesse sentido, o mesmo autor associa o estabelecimento das fronteiras geopolíticas às fronteiras culturais. Conforme o autor, através desse processo se constrói uma identidade que procura dar uma imagem à comunidade abrangida por ela. Nessa construção prevalece um tipo de discurso que normalmente opõe regiões entre si, a partir de uma lógica de homogeneidade e da ideia de interesses comuns. Com efeito, as reivindicações de ordem social, econômica e cultural não encontram eco nem força para posicionarem-se de forma crítica diante das diferenças, da segregação e de interesses divergentes (OLIVEN, 2006).

Com base nessa lógica e, em que pese à polifonia do culto às tradições, os grandes beneficiários desse culto, com certeza, não são os migrantes que abandonam seus familiares e amigos, suas referências familiares e afetivas, para buscar a sobrevivência na cidade grande. Percebe-se nos discursos dessas lideranças que, além do um grande mercado consumidor há um forte apelo à manutenção do universo da estância, já descrito acima. Em outras palavras, as tradições e todo o simbolismo que elas representam são estimuladas a partir de uma base material. Um espaço social onde se reaviva o mito e a tradição. Como lembra Ortiz (2001, p. 107) “[...] toda superestrutura necessita de uma base material para se reproduzir enquanto tal, tem-se que ela secreta seus nichos no interior dos quais a memória do grupo é vivenciada.” Ou ainda, segundo Canclini (2008, p. 67), a hipótese mais repetida sobre a modernidade latino-americana é a de que “tivemos um modernismo exuberante com uma modernização deficiente.” Por extensão, podemos inferir que o discurso do novo encontra forte oposição, entre outros setores, também na bovinocultura de corte gaúcha. Embora o empenho de instituições de pesquisa e de profissionais em desenvolver novas técnicas de gerenciamento, o discurso

desses não conseguiu demover aspectos do modelo tradicional, que tem se mostrado preponderantes.

2.2 A TERRA

Historicamente, a terra tem simbolizado poder, *status*, um patrimônio renovável, perene, transmissível por herança e, mais recentemente, ativo financeiro. Ou seja, a terra revela um aspecto polivalente: bem patrimonial, bem de produção e símbolo de poder. Por outro lado, há uma forte relação entre as características culturais dos atores sociais, seus objetivos, decisões, a partir do universo rural em que estejam inseridos. É nessa perspectiva dialética que esses atores interpretam ou atribuem significados e valores às coisas, da mesma forma que a sociedade a sua volta interpreta essas questões, pois os sujeitos estão imersos ou fazem parte dela (ANDREATTA, 2009).

Com efeito, é dentro desse discurso da intelectualidade que podemos associar as raízes culturais ibéricas e a sua ação política e comercial, que tinha como ponto de referência a distribuição das terras. Diante disso, o objetivo maior da conquista do Brasil estava segundo Faoro (1976, p. 123):

calcada sobre a agricultura, capaz de condensar populações e criar as cobiçadas riquezas de exportação. A monarquia lusa, nessa tarefa de povoar um território imenso, encontrou, nas arcas da sua tradição, um modelo legislado: a sesmaria.

Carvalho, (1996) lembra que o Estado português de há muito já havia feito uma coalizão entre a burocracia e os grandes comerciantes, em detrimento dos barões feudais, quando da ocupação do Brasil. Todavia, “aqui a terra voltou a ser a principal fonte de riqueza e de poder e, conseqüentemente, os proprietários, às vezes nobres portugueses empobrecidos, recuperavam o antigo prestígio” (CARVALHO, 1996, p. 33-34). Nesse sentido, o latifúndio foi o elemento determinante na redução do poder centralizador do Estado, assim como um fator relevante na construção do Estado do Brasil.

A terra, no Brasil colônia, se mantém como garantia de poder e também como a única possibilidade de realização da dominação social, o que se adequava à escravidão. Com efeito, no Rio Grande do Sul, o estancieiro se serviu da terra para prear o gado e, posteriormente, para a criação extensiva. Nessa perspectiva, para ele, quanto mais terra, maior a possibilidade de arrebanhar ou criar gado. Defendia-se com o uso das armas e por meio do seu poder político, advindo das terras, podia ‘arrebanhar’ também os combatentes. Nesse contexto, o poder local se consolidava na figura senhorial desse estancieiro, descentralizado com relação à Coroa, mediante o esquema da distribuição de terras, o enriquecimento pela exploração do trabalho escravo e de pões, a quem o poder real teve de reconhecer a autoridade (CARDOSO, 1977).

Faoro (1976, p. 126) confirma esse viés cultural ibérico, ao dizer que:

A terra, base do sustento expandiu-se para título de afidalgamento com o latifúndio monocultor em plena articulação. [...] De outro lado, a sesmaria serviu para consagrar as extensões latifundiárias. [...] tudo por obra do açúcar e da expansão do gado, afirmando a tendência, no plano político, da autonomia do potentado rural.

Em Portugal, já nos séculos XV e XVI, a posse de terras era o elemento mais importante para distinguir socialmente os indivíduos, pois mesmo os comerciantes (burguesia), dominados pela mentalidade aristocrática, usavam seus lucros pra comprar terras e viver como os nobres (FAORO, 1976). O que é confirmado por Gilberto Freyre, quando enfatiza o traço de fidalguia do colonizador da seguinte forma:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar (FREYRE, 1981, p. 17).

Também, sob o viés burocrático, a historiografia sugere que esse *ethos* ibérico se configura nas administrações e nos cargos públicos, a partir do

estabelecimento do Governo Geral no Brasil. Estes cargos, historicamente sempre foram exercidos por nobres de sangue ou cortesãos. Com efeito, para investidura em muitas funções públicas era condição indispensável que o candidato fosse “homem fidalgo” de limpo sangue ou de boa linhagem. Porém os “homens bons” passaram a compreender, além dos nobres os senhores de terras e engenhos, a burocracia civil e militar, com a contínua inclusão da burguesia comercial (FAORO, 1976).

Ainda na esteira da formação e consolidação das nossas estruturas sociais, Cardoso, (1977) explica que a apropriação estamental das posições burocráticas pelos senhores locais permitiu a utilização do poder estatal, com o propósito exclusivo de fortalecer o poder pessoal e de considerar a riqueza familiar. Nesse sentido, desfigurava-se o significado da ordem patrimonial-estatal e alicerçava-se o desenvolvimento da sociedade latifundiária, escravocrata e pastoril, mais de acordo, segundo ele, com o patrimonialismo patriarcal do que com o patrimonialismo estamental.

Farinatti (2007, p. 398) afirma que:

a família é a resposta para a combinação de áreas de atuação diferente. Vários dos recursos que não podiam ser acessados individualmente, o eram através das alianças familiares, sobretudo através de matrimônios.

Com efeito, foi a partir da família que se deu o desenvolvimento de uma rede de relacionamentos que proporcionou o trânsito e o acesso à burocracia estatal de forma que houvesse a ingerência na condução do poder governamental em benefício desses mesmos grupos.

Ianni (2004) afirma que no império já havia o cuidado com o livre acesso às terras. Nesse sentido, “Houve a preocupação de encarecê-las, para evitar que os trabalhadores livres viessem a tornarem-se facilmente proprietários, fugindo assim à condição de vendedores de força de trabalho” (IANNI, 2004, p. 14-15). Lembra ainda que a Lei de Terras, nº 601, de 18 de setembro de 1850, tinha no seu espírito todo o processo de imigração e de

colonização da segunda metade do século XIX, “em especial até a queda do governo monárquico”. (IANNI, 2004, p. 14-15).

No rio Grande do Sul, esse processo de apropriação do espaço pelos estancieiros se consolida, segundo Love, (1975, p. 11) nos séculos XVIII e XIX, assim como as outras partes do Brasil. No Rio Grande, “em 1803 havia somente cerca de 500 proprietários, não obstante a maior parte da campanha estar teoricamente ocupada” (LOVE, 1975, p. 11).

O conjunto de trabalhos apresentados fornece leituras que possibilitam analisar alguns elementos significativos, como por exemplo, a concentração de terras na campanha, que na mesma época tinha segundo Roche (1969, p. 39), “22.000 habitantes, ou seja, menos de 31% da população” concentrava todas as estâncias da campanha, uma das três regiões que compõem o estado, como mostra o Mapa de número 1, p. 21. O segundo aspecto a ser considerado é o relacionado ao poder desses latifundiários, tanto na questão política e econômica, quanto cultural. Donos de vastos campos, gado, escravos e dispendo do trabalho de muitos peões teriam se formado as estruturas materiais e simbólicas para a consolidação do que denominamos de *ethos* ibérico de fidalguia, de viver de rendas, em analogia ao que Sergio Buarque de Holanda (2002, p. 38) se refere como ‘ócio com dignidade’:

Uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até nobilitante, a um bom português, ou a um espanhol, do que a luta insana pelo pão de cada dia. O que ambos admiram como ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação.

Teria sido a partir desse processo histórico⁷ que os estancieiros, nas constantes disputas de fronteiras e nas guerras, a exemplo de seus ancestrais ibéricos no processo de reconquista, deixaram algumas marcas na nossa cultura. Esses elementos, de alguma forma, segundo Cardoso (1977), Chaui

⁷ Sobre o conceito de **processo histórico**, adotamos os critérios defendidos por Florestan Fernandes, para quem “a verdadeira natureza do processo histórico exige a distinção entre o acidental e o essencial. Um mero relato de fatos acidentais, sem uma elaboração de encadeamento necessário deles entre si, seria uma crônica e não uma história propriamente dita. Uma exposição de fatos regulares, sem referência ao acidental e ao variável, seria uma explicação estatística, e não uma história” (FLORESTAN FERNADES *apud* FONSECA, 1983, p. 34).

(2000) e Faoro (1976) têm a ver com o perfil autoritário e patrimonialista das nossas elites dirigentes e dos nossos políticos, em geral. Com efeito, é ilustrativa a pesquisa de Bellomo (1999) ao ressaltar a presença da nobreza no Rio Grande do Sul. O que, de certa forma, confirma essa percepção do *ethos* de fidalguia, quando diz que “o Estado Brasileiro usou os títulos de nobreza como forma de premiar aqueles que prestassem serviços destacados à comunidade e ao Estado” (BELLOMO, 1999, p. 74). Conforme o autor, a lista de nomes que receberam títulos no Rio Grande é significativa, chegando a cinquenta e sete, entre marqueses, condes, viscondes e barões (BELLOMO, 1999).

A historiografia sugere que a terra está impregnada de grande valor simbólico na nossa sociedade, quando vemos membros das classes sociais dirigentes, empresária e políticos, sem vivência ou experiência no meio rural, comprando grandes fazendas, como demonstração de elevado status econômico e social. Ou quando pessoas da classe média compram sítios, que pouco utilizam, também dentro da mesma lógica. Constatações essas que reforçam esse simbolismo representado pela terra, de forma significativa, ainda em nossos dias.

Na campanha, o imaginário social aparece associado à bovinocultura de corte e a sua exploração em grandes áreas de terra. Essa identidade, segundo Ribeiro (2008, p. 242) “está também presente entre os pecuaristas familiares, embora as suas condições físicas (tamanho das áreas) e econômicas (rendas) tenham mudado e não reflitam mais essa realidade.” O que chama atenção, ainda quanto à força do simbolismo desse universo, considerado por Vianna (2008) de “dupla” personalidade do gaúcho, aqui entendido o pequeno pecuarista. Este alternaria momentos de gaúcho-estancieiro e gaúcho-peão. Apesar de pequenos proprietários e até agricultores familiares, assumem uma identidade muito mais como estancieiros, em relação a sua posição na sociedade. Essa postura, segundo Vianna (1987 citado por Ribeiro (2008, p. 244),

Este fato acaba gerando uma inconsistência nas relações políticas, pois não tem de certa forma, uma identidade como agricultor familiar e/ou como trabalhador rural. E, muito menos são reconhecidos como iguais pelos estancieiros.

Para tentar explicar esse duplo comportamento, é ilustrativa a percepção de Ortiz (2001, p. 135), quando afirma que “a memória coletiva é da ordem da vivência, enquanto a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano.” Nesse sentido, a memória coletiva se aproxima do mito. Já a memória nacional, que pode ser entendida também como regional, é de ordem ideológica, produto de uma história social, mediada pelos intelectuais e a serviço do Estado. Com efeito, podemos também perceber nessas análises sobre o universo simbólico do regionalismo da campanha a presença do mito que, mediado pelos intelectuais, no entender de Heidrich, (2000) promove a captura do Estado para os interesses da região e por extensão do seu patronato: “Por regionalismo, deve-se entender, pois, um meio de capturar o Estado para determinado interesse, transformando este, pela representação que se faz no próprio argumento, *num interesse da região*” (HEIDRICH, 2000, p. 195).

Percebe-se, com base no exposto, que o discurso que defende a estrutura fundiária da campanha gaúcha, por ser de forma geral “o local de construção de um social significado”, de acordo com Pinto (1989, p. 89) não pondera elementos importantes que regulam o direito de propriedade no Brasil, pois segundo Benatti (2008) historicamente, esse estatuto se fundamentou na concepção produtivista da propriedade, em detrimento dos aspectos sociais e ambientais. Todavia, em que pese os benefícios e as várias conjunturas favoráveis e incentivos à bovinocultura de corte, acima destacados, a produtividade alcançada pelos produtores e estancieiros gaúchos, salvo exceções, sempre esteve abaixo dos índices médios internacionais. Dito de outra maneira: o pretexto de geração de riquezas para o estado manteve-se dessa forma, segundo a historiografia, uma estrutura fundiária patrimonialista, atrasada e concentradora, baseada na produção extensiva (FAORO, 1976; CARDOSO, 1977).

2.3 O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UMA RELAÇÃO SIGNIFICATIVA COM A CONFIGURAÇÃO DE PRODUÇÃO

A ação humana e, por extensão, a sociedade se estabelece a partir de uma lógica dialética com a natureza, dentro de um determinado espaço geográfico. Se não fosse assim poderíamos, por exemplo, criar gado bovino de forma extensiva, nos moldes da campanha gaúcha, nos Andes ou na floresta amazônica. Nesse sentido, segundo Santos, (2002, p. 95), o que entendemos por sociedade [...] “somente adquire concretude quando a enxergamos simultaneamente como continente e como conteúdo dos objetos. E estes se individualizam e ganham expressão e significado, quando ao serviço da sociedade”. Com efeito, entendemos como relevante, para um melhor entendimento do contexto, analisar os discursos da intelectualidade no que se refere às relações do meio físico com as formas de produção.

2.3.1 Região e Regionalismo

A caracterização genérica do conceito de região, segundo Heidrich (2000) está associada à apropriação e a materialização das singularidades resultantes da transformação desse espaço pelo seu uso como condição de sobrevivência e reprodução social. Já, a postura de defesa de uma região, de forma coletiva, é estabelecida pelo regionalismo. Conforme Heidrich (2000, p. 23):

A região, do ponto de vista desta relação, é a parcela do espaço sujeita a uma ação regionalista. Existe, assim, uma demarcação do espaço, em função da ‘defesa’ que visa assegurar o domínio sobre determinada parte de um todo [...].

Com efeito, a demarcação humana no espaço físico gera o território que mediado pelo trabalho ganha valor. “O espaço, assim valorizado, já não é mais apenas natureza, adquire novos elementos de composição em sua

diversidade que passa a ser também de ordem técnica, social, cultural e política” (HEIDRICH, 2000, p. 28-29).

É importante destacar que o rural, um dos componentes do território, não pode ser definido por oposição, mas sim na sua relação com as cidades. A propósito, é bom lembrar que, segundo Abramovay (2009, p. 21) “há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil que contribui decisivamente para que sejam associadas a atraso, carência de serviços e falta de cidadania.” Com efeito, segundo o mesmo autor, a “ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano”. Da mesma maneira, as cidades não podem ser definidas somente pela presença de indústrias nem o meio rural somente pela agricultura. (SARACENO *apud* ABRAMOVAY, 2009, p. 26).

2.3.2 A paisagem e os sistemas agrários

Segundo Santos (2002, p. 107) “a paisagem é história congelada, mas participa da história viva.” Ela fornece elementos importantes para que possamos entender um sistema agrário, sua dinâmica produtiva, econômica e social. No caso em análise, a pecuária extensiva praticada na campanha gaúcha não foge a essa regra. Ela está associada à paisagem e pode ser analisada por esse viés, pois ainda segundo Santos (2002, p. 103) “A paisagem se constitui em um conjunto de forma que, em dado momento, demonstra a herança que representa as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. Ela representa, portanto, um conjunto de objetos reais.

A incorporação da análise de paisagem nos estudos sobre sistemas agrários surgiu da necessidade de visualização de um contexto mais amplo de observação, que segundo Andreatta, (2009) decorre de influência de pesquisadores franceses e da aproximação com as ciências sociais, especialmente da Geografia. Prossegue o autor (2009, p. 39-40):

A interpretação do espaço geográfico, enquanto uma unidade de paisagem remete a uma ideia de expressão materializada da sociedade possível de ser visualizada pelo observador. [...] Com efeito, no que se refere à pecuária extensiva praticada na campanha, o conceito de paisagem ajuda a compreender as diferenças quanto à produtividade e a aceitação de que a diversidade e os contrastes entre as paisagens que compõem o território rio-grandense, expõem limitações a determinadas formas de exploração pela sociedade.

Nesse sentido, a paisagem campestre (Bioma Pampa), de acordo com Reverbel (1986), era a alternativa mais viável, mais sugestiva ao desenvolvimento da pecuária. Um condicionante, pois, segundo o mesmo autor, havia poucas regiões no Brasil em melhores condições para a pecuária extensiva.

2.3.3 A regionalização: os tipos e padrões econômicos de uso do espaço

Consideramos importante destacar que nossa análise geográfica do Rio Grande do Sul prioriza os elementos socioculturais. Nesse sentido, adotaremos um conceito de regionalização mais tradicional apoiado em critérios combinados de homogeneidade física, histórica e econômica. Sendo assim, consideraremos a divisão do Rio Grande em três regiões, também aceita pelos geógrafos, que são: Litoral, Campanha e Serra⁸.

A Campanha (Mapa 1) região que abarca as cidades elencadas acima tem uma composição geológica de rochas sedimentares. Com suas colinas suavemente onduladas, denominadas de *coxilhas*⁹, apresenta uma vegetação semiárida e de grande variedade de gramíneas com diversas tonalidades de verde. Essa ocorrência está ligada à existência de solos rasos e à ação do vento frio do inverno (o minuano), que dificulta o desenvolvimento de uma vegetação de maior porte. Apenas nos lugares mais baixos do terreno, devido à umidade, ocorrem os *capões*, manchas de matas (MOREIRA, 2003). Esse

⁸ Ver Mapa 1, página 21.

⁹ Vista de longes essas elevações se assemelham à curvada ponta do facão, que era chamada de *coxilha*.

espaço integra um sistema mais amplo, o Bioma Pampa que, segundo o IBGE se restringe ao Rio Grande do Sul e ocupa 63% do território do estado.

O Pampa é comumente descrito pela historiografia como possuindo as condições necessárias para a exploração econômica da campanha. Campos com excelentes pastos, gado xucro sem dono e clima favorável. Essa associação de elementos naturais, que tornou o Rio Grande conhecido em todo o Brasil, teria sido responsável pela fixação e exploração do meio. “No século XVIII, os primeiros habitantes da região lavraram-no formando enormes propriedades pastoris, estâncias (ou fazendas) que ainda predominam” (LOVE, 1969, p. 6).

Ainda, com base na divisão tripartite, o Litoral é a menor das três regiões, sendo formada pela faixa litorânea e áreas aluvias banhadas pela Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim; estende-se desde Torres, ao norte, até Santa Vitória do Palmar, ao sul, e inclui o Vale do Jacuí, por todo o extremo oeste até Cachoeira. Área de solo relativamente pobre, o Litoral historicamente tem sido a mais densamente povoada das três, bem como o local das exportações, do comércio e da indústria. Essa região abarca a capital do estado que é um dos mais importantes centros econômicos do Brasil. (LOVE, 1971).

Por último, a região da Serra, que compreende a área que vai de norte e oeste de Porto Alegre até o rio Uruguai e tem seus limites ao sul, com a linha formada pelo Jacuí e o Ibicuí. Seu solo vermelho é mais rico do que os de outras regiões. Como o próprio nome sugere, a região constitui um planalto, cuja altura varia entre 100 e 900 metros acima do nível do mar, o que a torna a mais fria do estado. A vegetação era composta de araucárias que representavam quase a metade da vegetação que dividia com os campos, a fora o extremo oeste, onde o solo muda de vermelho para marrom e aparecem as vegetações semiáridas. Para efeitos históricos, essa região pode ser subdividida em: Zona Colonial, Planalto Central e Missões (LOVE, 1971).

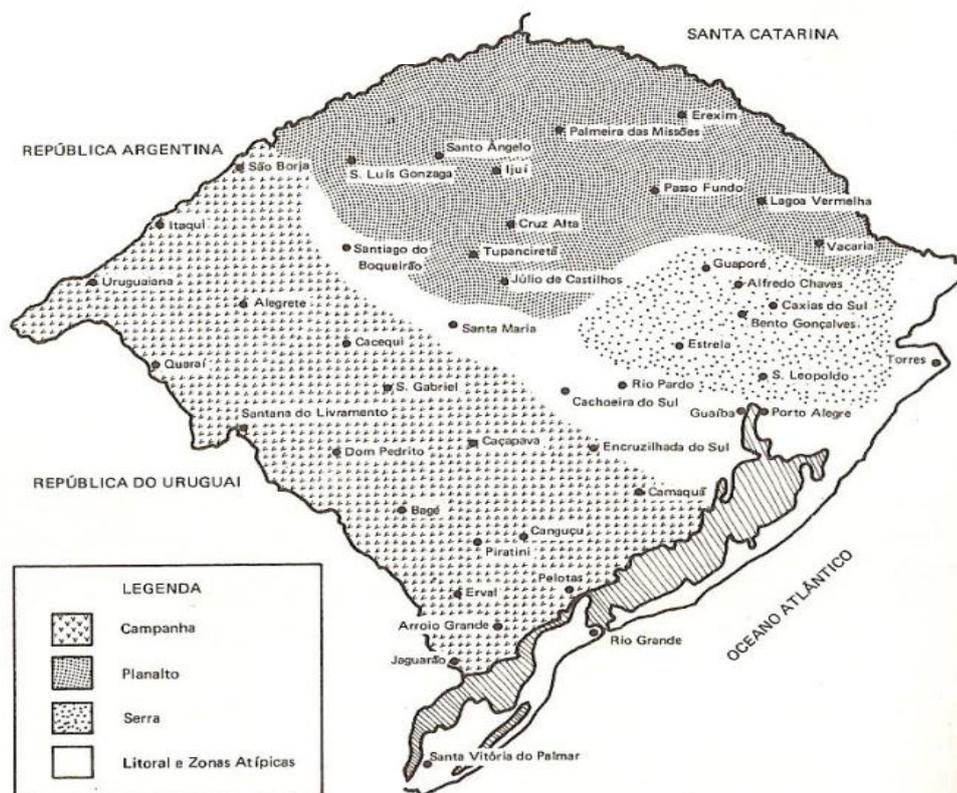


Figura 3 - Mapa 3: Regiões econômicas na República Velha
 Fonte: FONSECA, (1983, p. 28).

Esse espaço é composto por grande diversidade sociocultural e produtiva. Apresentam estâncias semelhantes as da campanha, minifúndios que se dedicam à agricultura e à pecuária. Além da existência de indústrias.

Para Love (1969, p. 7):

A Zona Colonial, povoada por alemães e italianos, a partir do século XIX, (Mapa n.º. 3) tinha como característica a policultura. Esses colonos e seus descendentes, além de outros imigrantes, expandiram propriedades familiares na direção oeste e norte, buscando o vale do Uruguai, não sem a resistência dos grandes proprietários que confinaram as pequenas fazendas nas áreas florestais.

Num primeiro momento, os imigrantes alemães foram se localizando nas terras de florestas próximas à capital, que não despertavam o interesse dos estancieiros, pois, segundo Roche (1969), exigiam investimentos

superiores aos necessários para a exploração dos campos naturais da campanh, que eram quase nenhum. Além disso, outro aspecto significativo era a proximidade do mercado consumidor e dos meios de transportes, que introduziram uma dinâmica desvinculada da pecuária. Iniciou-se aí a diferença entre as regiões sul e norte do estado. No norte, ao contrario do sul do estado, a base socioeconômica foi alicerçada sobre a pequena propriedade. Segundo Pesavento (1994), cada família de alemães recebeu 78 hectares em 1824, 48 em 1848 e os italianos, também por unidade familiar, receberam 25 hectares em 1875.

Na porção central-norte da Serra, os colonos tiveram que desbravar a floresta. Introduziram novas técnicas produtivas, baseadas nas lavouras e no cultivo intensivo da terra. A situação agora não era mais a de defesa da terra e sim o da sobrevivência familiar. Inicia-se assim, uma nova forma de exploração, baseada na lógica da produção e do abastecimento, que daria origem a agricultura familiar, transformando a referida região num dos maiores celeiros do Brasil, por volta de 1940. Em que pese todas as dificuldades enfrentadas no meio geográfico, formadas por morros e picadas (LOVE, 1969; RIBEIRO, 2008).

Ainda, segundo Fonseca (1983), a Serra, região de colonização recente, teve como elemento significativo a mão de obra familiar, a pequena propriedade e a produção voltada mais para o consumo local do que para a exportação. Elementos que somados a proximidade da capital do estado (a nordeste do estado e ao norte de Porto Alegre) foram determinantes para sua posição destacada na economia gaúcha e nacional.

2.3.4 A ação humana

A ação humana não é exclusivamente uma ação racional. Na ocupação do espaço ela está organizada, segundo Braun e Joerges citados por Santos (2002, p. 82) em três tipos: técnico, formal e simbólico. “O agir técnico leva

a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos.” Mas, ressalta que existe um agir simbólico que em certas situações se sobrepõe aos demais condicionando o uso da técnica aos elementos culturais (SANTOS, 2002, p. 82).

As Ciências Sociais têm muito a contribuir no entendimento desse universo simbólico que cerca as comunidades, visto que apenas os aspectos relacionados ao sistema técnico não conseguem responder a todas as nossas indagações. Em outras palavras, para que possamos entender uma estrutura produtiva precisamos entender quem a produz.

A partir dessa lógica e, com base nos dados do projeto “*Juntos para Competir*” financiado pelo SENAR, SEBRAE e FARSUL, 2004/2005, apud Andreatta, 2009, cujo trabalho tornou-se referência nos estudos relacionados à bovinocultura de corte do Rio Grande do Sul é que analisaremos alguns dados significativos para o melhor entendimento do atual contexto social da campanha. No referido projeto, os pecuaristas gaúchos foram divididos em quatro perfis: *Pecuaristas Estacionários*, *Pecuaristas Consolidados*, *Pecuaristas-Lavoureiros Especializados*, e *Pecuaristas-Lavoureiros Convencionais*, com base nas seguintes especificidades: estrutura fundiária, e uso da terra; características produtivas da bovinocultura de corte; composição das rendas; características do pecuarista referentes à informação e a inserção social; motivações e percepções dos pecuaristas e, por último a regionalização (SENAR, SEBRAE, FARSUL, 2004/2005; ANDREATTA, 2009).

Os perfis característicos da campanha, segundo a referida classificação são o do *Pecuarista Estacionário* e o do *Pecuarista Consolidado*. A estrutura fundiária desse pecuarista, cuja amplitude é respectivamente, de 17 até 5.943 ha e de 40 até 4.819 hectares, com cerca de 80% do estabelecimento agrícola (EA) para exploração da pecuária. A produtividade é muito baixa, segundo o relatório: 33,00 e 76,00 R\$/ha, respectivamente. Todavia, a grande maioria desses pecuaristas obtém recursos de outras fontes de renda, especialmente provenientes de arrendamentos de áreas do estabelecimento para terceiros. No caso do primeiro perfil, *Pecuaristas Estacionários*, o relatório não traz o

percentual, mas no segundo perfil, Pecuáristas Consolidados, 53% deles têm outras fontes de rendas que, em 78% dos casos, provém dos arrendamentos de terras a terceiros. Os estabelecimentos agrícolas têm em média três pessoas, no primeiro caso e duas no segundo, cujo responsável tem em torno de 58 e 56 anos, respectivamente. Quase 70% deles têm previsão de que seus descendentes deem continuidade à mesma atividade. Seus meios de informação se constituem basicamente em jornais, revistas e a televisão. Participam predominantemente de sindicatos patronais, 80,12%, cooperativas, 56,52% e associações locais, 44,10%. Suas motivações principais para atuar na bovinocultura de corte são: a satisfação pessoal, a tradição e a segurança. Seus investimentos prioritários são a compra de terras e a bovinocultura de corte. Comercializam o gado quando precisam de dinheiro ou quando precisam limpar o campo. Na sequência apresentamos as principais características de cada perfil (SENAR, SEBRAE, FARSUL, 2004/2005; ANDREATTA, 2009).

Especificação	Aspectos mais representativos
Estrutura Fundiária Uso da terra	Estabelecimentos de menor tamanho (predomínio de EA entre 520 e 700 ha); Em torno de 80% da área dos EA aptas para exploração agropecuária; Em torno de 80% da área constituída por áreas próprias; Basicamente pastagens; predomínio do campo nativo.
Bovinocultura de Corte Características produtivas	Número de ua. Bovinos: em torno de 350 ua; Área de pastejo: entre 300 ha e 540 ha; Lotação da área de pastejo: em torno de 1,13 ua total/ha; Predominantemente cruzamento entre raças zebuínas e gado geral; Sistema de criação predominante é do tipo cria e ciclo completo; Presença de bovinos rastreados em poucos EA, em torno de 12% dos EA; Produtividade da terra da bovinocultura de corte muito baixa: 33,00 R\$/ha.
Composição do Produto Bruto e Rendas	Predomínio da participação da bovinocultura de corte na composição do PB total; Contribuição da renda agrícola na composição da Renda Total muito baixa: em torno de 10%; Contribuição de todas Outras Rendas na composição da renda total expressiva; ¹⁰ Nível de endividamento baixo: em torno de 0,80% do capital imobilizado; Taxa de lucratividade média negativa: em torno de - 2.8%.
Características dos pecuaristas Informação e Inserção Social	Idade média do responsável pelo EA: 58 anos; Tamanho médio da família: 3 pessoas; Número de anos de freqüência na escola: em torno de 8 anos; Previsão de possíveis sucessores é verificada em torno de 66% dos EA; Decisões produtivas estão concentradas no chefe do EA; Meios de informação se constituem basicamente na televisão e dias de campo, palestras e cursos; Participam predominantemente no Sindicato Patronal; Cooperativas e Associações Locais de Produtores.
Motivações e Percepções dos Pecuaristas	Principais motivações para atuar na bovinocultura são a Tradição e satisfação pessoal; Autodenominam-se, predominantemente, produtores rurais e pecuaristas familiares e pecuaristas; Investimentos prioritários em compra de terras e bovinocultura de corte; Incerteza e preços baixos são os principais problemas relacionados à bovinocultura; Comercializam gado, principalmente quando precisam de dinheiro e quando precisam liberar o campo.
Regionalização	Localizam-se predominantemente nas regiões de Campos de cima da Serra, da Depressão Central Leste (campanha), Vale do Alto Uruguai e Encosta do Nordeste.

Quadro 1 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção - **Pecuaristas Estacionários**

Fonte: SEBRAE; SENAR, FARSUL, (2005 *apud* ANDREATA, 2009, p. 98).

¹⁰ Entenda-se **outras rendas** principalmente por recursos advindos de **arrendamentos de terras para terceiros**.

Especificação	Aspectos mais representativos
Bovinocultura de Corte Características produtivas	Número de ua. Bovinos: em torno de 530 e 730 ua; Área de pastejo; em torno de 650 e 900 ha; Lotação da área de pastejo: 1,04 ua total/ha; Lotação bovina: 0,89 ua total/ha; Predominantemente cruzamento entre raças zebuínas e gado geral; Sistema de criação predominante é do tipo cria e ciclo completo; Presença de bovinos rastreados em 28% dos EA. Produtividade da terra da bovinocultura de corte muito baixa: 76,00 R\$/ha.
Composição do Produto Bruto e Rendas	Predomínio da participação da bovinocultura de corte na composição do PB total; Contribuição da renda agrícola na composição da RT 38,65%, mais expressiva que o perfil anterior; Contribuição de todas Outras Rendas na composição da RT expressiva (55%);¹¹ Nível de endividamento baixo (em torno de 0,94 % do capital imobilizado); Taxa de lucratividade média muito baixa (em torno de 2 %).
Características dos pecuaristas Informação e Inserção Social	Idade média do responsável pelo EA: 56 anos; Tamanho médio da família residente no EA: 2 pessoas; Número de anos de frequência na escola: em torno de 10 anos; Previsão de possíveis sucessores é verificada: em torno de 69 % dos EA; Decisões produtivas estão concentradas no chefe do EA; Meios de informação se constituem basicamente na leitura de jornais e revistas e a televisão; Participam predominantemente no Sindicato Patronal, Cooperativas e Associações Locais de Produtores.
Motivações e Percepções dos Pecuaristas	Principais motivações para atuar na bovinocultura são a satisfação pessoal, tradição e segurança; Autodenominam-se, predominantemente, produtores rurais, empresários rurais e pecuaristas; Investimentos prioritários seriam em compra de terras e bovinocultura de corte; Incerteza e preços baixos são os principais problemas relacionados à bovinocultura; Comercializam gado, principalmente quando precisam de dinheiro e quando precisam liberar o campo.
Regionalização	Predominantemente na Campanha Meridional, Campanha Sudoeste, Depressão Central Oeste, Missões, Planalto e Planície Costeira Sul.

Quadro 2 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção – **Pecuaristas Consolidados**

Fonte: SEBRAE; SENAR, FARSUL, (2005 *apud* ANDREATTA, 2009, p. 102).

¹¹ Basicamente oriundas de arrendamentos de terras para terceiros.

Com relação ao item **motivação** são significativas as alegações dos perfis acima:

Tamanho da amostra: 249 Pecuaristas Estacionários e 161 Pecuaristas Consolidados;

MOTIVAÇÕES	Satisfação Pessoal	Tradição	Segurança	Lucro
Pecuaristas Estacionários	28,05%	29,28%	10,57%	4,88%
Pecuaristas Consolidados	21,26%	29,38	19,37%	8,76%

Quadro 3 - A irrelevância do lucro em contraste com a tradição

Fonte: SEBRAE; SENAR, FARSUL, (2005 *apud* ANDREATTA, 2009, p. 152).

Motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura de corte:

Tamanho da amostra: 249 Pecuaristas Estacionários e 161 Pecuaristas Consolidados;

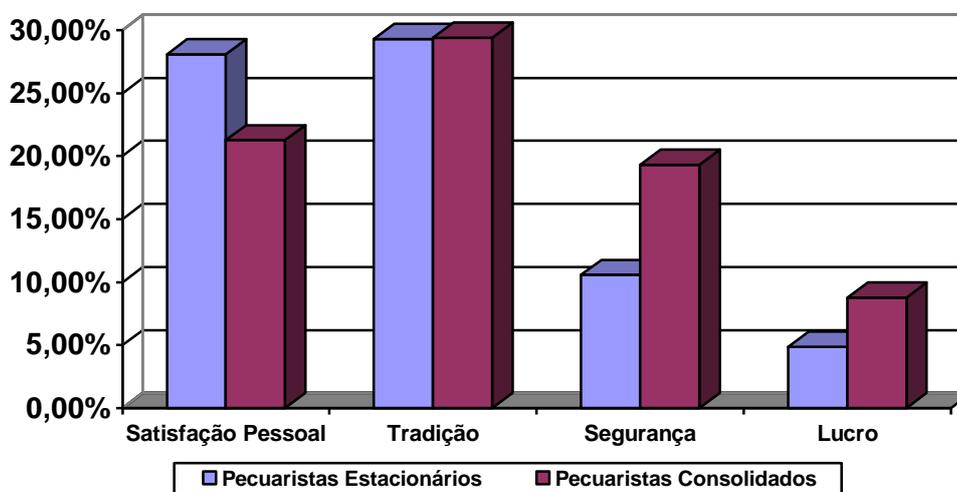


Gráfico 1 - Motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura de corte

Fonte: SEBRAE; SENAR, FARSUL, (2005 *apud* ANDREATTA, 2009, p. 152).

Os dados do Quadro 4, a seguir são eloquentes, no que diz respeito a manutenção da estrutura produtiva na campanha, a medida que percebemos os aspectos relacionados às preferências de investimentos desses dois perfis de pecuaristas.

Perfil do Pecuarista:	Ajuda os filhos	Pecuária de corte	Compra terras	Inv. Fora agricultura	Melhora moradia	Não sabe
<i>Pecuaristas Estacionários</i>	16,06%	26,51%	32,53%	16,06%	5,22%	3,61%
<i>Pecuaristas Consolidados</i>	14,91%	25,47%	36,65%	17,39%	1,86%	3,73%

Quadro 4 - Possíveis investimentos dos pecuaristas

Fonte: SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005 (*apud* ANDREATTA, 2009, p. 159).

Possíveis Investimentos dos pecuaristas

Tamanho da amostra: 249 Pecuaristas Estacionários e 161 Pecuaristas Consolidados;

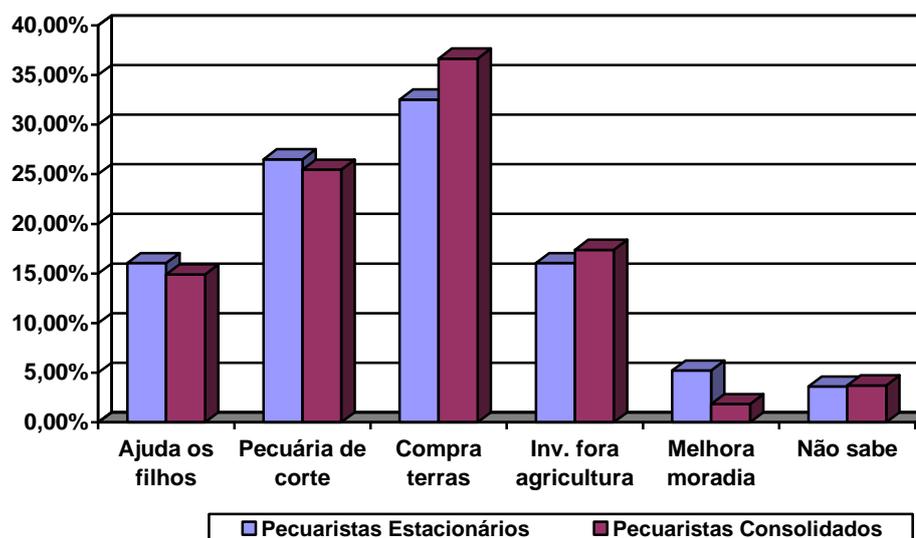


Gráfico 2 - Possíveis investimentos dos pecuaristas

Fonte: SEBRAE; SENAR; FARSUL, (2005, *apud* ANDREATTA (2009, p. 159).

Esses dados são interessantes, pois indicam claramente, nas *motivações* a existência de um forte apego às tradições e à satisfação pessoal, mais de 50% dos entrevistados. Outro aspecto que destacaríamos, ainda dentro das principais motivações, é o pouco interesse pelo lucro, respectivamente, 4,88% e 8,76% dos pecuaristas estacionários e consolidados entrevistados. A questão que inquieta os críticos desse modelo é: por que aceitar a manutenção de uma condição precária e de baixo retorno financeiro de um negócio e continuar investindo neste, sem dar importância aos resultados? E, o que é mais

surpreendente, na esmagadora maioria dos casos, os pesquisados desejarem que seus descendentes se mantenham nessa mesma atividade.

2.3.5 A Serra

No Norte do estado (uma subdivisão da Serra) o Planalto, as Planícies Costeiras, norte e sul, apresentam diferenças na paisagem e no uso do território. O Planalto tem como característica agrícola predominante à lavoura de trigo no inverno e soja e milho no verão. No século XVIII a região foi ocupada por sociedades tradicionais, estancieiros. Mais tarde por colonos imigrantes, que a transformaram num cadinho cultural. Segundo Jean Roche (1969, p. 190), um geógrafo atento: “É uma região que a topografia e a vegetação, por si sós, fizeram pitoresca, mas que a ocupação do homem tornou admirável:”. No olhar do autor (1969, p. 190) esta é uma região na qual:

[...] atravessam-se de automóvel, num dia, distritos italianos, com casas empoleiradas num porão, rodeadas de vinhas, distritos poloneses de pobres casas atarracadas, distritos russos, onde as casas da sede se agrupam em torno de uma igreja de domo dourado, distritos alemães identificáveis, de ordinário, pela forma das casas, pelas benfeitorias que as cercam, pelos chiqueiros [...].

Fonseca (1983, p. 29) afirma que o planalto, no que diz respeito à propriedade da terra, não apresenta divisões tão claras quanto às outras duas regiões: “existem latifúndios, mas sem a predominância da campanha, e dominam as pequenas e médias propriedades”. Com efeito, segundo Heidrich, (2000, p. 74):

Entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a dinâmica econômico-social do norte minifundiário começa a apresentar maior importância, concorrendo para uma posição de destaque no plano econômico interno.

Segundo SEBRAE; SENAR; FARSUL (2005, *apud* ANDREATTA, 2009) o planalto rio-grandense apresenta um tipo de perfil de pecuarista empresarial descrito como Pecuarista-Lavoureiro Especializado. Diferente dos

perfis da campanha, citados acima, esse perfil utiliza cerca de 40% da superfície agrícola útil (SAU) com lavouras anuais. Andreatta (2009, p. 106) chama a atenção para o fato de que, ao contrário dos Pecuaristas Estacionários e Pecuaristas Consolidados, que são arrendatários “é significativo o percentual de área utilizada de terceiros, principalmente na forma de arrendamentos (27,53 da SAU).” A autora acredita que estes pecuaristas têm buscado expandir os negócios, principalmente as atividades relacionadas com lavouras. Destaca, ainda, a combinação das atividades de pecuária e de lavouras, como elemento que permite apurar uma produtividade elevada da terra “(R\$ 661,71 e R\$ 537,81) principalmente se comparado com os demais perfis” (ANDRATTA, 2009, p. 106).

Podemos perceber nos dados acima, segundo Roche (1969) Fonseca (1983) e Andreatta (2009) que na serra se formou um tipo diferente de propriedade e de produtor rural. Especialmente “gringos”, Roche, (1969) (alemães e italianos) e enquadrados na pesquisa SEBRAE; SENAR; FARSUL (2005) em *Pecuaristas-Lavoueiros*, segundo Andreatta, (2009). Com efeito, chamamos atenção para os dados do Quadro 5, a seguir, especificamente no item relacionado às percepções, em contraste com as motivações do Gráfico 1 da página 48, onde temos uma visão de alguns perfis de pecuaristas da campanha.

Motivações e Percepções dos pecuaristas	
Especificação Estrutura Fundiária e uso da terra	<u>Aspectos mais representativos</u> Predomínio de EA com área total entre 1.000 ha e 1.620 ha; média superior à média dos perfis anteriores; Em torno de 93 % da área do EA aptas para exploração agropecuária; Em torno de 70% da área explorada constituída de áreas próprias; Em torno de 60% da SAU com pastagens; 38,50 % ocupadas com lavouras anuais.
Bovinocultura de Corte Características Produtivas	Número de ua. Bovinos: em torno de 760 ua; Área de pastejo: entre 650 e 1.120 ha; Lotação total da área de pastejo: 0,89 ua total/ha; Lotação bovina: 0,79 ua total/ha; Predominantemente rebanho constituído de gado geral, seguido de cruzamento entre raças zebuínas; Sistema de criação predominante é do tipo recria/terminação e ciclo completo; Presença de bovinos rastreados em 52% dos EA; Produtividade da terra da bovinocultura de corte baixa: em torno de 86,00 R\$/ha;
Composição do Produto Bruto e Rendas	Predomínio da participação das lavouras na composição do PB total; Contribuição da renda agrícola na composição da Renda Total em torno de 89%; Contribuição de todas Outras Rendas na composição da RT menos expressiva; Nível de endividamento baixo: em torno de 1,92% do capital imobilizado; o mais elevado de todos os perfis; Taxa de lucratividade média, em torno de 10 %.
Características dos pecuaristas Informação e Inserção Social	Idade média do responsável pelo EA: 48 anos; Tamanho médio da família residente no EA: 2 pessoas; Número de anos de frequência na escola: em torno de 11,5 anos; Previsão de possíveis sucessores: em torno de 72 % dos EA; Decisões produtivas divididas entre o chefe do EA, membros da família e outros; Meios de informação utilizados são revistas e jornais; televisão; palestras e dias de campo; Participação predominante no Sindicato Patronal, Cooperativas e Associações Locais de Produtores (em torno de 52%).
Motivações e Percepções dos Pecuaristas	Principais motivações para atuar na bovinocultura são a segurança, satisfação pessoal e lucro; Autodenominam-se, predominantemente, produtores e empresários rurais; Investimentos prioritários seriam em compra de terras e bovinocultura de corte; Incerteza, preços baixos, falta de alternativa de compradores são os principais problemas relacionados à bovinocultura; Comercializam gado, principalmente quando precisam liberar o campo.
Regionalização	Campanha Sudoeste, Planalto, Planície Costeira Norte, Planície Costeira Sul.

Quadro 5 - Aspectos produtivos, socioeconômicos e de percepção – Pecuaristas-Lavoureiros Especializados.

Fonte do SEBRAE; SENAR; FARSUL (2005, *apud* ANDREATTA, 2009, p. 105).

Mantendo essa mesma lógica, comparativamente, a Campanha é entre todas as regiões a que apresenta menor índice de variação da paisagem agrícola e com relação ao uso do espaço agrário gaúcho. Embora tenha aumentado nos últimos anos o percentual de uso do solo para lavouras de soja, arroz e para o plantio de espécies exóticas, como o eucalipto, esse aumento não chega a ser relevante. A pecuária extensiva ainda predomina nesse espaço (SEBRAE, SENAR, FARSUL, 2005; HEIDRICH, 2000).

Segundo Andreatta, 2009, os *Pecuaristas-Lavoureiros Especializados*, cujas características foram mencionadas acima, têm uma presença significativa, respectivamente, na Planície Costeira Norte, Planície Costeira Sul e Planalto, embora estejam presentes em todas as demais regiões. Os motivos para essa concentração mais expressiva são as

configurações do relevo e as possibilidades no que se refere ao uso da terra. O acesso às tecnologias e os rendimentos de escala, embora não sejam exclusivamente determinantes, também contribuem para essa configuração (SEBRAE, SENAR, FARSUL, 2005; ANDREATTA, 2009, p. 171 e 174).

A combinação dos fatores geográficos e históricos, como as características do relevo, as possibilidades de uso do solo e o contexto econômico da época foram, segundo Roche (1969) determinantes para a formação dessa sociedade. Outro fato importante nessa contextualização diz respeito aos aspectos culturais. O imigrante não ibérico fez uso do seu arcabouço cultural quando se apropriou do espaço. Gerenciou os seus objetivos com base no seu repertório de informações e de experiências acumuladas, diversificando as fontes de geração de ocupação e renda no espaço. Aliás, o que estaria de acordo com visões contemporâneas de utilização dos espaços rurais, como as de Abramovay, (2009 p. 18), quando diz que atualmente a “[...] preocupação básica está em diversificar as fontes de geração de ocupação e renda, sobretudo naquelas localidades que não são diretamente beneficiadas por processos espetaculares de inovação técnica.”

As observações de Oliven (2002) corroboram os elementos analisados até aqui com relação aos aspectos geográficos, quando afirma que são

diversos os fatores que teriam feito a identidade do gaúcho ser diferenciada. Primeiro, a questão do isolamento geográfica, que fez com que o Rio grande do Sul ficasse separado por mais de dois séculos do Brasil. Ao mesmo tempo, segundo ele, a natureza teria premiado o estado com um espaço físico dos mais benéficos às atividades humanas e ao mesmo tempo de difícil acesso. Outro aspecto relevante, segundo o autor, seria uma história *sui generis* que inicia com uma integração tardia ao resto do país através da preia do gado xucro, sem despertar interesse na ocupação da terra.

Vimos até aqui algumas características que teriam sido geradas por influências históricas e geográficas (do meio) na ação humana. Segundo a visão geográfica, não como determinismo, mas como possibilidades múltiplas, subordinadas às técnicas e às necessidades impostas pela natureza. Destacamos também os aspectos culturais e históricos, os quais, acreditamos, são fundamentais para entendermos o discurso e seus aspectos ideológicos, no que se refere à manutenção das instituições sociais e o que elas representam em termos de uma suposta estabilidade e segurança para os grupos que detêm o poder. A mudança é percebida como favorecedora da instabilidade e da perda do controle da situação. Esse posicionamento pode ser entendido como um dos fatores determinantes para a manutenção do discurso hegemônico, de suposta resistência à mudança, como a incorporação de novas técnicas e a diversificação da produção, nesse universo da campanha. Região essa com características culturais marcadamente ibéricas, em contraste a outro tipo de visão de mundo e de exploração do meio, num outro contexto geográfico e histórico: o litoral e a serra pelos colonos de ascendência germânica e italiana, basicamente¹².

¹² Ver Mapa 1, página 21.

3 ALGUNS ASPECTOS DA QUESTÃO SOCIOECONÔMICA

Diversos autores já descreveram a formação econômica do Rio Grande do Sul, em especial a região da campanha. Com efeito, o objetivo do presente capítulo não é repetir essas descrições, mas o de apresentar alguns elementos relevantes dos discursos da intelectualidade sobre os aspectos relacionados com a produtividade e com o empreendedorismo, a fim de utilizá-los como ferramenta de análise e de compreensão dos diferentes discursos sobre a atual conjuntura econômica dessa região. Em que pese todas as condições altamente propícias, tanto naturais quanto históricas para um potencial desenvolvimento econômico, acima descrito.

Com base nessa premissa, no presente capítulo destacaremos os aspectos econômicos específicos da campanha, centrados na estância pastoril, instituição nuclear e difusora do regionalismo gaúcho e de suas tradições, dentro de uma perspectiva histórica marcada inicialmente pelo seu apogeu econômico, terceiro quartel do século XIX e pelo seu declínio, segundo quartel do século XX (FONSECA, 1983). Nessa região, segundo Andreatta (2009) predomina a combinação de duas formas de organização da produção: a lavoura empresarial em arrendamento capitalista e a bovinocultura de corte realizada tradicionalmente em moldes extensivos. Diferentemente do nordeste do Rio Grande do Sul, cuja característica é a da pequena propriedade de uso intensivo, nesta, a indústria e o comércio exigiram novas regras e combinações das instituições que, segundo North, citado por Gala (2003), podem estimular ou inibir as atividades produtivas. Elementos que estariam associados aos aspectos culturais diferenciados dos ibéricos, onde prevaleceram regras, leis e costumes que foram de alguma forma, capazes de estimular atividades econômicas básicas para o desenvolvimento¹³ econômico capitalista. E, segundo, porque as mudanças requeridas para uma melhora nos índices de desenvolvimento humano podem

¹³ O desenvolvimento, segundo Ribeiro (2009) é entendido como o processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Acrescenta que essas liberdades se caracterizam, tanto como os fins, quanto como os meios principais para o desenvolvimento. Acrescenta ainda que essas liberdades devem ocorrer em todos os níveis desde a liberdade de participar na economia até às liberdades de expressão e participação política às oportunidades sociais (como acesso à educação, saúde, mecanismos de proteção social e ajudas contra a fome, etc.) (RIBEIRO, 2009, p. 72).

ser implementadas, a partir do seu reconhecimento e de uma predisposição em fazê-lo (HEIDRICH, 2000; TARGA, 1995).

A partir da histotografia, que tem a estância como instituição nuclear da região da campanha, além de centro difusor da visão de mundo e das tradições do regionalismo gaúcho, entendemos como oportuno a utilização de uma ferramenta, uma teoria, bastante ilustrativa, para a análise do discurso relacionada aos aspectos econômicos, trata-se da *Teoria Institucional* de Douglass North *apud* GALA (2003, p. 93):

Para North, a chave do problema econômico não está no avanço tecnológico ou na acumulação de capital. Está nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem atividades nesse sentido. O que a literatura econômica atual considera causa do crescimento nada mais são do que consequências de uma dada matriz institucional específica. No limite, as causas do crescimento, identificadas por essa visão, são o próprio crescimento.

Além das regras e arranjos, que seriam os responsáveis pelo avanço econômico, destacamos o que esse North citado por Gala (2003, p. 93) estabelece como a base do problema: a matriz institucional, pois

O segredo para atingir o crescimento está na construção de uma matriz que estimule a acumulação de capital físico e humano. A grande distância observada ainda hoje entre países pobres e ricos encontra-se muito mais em diferenças entre matrizes institucionais do que em problemas de acesso a tecnologias. Sociedades pobres encontram-se nessa situação justamente por não terem desenvolvido uma base de regras, leis e costumes capazes de estimular atividades economicamente produtivas, especificamente acumulação de capital e de conhecimento.

Nesse sentido, cabe ponderar uma possível relação entre o contexto econômico da região da campanha e a sua associação com a estância, instituição geradora do tradicionalismo gaúcho e vinculada à sua principal fonte de renda, a bovinocultura de corte.

3.1 A BAIXA PRODUTIVIDADE

A baixa produtividade da bovinocultura de corte da campanha gaúcha vem sendo historicamente denunciada. Maestri (2008) lembra que nas fazendas crioulas sulinas essa característica foi percebida por vários viajantes que por aqui passaram no decorrer do século XIX. O autor destaca nos seus estudos que o inglês John Luccock“ [...] referindo-se às regiões próximas a Pelotas, afirmou que a cada três léguas quadradas (treze mil hectares) atribuiu-se quatro ou cinco mil cabeças de gado, seis homens e uns cem cavalos” (MAESTRI, 2008, p. 205). Ou seja, 2,3 ha para cada animal, em média. Mais adiante, Maestri (2008, p. 206) afirma que, embora os dados sobre produtividade da bovinocultura de corte careçam de mais pesquisas para delimitar a média de lotação dos campos do Sul, durante o século XIX, esta se manteve próxima de 2,5 hectares por animal. Com efeito, sobre o desfrute animal, segundo Maestri (2008), tanto Saint-Hilaire, em 1820, quanto Varela, 1897, registram uma média anual de 6% de aproveitamento anual dos rebanhos, o que mais tarde, segundo Varela chegaria a 20%, mas com baixa qualidade: “pois cada animal abatido não produzia mais de 150 kg de carne, além de couro, graxa e sebo” (VARELA, *apud* MAESTRI, 2008, p. 209).

Saadi, pecuarista, fazendeiro, veterinário, empresário. Fundador e primeiro presidente do Sindicato Rural de Palmares do Sul, afirma em seu livro: *Agropecuária: a grande virada* que “a baixa produtividade de carne por ano por hectare pode ser classificada como uma catástrofe. Sobretudo porque esse animal mal alimentado vai precisar de três a cinco anos para ser engordado e vendido” (SAADI, 2007, p. 36). O que poderia ser conseguido, a partir de técnicas de manejo, lotação e melhoria das pastagens para menos de dois anos. Saadi (2007, p. 36) ressalta ainda que a pecuária não acompanhou o desenvolvimento alcançado pela agricultura brasileira e gaúcha. Lamenta que “na pecuária se insiste em formas superadas de exploração, como a manutenção de animais em campos nativos de solos ácidos e mal fertilizados.” Mais adiante, relata a sua visita à Nova Zelândia, de clima semelhante ao do Rio Grande do Sul. Lá verificou que a produtividade (quilos

de carne por hectare ao ano) é cerca de quatorze vezes maior que a da campanha. Enquanto a média gaúcha fica em torno de 70 e 75 kg/ ha/ano, na Nova Zelândia essa média é de 1.000 kg/ha/ano. Ressalta ainda que os efeitos na economia gaúcha de uma produção que facilmente poderia ser triplicada: “poderia fazer com que o PIB gaúcho aumentasse, pelo menos, nove pontos percentuais, irrigando a economia estadual com mais R\$ 14 bilhões em curto espaço de tempo” (SAADI, 2007, p. 15).

Os dados abaixo fazem parte do estudo sobre produtividade e foram desenvolvidos por Carlos Nabinger, engenheiro agrônomo, Professor Adjunto do Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia da UFRGS. Com base em vários experimentos realizados na Estação Experimental da UFRGS, na depressão central do nosso estado, Nabinger demonstra que a passagem do que ele chama de nível 1 (produção média: 70 kg /ha /ano) para o nível 2 (200 à 230 kg /ha /ano) depende apenas do ajuste da carga animal. Segundo Nabinger (2006, p. 37):

[...] resulta apenas do correto ajuste da carga animal em função da disponibilidade de forragem, ou seja, sempre que as condições climáticas determinem maior produção do pasto a carga animal deve aumentar ou, se as condições forem adversas, esta carga deve diminuir. Portanto, até aqui é possível triplicar a produção animal a custo zero.

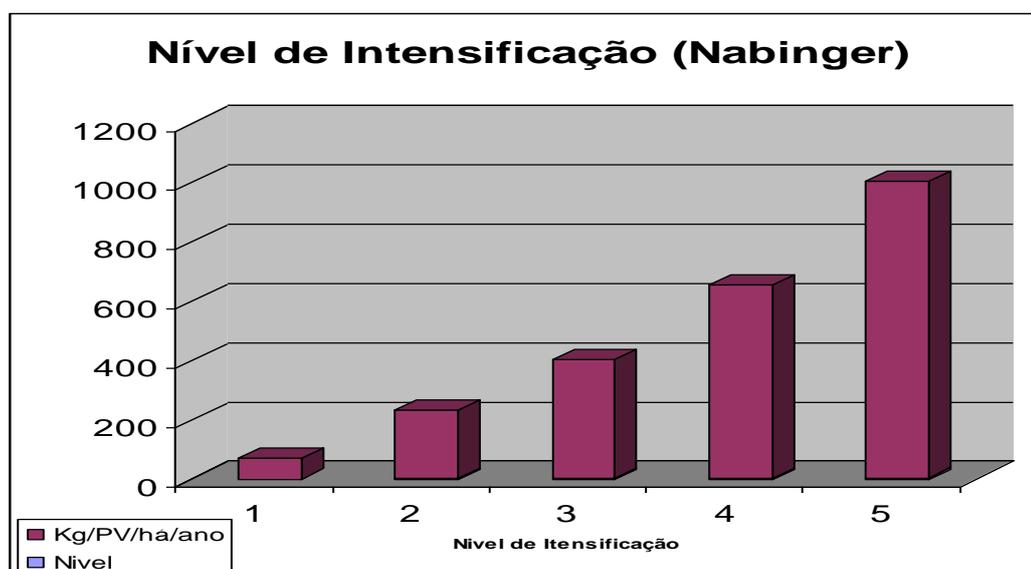


Gráfico 3 - Nível de intensificação

Fonte: Elaborado a partir dos dados fornecidos por NABINGER, (2006, p. 370).

Nabinger (2006) argumenta que o nível 1 (um) representa a média da região: 70 kg de peso vivo por ha e por ano. A passagem para o segundo nível, que seria entre 200 a 230 kg PV/ha/ano, resulta, segundo estudos e experiências, apenas do correto ajuste da carga animal em função da disponibilidade de forragem. Portanto, nas palavras do pesquisador: “é possível triplicar a produção animal a custo zero.” (NABINGER, 2006, p. 37). Somente nas demais simulações da tabela acima, nível 3 (três) em diante é que se faz necessária adição de fertilizantes e de corretivos. Mesmo assim, afirma Nabinger (2006, p. 37) que os custos do investimento são relativamente reduzidos, “uma vez que os resultados até agora obtidos têm demonstrado que a amortização desse investimento pode ser feita em até cinco anos, ou seja, uma única aplicação de corretivos e fertilizantes a cada cinco ou seis anos.”

3.2 A PECUÁRIA E A ECONOMIA GAÚCHA, UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Fontoura citado por Ribeiro (2008, p. 129) afirma que “prevalece no Rio Grande do Sul uma bovinocultura de corte definida como ‘pecuária tradicional’ que guarda a idéia de uma atividade que se desenvolveu do extrativismo”. Por consequência, a ação humana se moldou aos agentes naturais, o que, obviamente, afetou o processo de produção e a os resultados. Todavia, entendemos, pelos dados levantados em nossas pesquisas, que a bovinocultura de corte da campanha gaúcha apresenta elementos que podem enquadrá-la numa classificação de agropecuária híbrida. Uma combinação de fatores característicos de gestão familiar e patronal.

Segundo a EMATER /RS, primeira entidade a descrever o “pecuarista familiar” como forma de identificar o público alvo prioritário para o atendimento e acompanhamento técnico (serviços de extensão rural), as características básicas do pecuarista familiar são:

- a) tem como principal fonte de renda a bovinocultura de corte/ovinos ou que tenha estas atividades ocupando a expressiva maior área do seu estabelecimento rural.
- b) atenda cumulativamente os seguintes critérios:
- ✦ more na propriedade rural ou em aglomeramento urbano próximo;
 - ✦ tenha no mínimo 80% da renda gerada na atividade agropecuária;
 - ✦ use mão de obra familiar, considerando-se os critérios normalmente para caracterizar a agricultura familiar adotados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar – PRONAF;
 - ✦ tenha uma renda bruta anual não superior a R\$ 40.000,00 excluídos os benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais;
 - ✦ seja proprietário ou arrendatário de estabelecimento (área contígua ou não) com área não superior a 300 ha (RIBEIRO, 2009, p. 63-64).

Ao analisar os pré-requisitos da EMATER/RS para o enquadramento de uma propriedade agrária na categoria de pecuária de corte familiar percebemos que vários desses itens estão presentes também, em grande parte, nos perfis analisados acima: Pecuaristas Estacionários e nos Pecuaristas Consolidados, os perfis predominantes da campanha rio-grandense. Lá, como aqui, estão presentes todos os sete itens, a exceção de dois apenas: renda e área; Importantes, sem dúvidas, mas no nosso entendimento não invalidam a associação.

Trouxemos também outro estudo importante para a nossa análise. Segundo Veiga (1996) citado por Ribeiro (2009) a agricultura familiar e a patronal têm as seguintes características:

Agricultura Patronal	Agricultura Familiar
➤ Completa separação entre gestão e trabalho	➤ Trabalho e gestão intimamente relacionados
➤ Organização centralizada	➤ Diretamente assumida pelo proprietário ou arrendatário
➤ Ênfase na especialização	➤ Ênfase na diversificação
➤ Ênfase nas práticas padronizáveis	➤ Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
➤ Predomínio do trabalho assalariado	➤ Trabalho assalariado complementar
➤ Tecnologia dirigida à eliminação das decisões ‘de terreno’ e ‘de momento’	➤ Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Quadro 6 - Principais diferenças entre Agricultura Patronal e Familiar

Fonte: VEIGA (*apud* RIBEIRO, 2009, p. 57).

Assim, os critérios da EMATER/RS, Quadro 6, querem fazer crer na presença marcante de elementos híbridos de gestão patronal com familiar. Ainda com base nessas mesmas informações, podemos observar que os pecuaristas da campanha têm mais atributos que se adéquam às características familiares do que às patronais, embora estejam presentes fortes componentes dessa última. Mais ainda, se confrontarmos essas informações às motivações da tabela abaixo, conseguiremos entender um pouco melhor os elementos ideológicos que compõem o discurso, por extensão, aspectos do sistema social e produtivo da campanha gaúcha e da bovinocultura de corte. Destacaríamos, ainda, em que pese o hibridismo referido de gestão, que a postura e as inserções em instituições, como sindicatos, associações e cooperativas, na maioria dos casos, são patronais (ANDREATTA, 2009).

Motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura de corte:

Tamanho da amostra: 249 Pecuaristas Estacionários e 161 Pecuaristas Consolidados;

MOTIVAÇÕES	Satisfação Pessoal	Tradição	Segurança	Lucro
Pecuaristas Estacionários	28,05%	29,28%	10,57%	4,88%
Pecuaristas Consolidados	21,26%	29,38	19,37%	8,76%

Quadro 7 - Motivações dos pecuaristas para atuar na bovinocultura de corte

Fonte do SEBRAE; SENAR; FARSUL (2005, *apud* ANDREATTA, 2009, p. 152).

O discurso historiográfico argumenta que o Rio Grande do Sul, segundo Pesavento (1997) teve uma inserção subsidiária na economia nacional. Desde a sua formação, constituíra-se nos moldes de uma economia agropecuária de exportação, voltada para o abastecimento do mercado interno com gêneros alimentícios, tornando-se conhecido como “celeiro do país”. Todavia, a região mais dinâmica e que proporcionou um aumento significativo do PIB gaúcho foi a de imigração alemã e italiana. Essa, segundo Pesavento (1997, p. 65) “com mais capacidade de captação, proporcionou o surgimento do grande comércio e da indústria.” Mas, o poder político estava nas mãos dos estancieiros e do Partido Liberal, que barganhava com o governo central a obtenção de favores para a província, através de seu líder maior, Gaspar Silveira Martins, que segundo Love (1971, p. 24) representa o estereótipo do estancieiro gaúcho: “Alto, de peito cheio e corpulento, com uma barba farta e ajeitada [...] Como Pedro I, era liberal por convicção - até de modo passional - mas autoritário por temperamento [...].”

Na sequência, Pesavento (1997, p. 65) lembra que esse grupo “já se mostrava incapaz de resolver as questões que afligiam a economia gaúcha,” em que pese todo o seu poder econômico e político, pois um dos grandes entraves da economia gaúcha da época estava no escoamento da produção através de “um precário e oneroso sistema ferroviário, uma barra obstruída, que dificultava o acesso de navios de grande calado e a ausência de um porto.” (PESAVENTO, 1997, p. 65).

Fonseca (1999) afirma que durante o império a pecuária extensiva praticada na campanha era a principal atividade econômica gaúcha. O comércio de produtos, como charque, couro, gado em pé, sebos, etc., era feito essencialmente com o mercado interno nacional. Lembra ainda que na pecuária extensiva, o trabalho era feito por peões, nas formas de “agregação e parceria”, sendo o trabalho assalariado pouco difundido. Todavia, o principal produto dessa economia, o charque, era produzido pela mão-de-obra escrava.

Na segunda metade do século XIX, a ocorrência de dois fatores foi determinante para a alteração dessa situação. Fonseca (1999, p. 36) lembra que a estagnação das charqueadas se deu “por não conseguir sustentar taxas de crescimento sofrendo a concorrência dos países platinos; e, por outro lado, o início de uma agricultura diversificada, associada à criação de suínos [...]” Essas atividades que eram praticadas por grupos sociais com bases históricas e culturais totalmente diferentes das da campanha, formadas basicamente por alemães e italianos. Somem-se a essas diferenças os aspectos geográficos, pois essa sociedade se formou, segundo Fonseca (1999) na região serrana, a partir da pequena propriedade, com predominância da mão de obra familiar.

É importante observar os contrastes dessas duas sociedades, campanha e serra, através do olhar de alguns estudiosos atentos, que por aqui passaram. Singer (1981), por exemplo, destacou que na campanha havia uma sociedade rigidamente hierárquica, formada por latifundiários, peões e escravos. Na serra, porém, destacou que essa era uma sociedade mais igualitária constituída por pequenos proprietários. Dentro deste contexto, Heidrich (2000, p. 102) ressalta que “distintas economias: uma produtora de charque e outros produtos de origem animal; outra produtora de trigo e produtos de lavoura”. O mesmo autor afirma ainda que “no início do século XX, as duas regiões passariam a integrar-se em um único mercado, através do papel de hegemonia comercial que Porto alegre passou a exercer” (HEIDRICH, 2000, p. 102). Esta nova conjuntura demonstrou a fragilidade e a precariedade da economia da campanha, que apesar de todo o auxílio recebido, por conta do seu peso político, não foi capaz de reverter à situação e se mantém por séculos quase inalterada.

Para reforçar as constatações feitas acima é importante lembrar que, em 1928, o então governador do estado, Getúlio Vargas, fundou o banco do Rio Grande do Sul, fazendo uso de recursos estaduais, na proporção de dois terços do capital inicial. Love (1973, p. 240) afirma que essa instituição

foi expressamente criada para estender o crédito a baixo preço aos interesses agrários e pastoris [...] em seu primeiro ano de operação, o banco concedeu mais da metade de seus empréstimos aos produtores de charque.

Nos anos de 1950, Heidrich (2000) afirma que o destaque na economia gaúcha eram as lavouras capitalistas de arroz e de trigo. Afirma ainda que “a pecuária da campanha gaúcha era alvo de críticas pelo seu parasitismo. Este, em parte, decorria do aproveitamento da renda que a estância auferia pela valorização da terra” (HEIDRICH, 2000, p. 102). Essa valorização da terra deve ser entendida aqui pela sua exploração na forma de arrendamentos promovidos pelos estancieiros. Do total do arroz produzido no estado, cerca de 75% era produzido em terras arrendadas ao latifúndio, o que onerava a produção em cerca de 20 a 40% do seu valor bruto (HEIDRICH, 2000).

Ainda na década de 1950 Heidrich (2000, p. 104) aponta o esgotamento da pecuária e os limites da expansão da lavoura colonial. Surge desse contexto “a lavoura moderna e a indústria como formas privilegiadas de alcance do desenvolvimento econômico.” Por consequência, é a partir desse esgotamento que se consolida a territorialização da indústria gaúcha na porção nordeste, da agricultura no norte e da bovinocultura de corte ao sul (HEIDRICH, 2000).

Segundo Pesavento (1997) o governo estadual apoiou e concedeu empréstimos para a realização do projeto de construção de um frigorífico nacional, sendo que o Instituto Sul-rio-grandense de Carnes, criado em 1934 tinha, entre outros objetivos, tornar esse projeto realidade. Mas não foram somente empréstimos que o governo estadual concedeu aos pecuaristas, ele também “construiu um matadouro-modelo na Serraria e um entreposto frigorífico no cais do porto da capital. Além disso, encomendou vapores

frigoríficos, resolvendo assim o problema de um transporte adequado para as carnes” (PESAVENTO, 1997, p. 111). Mais um auxílio que não resultou em alteração significativa, pois foi o comerciante da área colonial, segundo Pesavento (1997) quem mais capitalizou, pois intermediou a colocação dos gêneros agropecuários e fez inversões na produção de banha e demais produtos suínos, diversificando os negócios.

Na década de 1940, o cercamento dos campos, além da introdução de algumas tecnologias no método criatório, reduziu ainda mais a necessidade de trabalhadores, que já era muito baixa. O êxodo que já se iniciara na década de 1930 se acentuou. As cidades receberam esses contingentes que, desprovidos de qualificação profissional, tornaram-se fortes candidatos ao desemprego ou ao subemprego. Pois, mesmo com o desenvolvimento industrial significativo do estado no período, era impossível absorver toda essa mão-de-obra (PESAVENTO, 1997).

Em que pese todos os auxílios e incentivos às estâncias, a pecuária praticada de forma extensiva apresentava uma baixa rentabilidade. A formação de cooperativas levou a criação dos frigoríficos de capital nacional. “Todavia, as empresas nacionais não conseguiram obter o ‘padrão de qualidade’ que as levasse a atingir o mercado internacional. Neste ponto lideravam as empresas estrangeiras (Swift, Armour, Wilson, Anglo), [...]” (PESAVENTO, 1997, p. 123). Reféns desses frigoríficos, os pecuaristas gaúchos se mantinham a mercê das manobras dessas empresas para rebaixar o preço da carne. O resultado desse processo foi a insolvência de muitos estancieiros e o confisco de suas propriedades, que foram arrematadas por outros grandes latifundiários. Dessa forma, aumentando ainda mais a concentração fundiária na campanha. Diferente dos excluídos da campanha, os contingentes da zona colonial não foram apenas para as cidades. Pesavento (1997, p. 117-118) afirma que: “Uma parcela considerável da população excedente destas zonas passou a migrar, principalmente, para Santa Catarina e Paraná, onde havia disponibilidade de terras.” Fato que é confirmado pelo IBGE, conforme, é demonstrado no Quadro 8 e Gráfico 4 .

Década	Contingente
1940	131.127
1950	205.127
1960	418.843
1970	696.963
1980	896.779
1991	926.247
2000	1012.590

Quadro 8 - Migrantes nativos do Rio Grande do Sul presentes em outros Estados - 1940-2000
 Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2004).

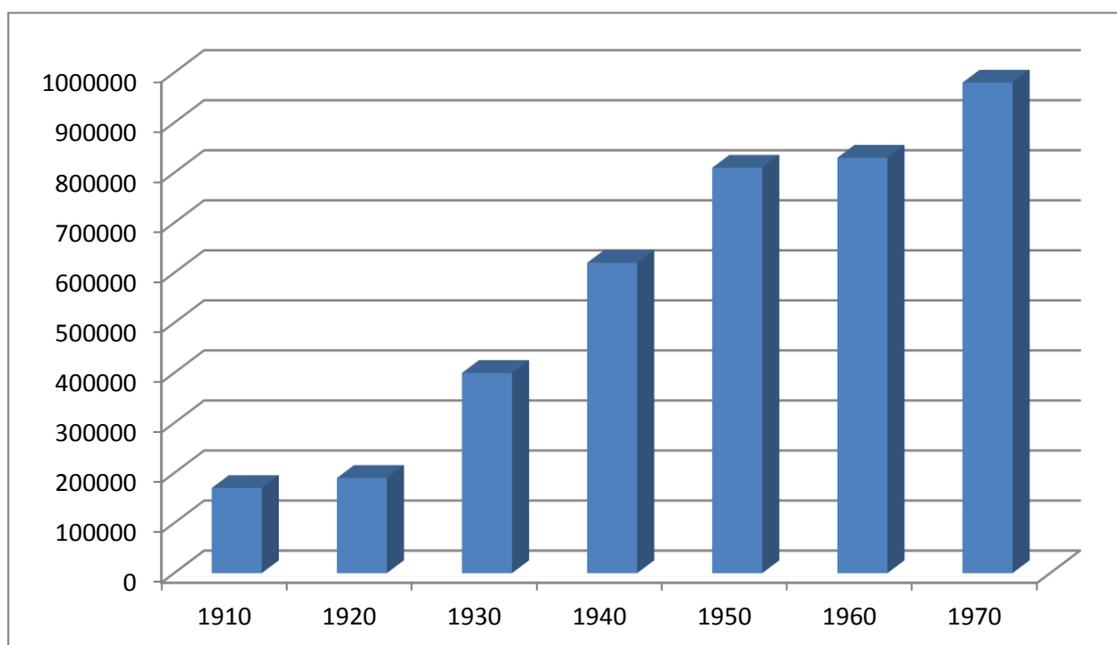


Gráfico 4 - Migrantes nativos do Rio Grande do Sul presentes em outros Estados - 1940-2000
 Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2004).

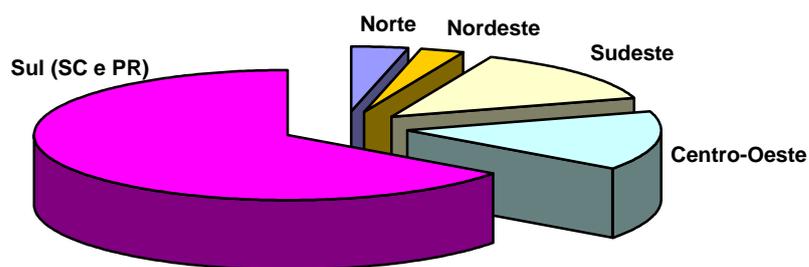


Gráfico 5 - Migrantes nativos do RGS presentes em outras regiões - 2000
 Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2004).

Migrantes nativos do Rio Grande do Sul presentes em outras regiões, 2000.

Região	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro Oeste	SC e PR
Total	36.331	27.422	141.619	148.700	658.518
Percentual	3,59	2,71	13,99	14,68	65,03

Quadro 9 - Migrantes nativos do RGS presentes em outras regiões - 2000
 Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2004).

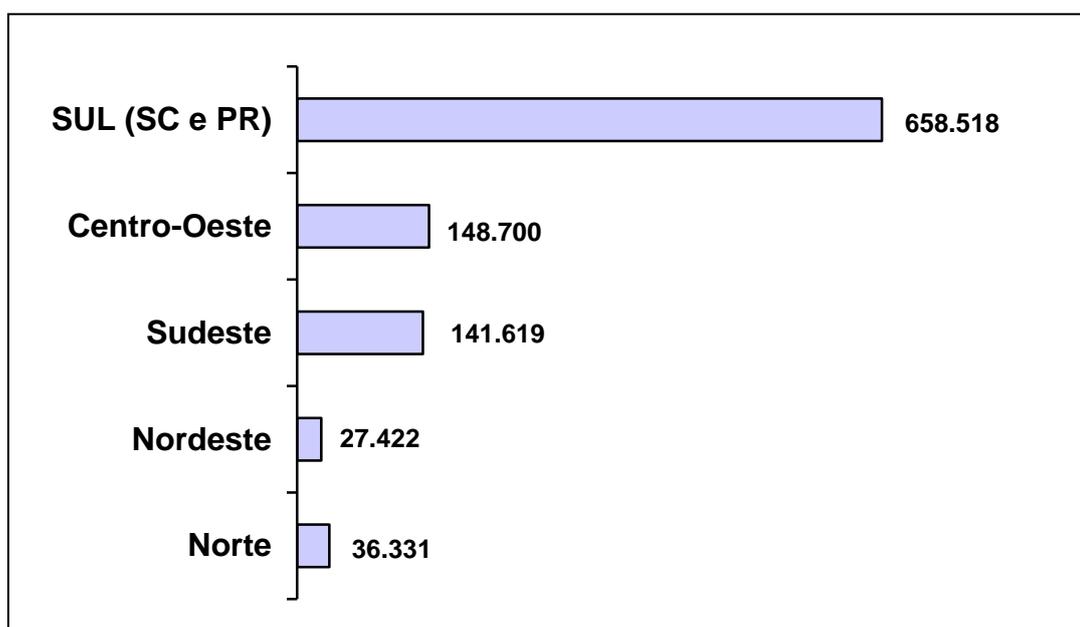


Gráfico 6 - Migrantes nativos do RGS presentes em outras regiões - 2001
 Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, (2004).

Mas não foram somente os peões e agregados, os colonos falidos ou os parceiros que mudaram para as cidades. Muitos estancieiros e suas famílias transferiram-se para as cidades, também. Isso provocou, segundo Reverbel (1984), uma hierarquização dentro da própria família, pois os mais “inteligentes” eram enviados à capital ou aos centros maiores para estudar, cabendo aos menos capacitados o gerenciamento da estância, comprometendo duplamente os negócios da estância. Os filhos que ficavam, com pouco conhecimento, comprometiam a produtividade e a capacidade de inovação tecnológica. Os que retornavam, geralmente exerciam uma atividade predominantemente urbana, e a estância se tornava uma atividade secundária. Os investimentos realizados, basicamente se constituíam na compra de mais terra e mais gado, mas muito pouco em tecnologia.

Paiva (2009, p. 28) afirma que “a estrutura fundiária não contribui para a multiplicação urbana da renda agregada no campo [...] nem apresenta um perfil empresarial propulsivo”. Além disso, destaca que as variáveis importantes para fomentar o desenvolvimento estão rarefeitas no território. Observa ainda que, sem uma reforma agrária somada a uma revolução cultural ou uma radical conversão produtiva, que agregue valor no próprio ambiente rural, poucas são as possibilidades de mudança.

Delio Assis Brasil (2009, p. 95-96) pecuarista, agônomo e ex-presidente do Sindicato Rural de São Gabriel, afirma que:

Até a década de 80, as margens de lucro alcançadas pelo pecuarista eram muito grandes. Naquela época a rentabilidade da pecuária era tão atraente que permitia uma série de distorções e ineficiências (administração a distância, baixa produtividade, excessiva concentração de investimentos em imóveis, baixa eficiência comercial, desrespeito à vontade (sic) do consumidor final de carne e falta de associativismo), tornando a atividade pouco competitiva para os tempos atuais. Com a redução das margens de lucro dos últimos anos, faz-se necessário aumentar a produtividade animal e da terra e a escala de produção para que o produtor consiga se manter na atividade.

Nesse jogo, surge o problema apontado por especialistas que alguns latifundiários têm de manter o modelo tradicional dentro de um novo contexto mais empreendedor. Daí os arrendamentos, como forma de ceder, mas não de

ceder de todo aos novos formatos empresariais. Com efeito, o arrendamento de terras para os plantadores de arroz, processo iniciado já na década de 1920, segundo Fraquelli (1979) se mantém ainda hoje como forte incremento nas rendas dos estancieiros. É o que podemos constatar no relatório do projeto “*Juntos para competir*”, patrocinado pelo SENAR, SEBRAE e FARSUL (2005, *apud* ANDREATTA, 2009), onde os arrendamentos constituem a principal fonte de rendimentos dos pecuaristas pesquisados. Para Andreatta (2009, p. 190):

A participação das rendas advindas das aposentadorias, rendas não-agrícolas (principalmente na forma de arrendamentos) é expressiva e contribui significativamente na composição da renda total dos estabelecimentos.

Mais adiante, Andreatta lembra que no relatório citado acima, 80% dos estabelecimentos considerados na amostra têm o ingresso de outros tipos de rendas, principalmente na forma de arrendamentos. Argumenta que essa situação pode funcionar como um elemento inibidor de investimentos e do aprimoramento das técnicas. Essa situação iduziria, segundo a autora, “[...] esses pecuaristas a manter a propriedade da terra e o rebanho, mais em função da tradição e da satisfação pessoal”, conclui (ANDREATTA, 2009, p. 193).

3.3 A FORMAÇÃO DAS OLIGARQUIAS

Segundo Ortiz (2001, p. 8) “falar de cultura é falar de poder.” É também falar de construções simbólicas e de identidades, que são construídas dentro de um contexto histórico. A partir desse entendimento, passaremos a analisar os discursos da historiografia sobre a formação das oligarquias regionais, cujo local é a campanha. Acreditamos que esta é uma leitura importante de ser feita, em função da sua relevância indiscutível no regionalismo e no tradicionalismo gaúcho.

Não é muito difícil compreender a sensação de poder dos primeiros estancieiros que se apropriaram das grandes extensões de terra da campanha gaúcha. Eles eram homens do seu tempo, quando as conquistas se faziam através das armas, da guerra, pelo uso da força. Ou seja, era preciso espírito aventureiro e coragem para aceitar esses desafios. Nesse sentido, Jaime Pinsky (2006, p. 25) lembra que:

não podemos negar as condições objetivas como fundamentais para a ação humana. Mas que não se negue a ação do homem na história, seu poder decisório, sua iniciativa. Ousar é um passo importante no processo de humanização.

Por outro lado, além das explicações objetivas, como crises conjunturais ou estruturais, seguramente existirão outras de caráter puramente subjetivo. Ou seja, o indivíduo atuando subjetivamente no condicionante histórico (PINSKY, 2006).

Com base no que vimos até aqui, quer nos parecer que um dos elementos de sustentação do discurso das elites gaúchas e, por consequência, da manutenção dos modelos de produção e de geração de riquezas, está, justamente, na glória dos antepassados dessas lideranças. Segundo Céli Pinto (1988, p. 38), “o poder do discurso determina sua capacidade de permanência em uma dada sociedade, sua condição é a de que nunca está completamente instaurado, sua permanência é sempre provisória.” Assim, respaldadas por um grande peso político, essas lideranças da campanha gaúcha têm se articulado por meio de sindicatos, de associações de classe e de partidos políticos, no sentido de preservar a estrutura agrária e fundiária secular da campanha. Nesse sentido, destacamos no trecho abaixo alguns elementos do discurso hegemônico presentes no senso comum. A máxima desse discurso é a de que seus articuladores (os pecuaristas) não acreditam que tenham problemas. Ao contrário, os problemas seriam gerados por aqueles que desejam mudar o modelo tradicional de produção extensiva, já referido acima. Vejamos alguns trechos do texto de 28 de fevereiro de 1986, p. 20, publicado no *Sul Rural* e citado por Heidrich (2000, p. 154-155):

Perdoem-nos os técnicos agrícolas que preconizam o confinamento para o sistema de engorda, perdoem-nos também aqueles que pensam que todos os problemas da terra surgem após uma cultura de grãos resolvem-se com a implantação de uma exuberante pastagem artificial para formalizar o que convencionou-se chamar de ‘integração lavoura-pecuária.’ Nada contra a ‘integração’, [...] A atividade pecuária, no entanto, não poderá jamais ser desprezada se [...] atentarmos para a classificação agrícola do solo do Rio Grande do Sul. [...] Observa-se [...] que 137.124 km² (51,5% do total do RS) são preferenciais para utilização como pasto para a pecuária e que 64.166 km² (24,1%) somente poderão se explorados com pecuária [...].

Heidrich (2000, p. 155) continua:

Ora, devemos acrescentar que em *campos nativos gaúchos* engordam-se vacas e novilhas em 60 ou 90 dias nos verões com boa precipitação de chuvas. Isso se deve a uma herança genética das pastagens de que a *própria natureza dotou nossos campos*: grama de forquilha, flexilha, babosa, trevo de carretilha, etc., etc., etc., que têm para o pecuarista *um custo igual a zero* e que, ultimamente, vêm tendo um *assédio constante dos arados que a tudo destroem* para a formação de lavouras de cereais. [...] [A] nossa pecuária é uma atividade extremamente importante *...o boi vai onde o trator não pode entrar* [...] transforma as fibras de pastagem, que o homem não usa para a sua própria alimentação, em proteínas de altíssima qualidade; por ser de fácil armazenagem: basta para isso manter o animal vivo dentro das invernadas fechadas, pois não depende, como a agricultura, de prazos restritos entre o plantio e a colheita.

Esse posicionamento é eloquente uma vez que pondera somente a manutenção das formas tradicionais de produção, em detrimento da produtividade. Percebe-se também uma carência de visão sistêmica, presente no discurso hegemônico, que pondere o social e todas as suas implicações estruturais. Nesse sentido, de acordo com Céli Pinto (1988, p. 39):

A permanência de um discurso – isto é, sua condição de poder - está altamente relacionada com sua capacidade de, por um lado, transformar as condições de emergência em condições de existência e, por outro, construir no seu interior suas próprias condições de existência. Tais condições permitem aos discursos encontrar o seu lugar na pluralidade discursiva, em outras palavras, institucionalizar-se.

O discurso que defende a resistência à mudança teria suas raízes, segundo críticas, no processo histórico de formação das nossas estruturas sociais representadas pelo estado patrimonialista presente aqui na figura do

caudilhismo dos estancieiros na região em análise. Diga-se de passagem, constatação também percebida por Cardoso (1977), quando discorda da historiografia rio-grandense e da sua apologia aos princípios democráticos e igualitários da sociedade gaúcha. Na visão do autor (1977, p. 84):

O resultado a que cheguei foi, contudo, o oposto do que à luz da bibliografia histórica comum seria de esperar. Na verdade a sociedade rio-grandense não só se organizou nos moldes de uma estrutura patriarcalista, como às posições assimétricas na estrutura social correspondiam a formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e de subordinação. Frequentemente a compatibilidade entre as expectativas era assegurada pelo exercício violento e arbitrário da autoridade inerente às posições hierarquicamente superiores do sistema social [...] Essas interpretações partem de uma distorção ideológica que implica a reconstrução idílica do passado.

Ao contrário de outros estados, onde a ordem econômica foi determinante para a formação social e histórica, no Rio Grande do Sul a ordem política se sobrepôs. No Rio Grande a estrutura fundiária, social e política foram resultados da fronteira e da guerra. Desse processo legitimaram-se as lideranças, as oligarquias ibéricas, que daí justificavam os seus privilégios de deter o poder através da etnia, do sangue, de um privilégio natural, na tradição, muitas delas se perpetuando até nossos dias (TARGA, 1998).

Com efeito, as tradições gaúchas são descritas como de autoritarismo, ao contrário da chamada “democracia campeira”, presente no texto de Apolinário e, assim interpretado por Gonzaga (1980, p. 113): “congraçam-se peões e fazendeiros, os mesmos alamares de prata, o mesmo suor, o mesmo cheiro da faina rústica, as mesmas bocas na bomba de chimarrão, os mesmos traços de caráter”, o que na verdade tornou-se tradição no Rio Grande foram as formas autocráticas de governo, como constatou Fernando Henrique Cardoso (1977) em suas pesquisas, já citadas.

Ainda, dentro dessa mesma lógica de análise do contraditório, há discursos que afirmam existir nos dias de hoje, grupos de família ditas tradicionais, latifundiários, na América Latina, nas áreas rurais brasileiras e mesmo no Rio Grande do Sul, que formam oligarquias detentoras de grande

“capital simbólico, entendido este como qualquer que seja sua espécie [...] quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio” (BOURDIEU, 2009, p. 145). Em outra análise: “Esses grupos, via de regra, controlam o processo produtivo, os partidos políticos e, por extensão, o poder nesses países”. (NAVARRO, 1996, p. 90) Nos discursos dessas oligarquias, geralmente, a reforma agrária tem sido rechaçada sob o argumento de que as pequenas propriedades são improdutivas, ou na melhor das hipóteses, pouco produtivas, estando assim, sem condições de atender as necessidades do mercado mundial e às políticas de exportação, o que nos parece uma manifestação de conservadorismo equivocada, visto que, sabidamente, são os minifúndios os responsáveis pela maior parte do abastecimento do mercado interno de alimentos. Também na pecuária, segundo Andreatta (2009, p. 191-192): “são parcialmente verdadeiras as afirmações de que a bovinocultura, enquanto atividade produtiva, somente é viável em grandes e médios estabelecimentos”.

Love (1975) associa o latifúndio e a concentração fundiária ao poder político local, à apatia e ao desinteresse dos estancieiros em aumentar a produtividade e a dinamizar ou diversificar as matrizes produtivas regionais. Seria, segundo sua percepção, uma demonstração inequívoca de conservadorismo e de acomodação. Nas palavras de Love (1975, p. 6):

No século XVIII os primeiros habitantes da região lavraram-no formando enormes propriedades pastoris – estâncias (ou fazendas) – que ainda predominam. Durante a República Velha (1889 – 1930), o alto grau de concentração da propriedade territorial do Estado deveu-se predominantemente à existência de latifúndios na Campanha. As cidades na Campanha são poucas e largamente separadas por terras de pastagem dispersamente estabelecidas; comparadas com os centros urbanos da Serra e do Litoral, as cidades da Campanha apresentam-se letárgicas e relativamente estáticas em população.

Os elementos da pesquisa indicam que na campanha vivenciamos, ainda hoje, o domínio da estância, “um núcleo de nobreza”, sobre os centros urbanos, visto que estes dependem dos valores culturais, da tradição do primeiro. Por extensão, a estância se vincula historicamente à ideia de nobreza, de poder político e econômico (ROCHE, 1969).

Com efeito, os clãs que, historicamente, governaram a região do Rio Grande do Sul em análise conservam-se ainda hoje com grande poder político através da manutenção da propriedade das enormes estâncias e pelas tradições de suas origens seculares. Chama a atenção um dado muito importante que pode ser usado para corroborar a afirmação acima. Segundo Andreatta (2009, p. 87; SENAR, SEBRAE, FARSUL, 2005) cerca de 70% dos pecuaristas entrevistados pelo projeto já mencionado obtiveram “pelo menos parte das terras por herança”. Seus intelectuais e políticos, em muitos casos, um prolongamento dos seus ancestrais estancieiros protegidos, “blindados” por suas origens históricas de lutas e de conquistas mantém-se, ainda, sobranceiros ao Estado, confundindo, na maioria das vezes, o público com o privado, quando defendem os seus interesses como sendo os interesses gerais da sociedade gaúcha (FAORO, 1976; CHAUI, 2000).

As formas autocráticas de dominação social que se estabelecerem na sociedade gaúcha, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, em função da “ordem militar” são apontadas por Cardoso (1970) como as principais responsáveis pela forma violenta e arbitrária do sistema de relações sociais, que se justificaria falar até na perversão do sistema autocrático de mando no Rio Grande do Sul, pois, segundo o autor (1970, p. 85):

O apelo ao arbítrio e à força bruta a tal ponto esteve presente no sistema de dominação existente no sul que a violência e a falta de respeito às normas formalmente estabelecidas contavam com componentes de fundamental importância para a manutenção do sistema de controle social e para a motivação dos ajustamentos às condições normais de vida. (CARDOSO, 1970, p. 85)

Segundo Hilário Franco Jr. (2002) as mentalidades não acompanham as técnicas. Nesse sentido, o local do discurso denota elementos que indicam uma postura conservadora dos estancieiros e das suas instituições, que manteriam os componentes ideológico-culturais do patrimonialismo influenciando o comportamento e o modo de vida das pessoas, que se expressam pelos hábitos viciosos com ares aristocráticos, mas ostentariam a prepotência e a arrogância nos seus inter-relacionamentos e encontros sociais pomposos nos leilões e nas feiras agropecuárias. Nas atitudes mescladas de

paternalismo e de profundo desprezo pelas classes subalternas (BAUER, 2006).

3.4 A CISÃO DAS OLIGARQUIAS

No aspecto político, segundo nos informa Love (1973), houve uma forte tendência da serra em apoiar o PRR de Júlio de Castilhos, no final do século XIX, diferente da campanha, que apoiava majoritariamente os liberais de Silveira Martins. Conforme Love (1973, p. 48):

A força da oposição situava-se predominantemente na campanha, e seus candidatos receberam maioria absoluta em Bagé, e Alegrete; o PRR venceu na maioria dos municípios de cada uma das três regiões estaduais, triunfando, porem, esmagadoramente na serra.

As disputas pelo poder estadual travadas entre os liberais, pecuaristas da campanha e os republicanos, defensores de um modelo produtivo e fundiário mais diversificado, no sentido de promover a implantação do capitalismo, com bases ideológicas positivistas, causaram duas revoluções: 1893 e 1923 com milhares de mortos e feridos. Ambas as revoluções eclodiram em momentos de crise, já mencionadas acima, e, segundo Pesavento (1997, p. 79) “representam a cisão no interior da classe dominante estadual”, que se reconciliará a partir de 1928, com a segunda geração de republicanos no estado representada por Getúlio Vargas e de sua política orientada para a salvação da pecuária gaúcha (PESAVENTO, 1997).

Segundo Heidrich (2000) o discurso defensor do regionalismo gaúcho caracterizou-se por um rígido controle da política interna que proporcionou vantagens econômicas e do patronato político, que projetaram o Rio Grande no cenário nacional nas décadas de 1940 e 1950. E, embora a postura oligárquica de poder tenha evoluído para a organização de estruturas modernas, embasadas no princípio da representatividade política, o controle quase absoluto dessas elites inviabilizava a defesa de interesses divergentes.

Com a mudança na sociedade, pela inserção de novos seguimentos, como a classe média urbana e pequenos proprietários rurais, conforme Heidrich (2000, p. 195-196), “o regionalismo político obteve o suporte da constituição da imagem do gaúcho, da identidade regional que possibilitava a construção de uma noção de comunidade territorial [...]”. O autor destaca ainda, que essa comunidade, agora legitimada política e culturalmente conduziu: “a defesa da atividade econômica, enquanto a mesma encerra em si tanto a possibilidade da reprodução como da dominação social” (HEIDRICH, 2000, p. 195-196).

Nesse sentido, o discurso hegemônico se estruturou na regionalidade que viabiliza a manutenção da comunidade territorial, com seus valores culturais que devem ser preservados e cultuados. Valores esses intermediados pelos meios de comunicação e pelo poder público.

Em nossas pesquisas selecionamos alguns discursos que são citados com frequência por trabalhos relacionados com o desenvolvimento sustentável da campanha gaúcha. Nesse sentido, destacamos o posicionamento de Paiva (2008) ao defender que, em função dos problemas de especialização produtiva dependente da bovinocultura e do arroz afirma que: “os testes deixam claros que a equação distributiva de fundo, definida pela estrutura fundiária, não contribui para a multiplicação urbana da renda agregada no campo.” (PAIVA, 2008, p. 28). Este economista e pesquisador da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (2008, p. 28) apontaria ainda como única solução se:

[...] abstrairmos de uma reforma agrária radical e/ou uma revolução cultural, seria uma radical conversão produtiva, com vistas a se especializar em produtos aptos a compensar a baixa multiplicação urbana da renda [...].

Afirma ainda que isso seria possível “a partir da análise de outras alternativas, como a fruticultura, o florestamento (sic) voltado ao atendimento das demandas industriais do setor mobiliário, a produção de matrizes para a pecuária leiteira, etc.” (PAIVA, 2008, p. 28). Já, Delio Assis Brasil (2009, p. 94) posiciona-se contra os argumentos acima, pois afirma que:

O INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) tem conhecimento que atualmente com o aumento da agricultura, principalmente as culturas de arroz e soja, e a sub-divisão (sic) das propriedades não há mais propriedades improdutivas, no Rio Grande do Sul, não podendo, portanto, estas propriedades serem destinadas à Reforma Agrária.

O que podemos deduzir desses estudos e análises dos discursos, até aqui, é que condições técnicas e capacitação profissional não faltam para o encaminhamento de melhorias nas condições de produção e de renda na campanha gaúcha. No entanto, o jogo se mantém no impasse, a partir de um diálogo de surdos. Onde não são ponderados os argumentos contrários ao discurso hegemônico. Por consequência, as posições se mantêm sectárias. Assim como as instituições que, segundo a historiografia, também se mostram refratárias ao empreendedorismo e a novas matrizes produtivas.

3.5 A FARSUL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não podemos falar de questões agrárias na campanha sem falar da Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul, FARSUL. Principal entidade patronal de representação no Estado e, segundo Mendes (2009, p. 4), “uma das mais poderosas entidades rurais do país”. Cujo discurso, foi sempre o de oposição à reforma agrária. Seu líder mais famoso, Carlos Sperotto, ‘*o rei da Farsul*’, afirma Mendes (2009, p. 4) rejeita o diálogo com o MST, alegando que: “Só sentaria (como o MST) se eles tivessem nome, endereço e registro como entidade. Eles que se organizem”. Desde a sua fundação a FARSUL teve uma presença política destacada, principalmente por posicionar-se muito próxima ao poder estadual, representando oficialmente os grandes proprietários de um lado e por outro, atuando como interlocutor do Estado nas políticas agrícolas e agrárias estaduais, inclusive fornecendo quadros especializados para atuar junto ao setor agrícola (HEINS, 1991, *apud* DA ROS, 2009).

Presente a todos os debates em questões agrárias, a FARSUL já participava da disputa nos rumos das políticas agrárias, na década de 1960, quando do surgimento do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTE), mostrando uma firme oposição a este movimento. Nessa época, segundo Da Ros (2009, p. 248) “registraram-se as primeiras ações coletivas unificadas do patronato rural contrárias aos movimentos de lutas por terra, através da concentração de proprietários, publicação de documentos e intervenções na imprensa estadual.”

Da Ros (2009, p. 249) afirma que no período de transição do regime militar para a Nova República, a Farsul uniu-se às demais representações do patronato rural nacional “no combate político e ideológico às propostas do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quando da apresentação da proposta governamental no IV Congresso da Contag.” Porém, o avanço das ocupações no campo protagonizadas pelo recém criado MST, acrescidas do temor de que estas conquistassem o apoio massivo da sociedade civil, contribuiu para o surgimento de uma crise de representação no setor patronal. Primeiramente surgiram vários grupos de defesa das propriedades e posteriormente, representados pela União Democrática Ruralista (UDR) em caráter nacional, que segundo Heins (1991) citado por Da Ros (2009) construiu uma nova identidade social e política: a de ‘produtor rural’ o que os aproximava dos empresários urbanos e ao mesmo tempo os afastava dos antigos rótulos de ‘latifundiários’ e ‘improdutivos’ atribuídos por seus antagonistas.

Ainda, segundo Da Ros (2009), nos anos 1990, com novas ocupações de terras e diante da iniciativa do governo federal em atender as pressões dos movimentos sociais por terra, a FARSUL argumenta que “a reforma agrária é uma medida inútil e desnecessária ao desenvolvimento do país, razão pela qual passou a condenar a expansão dos assentamentos nos anos recentes” (DA ROS, 2009, p. 251). Esses argumentos apontam as dificuldades, no sentido de encontrar um ponto de equilíbrio nas negociações entre INCRA e FARSUL. O recrudescimento das relações entre essas entidades ocorre quando o INCRA expande os assentamentos e propõe a revisão dos índices de produtividade,

especialmente os índices de lotação pecuária, em função de que os mesmos não eram revistos desde 1975, quando do último Censo Agropecuário do IBGE, inadequados, portanto, aos progressos científicos e tecnológicos ocorridos na agropecuária brasileira.

Diante desse quadro, os ruralistas filiados ao sindicato rural de Bagé se posicionam contra a realização das vistorias, pois perceberam que a sua continuidade possibilitaria a implantação de novos assentamentos nas regiões de grandes latifúndios, o que contribuiria para o processo de expansão de novos núcleos, “mediante as compras e as desapropriações negociadas efetuadas pelo INCRA” (DA ROS, 2009, p. 251).

Nesse ponto da discussão, os embates a cerca dos índices de produtividade da pecuária na campanha ganham contornos relevantes para o entendimento desse contexto. Partes interessadas defendem que o fator produtividade está associado à qualidade e a quantidade de carne produzida por hectare por ano. Nesse sentido, os índices de produtividade alcançados nos países desenvolvidos, EUA e Nova Zelândia, passam de dez vezes a média da campanha gaúcha. No Rio Grande do Sul são apontadas por essas partes propriedades que também alcançam índices três, quatro ou cinco vezes maiores do que a média gaúcha (75 quilos de carne por hectare por ano), já citada acima, preservando o meio ambiente, gerando postos de trabalho e riqueza para o Estado (SORIO JR, 2000; SAAD, 2007; NABINGER, 2006).

Por outro lado, as pressões da FARSUL contra as vistorias do INCRA fizeram com que fosse criada na Câmara dos Deputados uma Comissão de Agricultura e Política Rural, com o objetivo de rever os índices de produtividade estabelecidos pelo INCRA. Ao mesmo tempo, o presidente do INCRA assinou a portaria nº 170, criando uma comissão especial, para reavaliar os índices de lotação pecuária, segundo matéria publicada no jornal Zero Hora, de 23 de abril de 1998.

Lembra Da Ros (2009), que apesar de o discurso da necessidade da modernização da pecuária seja recorrente no Rio Grande do Sul, a introdução de novas técnicas de manejo do rebanho, ou mesmo a melhoria genética do

plantel foram suficientes para suplantar o pastorei contínuo, pois “as modernizações ocorridas na pecuária gaúcha sempre tiveram um caráter restringido.” (*sic*) (COSTA, 1998; PESAVENTO, 1994, *apud* DA ROS, 2009, p. 261). A explicação encontrada para justificar a reação dos estancieiros aos índices para cima dos atualmente utilizados pelo INCRA está em que “isso implicaria pôr em causa a atual estrutura fundiária que sustenta a manutenção de uma pecuária com baixos índices de desenvolvimento, quando comparado com outros países do mundo.” O que, por extensão, poria em causa não só a estrutura fundiária, mas a estrutura social secular da campanha gaúcha (DA ROS, 2009).

4 A QUESTÃO AGRÁRIA GAÚCHA EM ALGUNS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Com base no que foi exposto, chama a atenção o silêncio no discurso da imprensa sobre a estrutura fundiária e produtiva gaúcha. Destacamos o fato de que, em nenhum momento, a questão dos índices de produtividade da bovinocultura rio-grandense e da campanha é contrastada com os índices internacionais, como os da bovinocultura de corte da Nova Zelândia, Estados Unidos e Argentina. Outro aspecto importante, que é omitido nesse discurso, diz respeito aos arrendamentos de terras, que oneram a produção, como referido acima. Percebe-se também como uma característica, nas várias matérias e reportagens sobre a questão agrária que foram analisadas, a ausência de informações complementares, que auxiliariam para um melhor entendimento desse contexto social e econômico.

Ao analisarmos os discursos dos pecuaristas da campanha, assim como de seus representantes, parlamentares, lideranças sindicais e técnicos de entidades públicas e privadas, presentes na mídia e na rede de computadores (Internet) foi possível encontrar uma unidade: a desqualificação dos opositores assim como a transferência do foco da discussão, da análise, para assuntos periféricos que, em muitos casos, carecem de fontes e de bases científicas ou históricas. Em uma palavra: os argumentos contraditórios aos da FARSUL são desqualificados e, por consequência, negados os seus direitos de resposta na mídia, na mesma proporção dos ruralistas.

Trouxemos alguns exemplos desses discursos proferidos por parlamentares, pecuaristas, produtores rurais e representantes das entidades de classe: Flavio Gomes, advogado e produtor rural, em artigo publicado na rede de computadores sob o título: “Vistorias e Preços Mínimos”, critica a falta de ‘foco’ do Ministério do Desenvolvimento Agrário por priorizar, índices de produtividade ao invés de garantir a produtividade, compensando os produtores de arroz com a garantia de preços mínimos que cubram, efetivamente, os seus custos. Ele desqualifica as vistorias do INCRA, usando

como argumento o princípio jurídico, segundo o qual a ninguém é lícito exigir de outrem o cumprimento de uma obrigação, sem que antes tenha cumprido a sua, sob o pretexto de que a política de preços mínimos do Governo federal não cobre os custos de produção, especificamente no caso do arroz. Neste sentido,

[...] não tendo, portanto, o direito de exigir qualquer índice de produtividade. Rigorosamente, antes de cumprir as suas obrigações, nem vistorias poderá o Governo proceder, sendo de todo cabível arguir-se a “exceção de inadimplemento de obrigação”¹⁴

Vejamos o que diz a Lei das Vistorias da produtividade¹⁵:

Artigo 11, da Lei 8.629: “[...] Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola”.

Percebemos no discurso do referido produtor rural e advogado o desejo de reformar o Estado brasileiro, para somente depois cumprir as leis federais: função social da propriedade, índices mínimos de produtividade exigidos, etc. Notamos também que em nenhum momento Flavio Gomes esclarece um aspecto extremamente relevante no que se refere à orizicultura. É que grande quantidade de toda produção de arroz do Rio Grande é produzido em terras arrendadas ao latifúndio. Ribeiro (1995, p. 425) afirma que:

[...] Surge, assim, a triticultura, substitutiva de importações, a rizicultura e o cultivo de soja para exportação, exploradas todas, em larga escala, com técnicas modernas e certo grau de mecanização nas coxilhas antes devotadas ao pastoreio. Raramente esse desdobramento de atividade é processado pelo próprio latifundiário pastoril. Via de regra, ele apenas arrenda parcelas de suas terras agricultáveis, reservando-se as demais para a exploração pastoril tradicional que continua fazendo diretamente.

¹⁴ SINDICATO RURAL DE ITAQUI. **Depoimento de Flavio Gomes**. Disponível em: <www.sindicatoruraldeitaqui.com.br>. Acesso em: 9 jul. 2010.

¹⁵ BRASIL. **Lei das Vistorias da produtividade**. Decreto no 2.250, de 11 de junho de 1997. “Dispõe sobre a **vistoria** em imóvel rural destinado a reforma agrária e dá outras providências”. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/topicos/288929/visto>. Acesso em: 10 jul. 2010.

Conforme Schilling, citado por Heidrich (2000) esse percentual da rizicultura chegava a 75% de toda a produção nos anos 1950, mantendo-se nesse percentual ainda hoje, segundo censo IBGE, o que sem dúvidas onera muito a produção e o preço final ao consumidor.

Ainda, dentro do mesmo assunto, “As Vistorias do INCRA”, selecionamos alguns pronunciamentos de parlamentares, postados na Internet, que representam os interesses dos ruralistas, valerem-se da mesma estratégia de desviar o foco do debate e de desqualificar os opositores. Na Assembleia gaúcha, o deputado Luís Augusto Lara (PTB), defende o movimento denominado “Alerta Verde” organizado pela Farsul¹⁶ e sindicatos rurais da região da campanha, sob o título: “Lara parabeniza ruralistas pela realização do Alerta Verde”¹⁷ com as seguintes palavras:

Os produtores insistem em trabalhar no campo, apesar da falta de incentivos, da concorrência desleal com os mercados europeus e do fogo amigo do MST. [...] Como se não bastassem todas as dificuldades e o protecionismo, entidades, como o MST insistem em brigar com outros trabalhadores numa atitude lamentável.

Segundo Céli Pinto (1989, p. 51) o discurso político é entendido “como aquele que reivindica o poder público (o Estado) através da construção de uma visão de mundo que se apresenta como visão dos interesses gerais da sociedade”. Nesse sentido, o referido parlamentar não pondera o contraditório e, de certa forma, confunde a opinião pública, ao qualificar os pecuaristas e estancieiros da campanha filiados a um sindicato patronal de ‘trabalhadores’. Com efeito, o referido ‘Alerta Verde’, quer nos parecer, é essencialmente, um movimento de reação às pressões dos movimentos sociais no sentido de ponderar a desapropriação de terras improdutivas para a Reforma Agrária. Por último, ao utilizar sofismas, como os referidos acima (fogo amigo do MST e trabalhadores para qualificar os ruralistas) o parlamentar faz uso dos

¹⁶ É importante chamar a atenção pra o fato de que essa entidade sempre se opôs a realização de uma reforma agrária, combatendo politicamente os seus defensores. Próxima ao poder do Estado é oficialmente a representante política e sindical dos latifundiários e estancieiros, atuando como interlocutor do Estado nas políticas agrícolas estaduais, fornecendo, inclusive, quadros especializados de técnicos para atua junto ao setor agrícola. Ver em: HEINZ, citado por DA ROS, 2009, p. 244.

¹⁷ RIO GRANDE DO SUL. **Vistorias do INCRA**. Assembleia Legislativa. Disponível em: <www.al.rs.gov.br/ag/noticias>. Acesso em: 07 jul. 2010.

lelementos interpelativos, característicos dos discursos políticos (PINTO, 1989).

O deputado Rossano Gonçalves (PDT), em audiência pública sobre as questões agrárias, ocorridas na cidade de São Gabriel, em 29/10/2007, ao lado de representantes de sindicatos rurais e do presidente da FARSUL, postado na rede de computadores, acusou o Tribunal de Contas da União e o INCRA pela falta de transparência com relação aos investimentos no número de assentamentos realizados no Rio Grande do Sul, com a seguinte afirmação: “O Estado não pode continuar refém do MST.” Declara ainda que os gastos com a segurança para região de São Gabriel atingiram R\$ 700 mil este ano, dinheiro que todos nós pagamos¹⁸.

Pinto (1989, p. 52) afirma que: “O discurso político vive de sua capacidade de interpelar, pois seu êxito depende de sua capacidade de constituir sujeitos com a mesma visão de mundo”. Entenda-se interpelar, segundo a mesma autora (1989, p. 27) “o ato de identificação do indivíduo (sempre sujeito) no discurso do ‘outro’. Quando se identifica torna-se sujeito”. Nesse sentido, algumas ponderações poderiam ser feitas a respeito dos discursos acima. A primeira está associada à desqualificação dos opositores e de suas reivindicações. A segunda estaria associada à transferência dos aspectos centrais da discussão, para temas periféricos. No caso especificamente, o aspecto social, reivindicatório, que necessitaria de um aprofundamento, cede aos aspectos quajuvantes. De certo modo, ideologiza a questão, que *a priori* deveria ser debatida com as demais partes envolvidas. Por outro lado, percebem-se uma lacuna nos referido discursos: a falta dos depoimentos dos técnicos do setor. Faltam seus laudos e análises, sem os quais pouco ou nada pode ser encaminhado para a solução desse impasse, já que o jogo, para esses mesmos técnicos, diz respeito basicamente ao fator produtividade.

¹⁸ RIO GRANDE DO SUL. **Vistorias do INCRA**. Assembleia Legislativa. Disponível em: <redação@al.rs.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2010.

4.1 O QUE A CAMPANHA TEM PARA OFERECER COMO POTENCIALIDADE ECONÔMICA?

Esse foi o tema do programa “*Debates do Rio Grande*” realizado pela Radio Gaúcha em suas várias edições por diversas cidades do estado, na busca de promover discussões que apontem estratégias de desenvolvimento para as diversas regiões onde esses programas se realizaram. Mediado pelo jornalista da RBS, Lasier Martins.¹⁹

Selecionamos três atas dos referidos debates, ocorridos em cidades da campanha gaúcha: Santana do Livramento, realizado em agosto de 2009; em Bagé, realizado em abril de 2010 e, em Uruguaiana, realizado em junho de 2010. Nessas atas encontramos argumentos, ideias e posicionamentos interessantes sobre as potencialidades e dificuldades econômicas dessas referidas cidades, defendidas por representantes dos diversos setores que compõem a sociedade e a economia local, como agricultura, comércio, educação e serviços. Esses debatedores são também personalidades locais que representam interesses de grupos regionais, públicos e privados e que, de alguma forma, nos auxiliam a entender melhor os discursos que dizem respeito à campanha gaúcha.

Em Santana do Livramento, a ata do debate apresenta quatro debatedores: a professora Maria Beatriz Luce, reitora da UNIPAMPA; Valter Pötter, destacada liderança como empresário rural, na área da agropecuária na região; Lauri Kotz, despachante aduaneiro e presidente do sindicato de sua categoria; Antônio Righi, empresário supermercadista, vice-presidente da Associação Comercial e Industrial e do Sindilojas de Livramento, que na presença de um público estimado em trezentas e cinquenta pessoas debateram por mais de duas horas a realidade econômica e social da cidade de Livramento, uma das cidades da campanha gaúcha que apresenta os maiores números de encolhimento populacional.

¹⁹ Esses programas estão disponíveis no *site* www.radiogaucha.com.br., da Rádio Gaúcha, em áudio ou na forma de atas.

O mediador, Lasier Martins, popular jornalista de uma rede de rádio e TV local, afiliada da Rede Globo, deu início ao debate, questionando os debatedores quanto às opções para agregar valor aos produtos e serviços daquele município. A reitora da UNIPAMPA destacou que o ideal seria “investir nessas áreas como fizeram Índia e Coréia”, referindo-se as pesquisas das potencialidades típicas da região pensadas, “próximos do social”, pois observou a reitora que não faltam recursos: “Pelo contrário, informando com muito otimismo que toda a equipe chega a trabalhar duro para conseguir investir todos os recursos disponibilizados pelo governo federal.”

Por sua vez, Valter Pötter²⁰, empresário rural, enumerou os pontos que devem ser atacados: “é preciso aumentar o PIB da região para desenvolvê-la. E um caminho para isso é a melhor distribuição de renda.” Afirma o palestrante que para alcançar tais objetivos devem ser priorizados três pontos:

[...] começando pela educação básica da região, já que é deficiente e essa deficiência se dá pela má conservação das estradas. Falta infra-estrutura no meio rural para levar as crianças para a escola, como para escoar a produção. É preciso investir nessa infra-estrutura para que de fato as crianças cresçam, estudem e fiquem no campo. Outra questão é a saúde. Os hospitais da região estão quebrados. E, por fim, é preciso segurança no campo. [...] Também o produtor rural precisa de mais apoio financeiro e incentivo. O problema é que o poder público não investe em nada, nem mesmo na pesquisa que é a base de tudo. O bioma pampa, por exemplo, está morrendo. Pragas estão acabando com os pastos e com o alimento do gado. Se não se combater (*sic*) esses intrusos, podem acabar com os campos.

Por sua vez, o empresário e supermercadista Antonio Righi²¹ destacou que o PIB da região é o mais baixo do estado e que Livramento apresenta altas taxas de desemprego “chegando a 20 por cento. E, como se não bastasse, a população ainda vem diminuindo, pela evasão, pessoas que vão embora da região. Em Livramento já são 12 mil habitantes a menos em cinco anos.” Para minimizar o problema, Righi sugere a criação de uma zona de livre comércio: “um comércio bom para todos”..

²⁰ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Valter Pötter**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

²¹ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Antonio Righi**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

Foi possível constatar, pelo exposto, a confirmação do quadro social e econômico da referida cidade. Percebemos também nesses discursos alguns elementos significativos. No discurso do produtor rural, Valter Pötter, fica evidente a transferência de responsabilidades. Os problemas apontados pelo debatedor referem-se basicamente a falta de ações do Estado, como infraestrutura, educação, saúde e segurança. À falta de apoio financeiro e incentivo do governo ao produtor rural. Já, o supermercadista, defende uma zona de livre comércio. Em nenhum momento do referido debate os debatedores abordaram as questões relacionadas aos baixos índices de produtividade da pecuária, segundo dados já mencionados acima, Saadi, (2007) e Paiva (2006), uma das potencialidades mais imediatas de mudança da estrutura econômica e social dessa região, visto que a sua produtividade, de acordo com Nabinger (2006) e Sorio Jr. (2001) poderia ser triplicada rapidamente, com baixos custos, o que resultaria em maior circulação de riquezas e, por consequência de possibilidades de minimizar os problemas sociais. Por outro lado, percebemos, pelo depoimento da Reitora da Unipampa, que existem recursos federais para desenvolvimento de pesquisa e de aprimoramento das potencialidades regionais.

No debate realizado em Bagé, 29 de abril de 2010, novamente o mediador, jornalista Lasier Martins, após uma breve referência aos tempos atuais, de inovações tecnológicas e de avanços científicos, segundo ele, responsáveis pela grande competitividade no mundo inteiro, afirma que: “vencem os mais competentes, os mais preparados, os que oferecem produtos qualificados”. Nesse sentido, a questão proposta aos debatedores é: “o que Bagé possui como realidade e como potencialidade econômica para desenvolvimento?”²².

As respostas demonstraram diferentes visões e entendimentos do contexto social e econômico desse município. Lindonor Peruzzo²³, administrador e presidente da Associação Comercial de Bagé, também diretor

²² RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Debate realizado em Bagé**, 29 de abril de 2010. Mediador jornalista Lasier Martins. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

²³ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Lindomar Peruzzo**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

da Associação Gaúcha de Supermercados, além de diretor-presidente das empresas Peruzzo, quinta empresa supermercadista do estado, afirmou que “o desenvolvimento passa por um incentivo ao empreendedorismo”. Lembrou ainda que cada região tem suas potencialidades, “falta que Bagé trabalhe melhor as que já possui.” Referindo-se a indústria de carne e de arroz. Opinião também compartilhada por Elio Jorge Coradini²⁴, advogado, diretor da Coradini Alimentos, presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Arroz e diretor da Federação das Indústrias.

Para Coradini a “geração de empregos na cidade pode ser a chave no crescimento da economia”²⁵. Avalia ainda, que a produção de arroz “deve atingir o máximo de pontos que puder. [...] A cadeia do arroz ainda tem gargalos, há muitos subprodutos que não aproveitamos²⁶.” Referindo-se as cinzas da casca do arroz o que poderia gerar energia, assim como componente na fabricação de pneus e asfalto.

Notamos nos argumentos dos referidos debatedores, Peruzzo e Coradini, que as alternativas passam pelo entendimento de que os problemas podem ser resolvidos a partir de novas posturas e estratégias de gerenciamento empreendedoras, pois as potencialidades, para esses debatedores, existem e estão latentes. Diferentemente do entendimento do Presidente da Associação e do Sindicato Rural de Bagé, e administrador rural, Eduardo Moglia Suñe, para quem “não se pode falar da cidade de hoje sem falar na Bagé do passado. Muita coisa foi criada em Bagé, nossa associação rural é a mais antiga do país e o agro negócio representa muito.” O estancieiro lembra ainda, que a cadeia produtiva de Bagé é de primeiro nível, tanto em leite quanto em carne, arroz e soja, com lavouras de mais de 30 mil hectares. Lembrou ainda que no passado a comunidade urbana pouco soubesse do campo e da vida no campo. “Hoje temos favelas rurais. Temos quarenta mil hectares para assentamento e em 30 mil não há produtividade.” (Rádio Gaúcha. Programa Gaúcha Repórter: www.radiogaucha.com.br- acesso em 6/07/2010).

²⁴ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Elio Jorge Coradini**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

O pecuarista Eduardo Suñe²⁷ aproveitou a oportunidade para tecer críticas às políticas de assentamento, comparando a desapropriação da Fazenda Ana Paula, 17 de mil hectares, “de um único dono que movimentou muito a região”, comparando-a ao terreno destinado a Ford, em Guaíba. Episódio ocorrido no governo de Olívio Dutra, 1999-2002, que supostamente, por não ter aceito as exigências da montadora Ford para se estabelecer no município de Gaíba, região metropolitana de Porto Alegre, teria sido o responsável pela ida da montadora para outro estado. Quando perguntado pelo mediador, Lasier Martins, sobre como reverter o baixo valor agregado aos produtos da região, que basicamente exporta matéria-prima e alimentos, o sindicalista²⁸ respondeu o seguinte:

Fizemos um projeto. Queríamos que o couro fosse comercializado na região. Nós produzimos os grãos e as carnes mais baratas do mundo. Não tenho dúvidas de que o Brasil será o celeiro do mundo, mas o produtor não decide isso sozinho. Há questões políticas.

É possível perceber nas palavras do sindicalista e administrador rural, Eduardo Moglia Suñe, alguns elementos do discurso hegemônico, de exaltação do passado e das tradições, de tempos de fartura e abundância desestruturados por políticas que não teriam valorizado devidamente as potencialidades do setor. Além da prática, já mencionada, de desqualificar os argumentos dos discursos dos opositores do atual modelo de produção extensiva da campanha.

Outro depoimento a ser destacado foi o do debatedor Sigardth Ott²⁹, presidente do Grupo Camal: “Não temos escala suficiente para manter uma indústria na região. Nós hoje temos uma produção de 120 mil litros de leite por dia. Na última década houve uma redução de 50% dos produtores”. O debatedor refere-se a grande bacia leiteira que, a partir dos anos 1970, deu prioridade a seleção genética de matrizes bovinas para a exportação, em

²⁷ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Eduardo Suñe**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

²⁸ Ibidem.

²⁹ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Sigardth Ott**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

detrimento da produção de leite e de leite em pó, “que era nicho de um novo mercado”³⁰.

Por outro lado, dentro do discurso técnico, há um dado que se contrapõem ao atual modelo produtivo, uma vez que tem relação direta com o aspecto lotação por hectare e produtividade. Nos estudos de Sorio Jr. (2001) o professor da UPF nos faz um relato dos produtores da sua região que empregaram o *Método Voisin* de pastejo rotativo e alcançaram a condição de modelos nacionais de produtividade na pecuária leiteira. Segundo o autor, (2001, p. 42):

As famílias Baumgratz e Agnes, Selbach (RS), minifundiários com 12,2 e 7,2 hectares de área total cada uma, comercializam nada menos do que 12.000 litros de leite/ha de pastagem a um custo de R\$ 0,13/litro e alcançam uma renda mensal de 14 e 12 salários mínimos mensais. O casal Bernadete e Cláudio Baumgratz declarou ao plenário do IV Encontro de *Pastorei Voisin*, realizado em dezembro de 1998, no Rio de Janeiro, que ‘depois do *Pastoreio Voisin* melhorou a nossa vida, alcançamos lucratividade e não precisamos sair de nossa propriedade para engrossar as fileiras dos desempregados e dos sem-terra.’ Os aplausos foram instantâneos e prolongados. A família Stédile, Passo Fundo, em quatro anos de *Pastorei Voisin* nos 130 ha destinados à atividade leiteira, passou de 777,4 mil para 1,58 milhão de litros vendidos por ano, 103% de aumento. O custo de produção caiu de R\$ 0,23 para R\$ 0,17/litro e a produção por vaca/dia subiu de 18 para 22 litros.

Esses são relatos e depoimentos técnicos que deveriam fazer parte dos debates, pois apresentam novos dados e argumentos técnicos que enriquecem o debate e podem elucidar muitos aspectos fundamentais para o equacionamento dessas questões. O que, por outro lado, ratifica os sectarismos que dificultam o diálogo.

Na sequência, passaremos a analisar o debate realizado em Uruguaiana. Da mesma forma, conduzido pelo jornalista, Lasier Martins³¹, após enfatizar que a palavra de ordem no mundo é o desenvolvimento, “no sentido de crescimento qualificado, desenvolvimento dos países, das empresas, do ensino, desenvolvimento pessoal. Vencem os mais competentes. Ficam para trás os lentos,

³⁰ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Sigardth Ott**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

³¹ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Debate realizado na cidade de Uruguaiana**. Mediador Lasier Martins. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

os menos pesquisadores, os menos estudiosos”³². Na sequência, perguntou: “A quantas anda a economia de Uruguaiana?”³³ Ressaltando que no passado já foi muito mais rica e que houve recuos na própria agropecuária. E, “O que é preciso fazer para encontrar melhores alternativas?”³⁴.

O debate em Uruguaiana, como nos anteriores, através do seu mediador, deu ênfase aos aspectos da qualificação na produção e de valor agregado aos produtos. Nesse sentido, procurou encaminhar os questionamentos, questionando Fernando Martins de Menezes³⁵, diretor executivo da Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana, professor universitário da PUCRS e produtor rural, quando este debatedor fez referência à vocação da cidade, da região e do estado: “A agência de desenvolvimento de Uruguaiana tem certeza que o carro chefe da economia está no setor primário, e assim continuará sendo. [...] A região é a preferencial para a produção de azeite de oliva”³⁶. Ao que o mediador arguiu: “nos interessa saber se será com agregação de valor ou com venda de produto *in natura* a outros países.” (*sic*) Fernando Menezes respondeu apenas que “O principal na região é o setor primário e a pecuária. (*sic*) Mesmo agregando outras atividades à matriz, a pecuária, o primário vai continuar existindo”³⁷.

A palavra foi encaminhada ao debatedor Walter Arns³⁸, presidente da Associação dos Arrozeiros de Uruguaiana e Barra do Quaraí. Geólogo de formação e também conselheiro do Instituto Rio-grandense do Arroz, que após uma breve referência aos produtos da região e de alguns números do que é produzido pela pecuária e na rizicultura. Arns³⁹ destacou:

³² RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Debate realizado na cidade de Uruguaiana**. Mediador Lasier Martins. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

³³ Ibidem.

³⁴ Ibidem.

³⁵ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Fernando Martins de Menezes**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

³⁶ Ibidem.

³⁷ Ibidem.

³⁸ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Walter Arns**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

³⁹ Ibidem.

A vocação natural aqui para arroz e pecuária é inegável, e isso fazemos com muita competência. [...] O nosso problema é da porteira para fora. O setor privado é competente. O governo nos leva 40% do que produzimos. Somos eficientíssimos na produção da porteira pra dentro.” (sic).

Na sequência, falou Luiz Carlos Sant’Ana⁴⁰, economista e professor da URCAMP, diretor da Sant’Ana Consultoria e Projetos e da Associação Comercial de Livramento. Destacou, com base em dados oficiais da FEE, que “O PIB de Uruguaiana depende da agropecuária. [...] A taxa de pobreza de Uruguaiana é de 33,03%. É o dobro do estado, que soma 19,73%. (sic) A expectativa de vida aqui é 4 anos menor que no estado”⁴¹. (sic) O debatedor atribuiu a atual conjuntura a fatores históricos que penalizaram a metade sul do estado, como o decreto imperial que proibia investimentos no estado e a Revolução Federalista, que segundo Sant’Ana, representou 40 anos de atraso. Aponta como alternativa para o desenvolvimento o “[...] projeto de lei 280/08. As cidades da fronteira com baixo desenvolvimento teriam tratamento tributário diferenciado. Tem que ser (sic) proporcional à taxa de pobreza, por exemplo”⁴².

O deputado estadual Frederico Antunes⁴³ se manifestou nos seguintes termos: “temos um apanhado de questões. Produção primária de ponta, arroz irrigado, setor de serviços, escritório de serviços, comércio preparado, sazonalidade...”⁴⁴ (sic) A solução do problema, para o componente da bancada ruralista gaúcha, foi resumido nos seguintes termos: “O que nos falta é uma atenção federal e estadual para gargalos como problema tributários”⁴⁵.

Pudemos perceber, novamente, em alguns desses discursos à presença de aspectos interpelativos. Cujas características já foram referidas acima. Em outros, a queixa quase que comum dos debatedores da pouca participação do Estado, em todas as suas esferas, no que se refere aos aspectos relacionados à

⁴⁰ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Luiz Carlos Sant’Ana**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

⁴³ RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Frederico Antunes**. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ Ibidem.

falta de infraestrutura básica. O que de certa forma frustra as expectativas geradas pelo próprio elemento central do debate, que é o de serem apontadas alternativas empreendedoras ao atual modelo, ou '*as reais potencialidades de desenvolvimento econômico para a região da campanha*'. Especificamente no que diz respeito às características como motivação, autoconfiança, habilidades e competências que possibilitem a criação de algo novo. De idéias e de iniciativas concretas, o que segundo Knuth (2010) são características do perfil empreendedor.

5 UMA APROXIMAÇÃO COM OS DISCURSOS DOS ESTANCIEIROS

Movido pelo interesse de personalizar, de associar alguns discursos a atores desse universo, no que diz respeito ao contexto da campanha, conversamos, preliminarmente, com algumas pessoas que conhecem muito bem essa realidade e os valores socioculturais dos estancieiros. São pessoas que estão diretamente ligadas à campanha, por motivos profissionais, pela própria convivência ou por laços de parentescos.

Nesse sentido, buscamos respostas à questão central dessa pesquisa: qual o jogo que se estabeleceu nesse diálogo de surdos? Composto, de um lado pelos que defendem a manutenção da atual estrutura produtiva e fundiária e, de outro, os que apontam mudanças estruturais e conjunturais, como solução para a atual crise. Quais as estratégias utilizadas para sustentar os seus respectivos argumentos? Como esses diferentes grupos trabalham a construção dos seus respectivos discursos, no intuito de consubstanciar seus argumentos e elaborar suas ideologias? Quais as particularidades e peculiaridades desses diferentes grupos? Com base nesses questionamentos, foi que desenvolvemos as nossas entrevistas.

Primeiramente, fomos saber a opinião de um profissional, cuja formação e a vivência diária estão impregnadas desse universo da campanha e da bovinocultura de corte. Paulo César de Faccio Carvalho⁴⁶ é professor do Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia da UFRGS. Doutor em Zootecnia, além das suas atribuições docentes, presta acessória técnica e profere palestras pelo Rio Grande do Sul e pelo Brasil. Paulo concedeu a entrevista que segue, em Porto Alegre, do dia 21 de outubro de 2009.

Iniciei a entrevista perguntando sua opinião sobre o atual estágio da zootecnia gaúcha e da campanha em particular, comparada a de outras regiões do Brasil e do exterior? Como ele via os discursos dos estancieiros dentro desse contexto? Respondeu que: primeiramente, “*o perfil do estancieiro, em*

⁴⁶ CARVALHO, Paulo César de Faccio. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, out. 2009.

geral, não é empresarial; segundo, esse pecuarista tradicional não acredita que tenha problemas e, se eles existem, estão do lado de fora da porteira da estância”⁴⁷. Lembrou também que temos, aqui no estado, condições de alcançar os mesmos índices de produtividade dos países que lideram a produtividade mundial, como os da Nova Zelândia, pois dispomos de condições naturais extremamente favoráveis (melhores, inclusive, do que o referido país) além de conhecimento técnico. O entrevistado chamou a atenção para o fato das condições que o meio (o Pampa, a campanha, como bioma) oferece a esses pecuaristas. Entre outras observações ressaltou que as pastagens naturais dessa região são as melhores do Brasil e estão entre as melhores do mundo.

Com efeito, lembrou do projeto “*Juntos para competir*”, que foi patrocinado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL), 2003/2004, desenvolvido por uma equipe de pesquisadores vinculados ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IEPE/UFRGS) que mostrou, detalhadamente, os pontos críticos da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul, evidenciando os baixos índices de produtividade mencionados acima, em que pese todos os conhecimentos e a assessoria técnica disponível hoje para esse setor. Disse ainda que os patrocinadores após examinar o estudo, simplesmente, não se manifestaram!

Relatou também que, nos doze anos em que atua no Departamento de Plantas Forrageiras da UFRGS foi procurado no máximo três vezes por estancieiros, para dar acessória técnica.

*“Eu trabalho há doze anos no departamento de forrageiras da UFRGS e em pouquíssimas vezes fui procurado por algum estancieiro para prestar assessoria técnica. Não foram mais do que três vezes, acredito”*⁴⁸.

⁴⁷ CARVALHO, Paulo César de Faccio. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, 21 out. 2009.

⁴⁸ *Ibidem*.

Por outro lado, o entrevistado chamou minha atenção para o fato de que esse suposto conservadorismo do estancieiro preservou, em grande parte, o meio ambiente o que, com uma produção mais intensiva, talvez não acontecesse. Finalizando, Paulo César de Faccio Carvalho lembrou também que nos países onde a produção é intensiva, como Nova Zelândia e EUA, há uma grande degradação do meio ambiente.

“É preciso lembrar que, em função desse modelo de produção extensiva foi possível preservar o meio ambiente e a manutenção de um bioma quase único no mundo, com espécies de gramíneas raras e bem adaptadas ao meio”⁴⁹ (CARVALHO, 2009).

Na sequência, procurei saber a opinião de um historiador. Osório Sant’Ana⁵⁰. Escritor, militar aposentado, foi recomendado, pois se tratava de um pesquisador, que, segundo a indicação, conhece muito bem o universo e os valores socioculturais da campanha, pela própria convivência. Após breve contato telefônico em que lhe expliquei minha pesquisa, quis saber sua opinião sobre a reportagem de Zero Hora, de 11 de janeiro de 2009: “O Rio Grande se move”, cujo destaque era o êxodo populacional da campanha, por falta de oportunidade de trabalho e de condições de sobrevivência, alias, o que já é histórico na região. Todavia, o que chamava a atenção nesta reportagem de quatro páginas era o fato de que a mesma não tecia um único comentário sobre as causas históricas dessa formidável migração! Nenhum comentário de um especialista, autoridade ou político aparece na reportagem. Somente os retirantes é que são entrevistados, narrando as suas experiências e saudades. Feitas as observações e os comentários, combinamos uma entrevista, via e-mail. Ao que ele prontamente respondeu.

As suas explicações se fundamentaram em grande parte no tradicionalismo, pois confundiu os trabalhadores excluídos (peões) com os proprietários de terras e de gado (estancieiros) que faliram. De qualquer forma, suas observações ratificam alguns traços culturais marcantes dos latifundiários e dos primeiros habitantes que se instalaram na campanha. Ressalta, por exemplo, que:

⁴⁹ CARVALHO, Paulo César de Faccio. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, 21 out. 2009.

⁵⁰ SANT’ANA, Osório. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, 26 nov. 2009.

Os portugueses, todos de origem açoriana, eram criadores de gado, donos de grandes sesmarias cobertas de gado, que receberam quando do povoamento da Província do Rio Grande. Tornaram-se gaúchos, homens do campo e do cavalo. Longe da agricultura, do rabo do arado, da enxada, das sementeiras. Viveram assim gerações e gerações com o gado por diante. Não tinha índole de agricultores. Com algumas raras exceções. Mas os campos foram se dividindo e a vida tornando-se mais cara; era preciso diversificar. O gaúcho foi obrigado apear do cavalo e pegar no rabo do arado para manter sua sobrevivência. Aí ele desistiu. Vendeu os campos ou arrendou para os gringos, que têm uma tradição de agricultura milenar e foi para a cidade. (SANT'ANA, 26-11-2009).

Percebi uma forte presença dos valores simbólicos do tradicionalismo nos motivos alegados pelo meu entrevistado. O que, aliás, pude observar, também, em algumas entrevistas que fiz no parque da Harmonia, durante a semana farroupilha. Lá, quando perguntava sobre os motivos da crise social e econômica da campanha (causas da migração e do peão à pé) geralmente as respostas eram direcionadas para situações inevitáveis. Causadas pela modernidade, pelos novos tempos, com suas novas tecnologias. Principalmente, pela lavoura empresarial, cujo assédio constante dos arados que a tudo destroem para a formação de lavouras de cereais vêm subtraindo os campos de pastagem. Também foi destacado, nas referidas entrevistas, o pouco empenho dos políticos e dos governos em geral, que nada faziam para resolver a crise. Trata-se das mesmas queixas dos estancieiros, embora esses entrevistados fossem apenas tradicionalistas, três funcionários públicos e um militar. Ou seja, percebi uma forte presença de elementos ideológico que, segundo Oliven (2006, p. 190), ao comentar ‘*A Carta de Princípios do Tradicionalismo*’, redigida por Glaucus Saraiva, e aprovada no Congresso Tradicionalista realizado em Taquara em 1961, destaca que:

[...] a mesma enfatiza a harmonia social, o bem coletivo, a cooperação com o estado, o respeito às leis e o espírito cívico faz com que ele seja frequentemente caracterizado como um movimento ideológico que buscava manter a massa rural e as camadas populares que migram para as cidades em estado de submissão. [...].

Ou, ainda, segundo Golin, citado por Oliven (2006, p. 190) “O Movimento Tradicionalista Gaúcho, com seu aperfeiçoamento de mais de

século, articula-se através de uma ideologia necessariamente unificadora. Exploradores e explorados defendem os mesmos princípios na compreensão do mundo.”

Ao cotejar essas entrevistas acima com o relatório SEBRAE; SENAR; FARSUL; (2005) citado por Andreatta (2009) percebemos a semelhança no discurso. Tanto as entrevistas no Parque da Harmonia, quanto o relatório têm em comum as mesmas alegações para justificar a baixa produtividade da bovinocultura de corte e a situação de exclusão social da região da campanha. Essas alegações são históricas e remetem, via de regra, ao ambiente externo, já mencionado acima.

5.1 PRIMEIRAS ENTREVISTAS⁵¹

Após esses contatos preliminares que me deram, de certa forma, uma condição melhor, em termos técnicos, para as minhas observações, iniciei as entrevistas em Porto Alegre, quando visitei o escritório de um estancieiro, cuja família é proprietária de nove estâncias, sendo uma delas no exterior. Poderia acrescentar que esse pecuarista representa, na opinião abalizada do pesquisador e professor da UFRGS, Paulo César de Faccio Carvalho, o modelo tradicional de produtor da bovinocultura de corte gaúcha.

Fui muito bem recebido pelo entrevistado e seus funcionários numa sóbria e bela casa de um bairro nobre da capital. Enquanto aguardava o entrevistado resolver com as secretárias problemas administrativos, pude observar um pouco o meu entorno. Os mapas das estâncias com os seus respectivos nomes nas paredes de uma das salas. Em outra parede, as fotos grandes dos patriarcas da família. A primeira geração de estancieiros. Estatuetas, troféus, fotos de cavalos e de paisagens do pampa, tudo muito relacionado com o universo da campanha, da pecuária gaúcha.

⁵¹ Amostragem ajuizada: aquela em que o pesquisador acredita ser representativa da população. É utilizada em amostras reduzidas a partir de ferramentas fornecidas por peritos com profundo e pormenorizado conhecimento dos elementos que constituem a sua amostra.

Em outra sala da casa o assunto, pelo que pude observar, era da rotina do escritório. Questões administrativas e contábeis discutidas entre os administradores e seus funcionários. Chamou-me a atenção a discussão entre um dos irmãos do entrevistado, que administra uma das fazendas, com seu funcionário sobre técnicas de plantio de arroz. Nessa conversa pude perceber o grande conhecimento e a assessoria de qualidade de que dispunham. Confirmando o grau de excelência das nossas lavouras de arroz.

Em outra situação, o pai do entrevistado, o patriarca, teve curiosidade em saber quem eu era e o que fazia ali. Fui então apresentado a ele pelo meu cicerone, Paulo César de F. Carvalho, que havia intermediado a entrevista. Feitas as apresentações e satisfeitas as curiosidades do patriarca, fui conduzido a uma sala de espera.

Finalmente, após o encaminhamento das questões administrativas com a secretária, meu entrevistado convidou para que nos dirigíssemos para uma sala mais reservada da casa onde houvesse mais privacidade, para que se pudesse proceder a nossa entrevista. Bem descontraído, numa tarde quente de dezembro, de calção, camiseta do *Sport Club Internacional* e chinelos, Teófilo se colocou a disposição para entrevista. Veterinário e administrador de empresas, 48 anos, ele representa a terceira geração de estancieiros de sua família. É um dos quatro filhos em que todos se dedicam à agropecuária de forma tradicional.

Perguntado sobre o atual momento da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul, Teófilo descreveu como positiva a fase atual da pecuária de corte. Disse ainda que somente questões de ordem climáticas, como as secas, poderiam alterar o quadro atual. Em suas estâncias, a pecuária é praticada nos moldes extensivos e tradicionais. Na estância de Santo Antônio, por exemplo, uma das fazendas com quase quatro mil hectares, o rebanho bovino de cerca de três mil e quinhentas cabeças além das cinco mil ovelhas, é tratado somente com pastagens nativas. O aumento de produtividade é obtido a partir aquisição de mais terras e de mais gado.

Perguntado se conhecia, ou tinha ouvido falar a respeito das técnicas de manejo de carga animal por hectare, estudo desenvolvido por vários teóricos e, em especial, pela Estação Experimental da UFRGS, situada na depressão central do Rio Grande do Sul, que revela um ganho e produtividade superior a duzentos por cento a custo zero, respondeu que sim, que já tinha ouvido falar e acrescentou, de forma indiferente: “não sou contra a utilização de novas técnicas, desde que exista uma relação custo/benefício favorável.” E ficou por aí.

Sobre a rotina da estância, disse que a de Santo Antônio (que era de sua responsabilidade) era “tocada” por um caseiro e sua esposa, cozinheira, um capataz e seis peões. Ao todo, nove pessoas. Comentou com naturalidade, que a peonada quando recebe o salário vai à cidade, se embreda e gasta tudo o que recebeu. “Voltam ‘pelados’ e começa tudo de novo”. Deduz-se que essa ‘leitura’ feita por Teófilo deva ser traduzida no discurso do *senso comum*, definido por Pinto (1989, p. 45) como aquele, cujas características são a de:

[...] dar sentido à vida cotidiana e de uma enorme potencialidade de ser articulado a diferentes visões de mundo. [...] entretanto não o impede de sujeitar. [...] A sua condição difusa lhe permite estar em toda a parte e ao mesmo tempo não ter um local, uma visão de mundo em oposição à qual se possa construir um discurso.

No decorrer da nossa conversa, Teófilo deixou transparecer que além do ciclo completo de criação existe um forte comércio nesse ramo. Os grandes criadores, com poder de barganha, com disponibilidade de recursos, geralmente arrematam a preços escorchantes de pecuaristas menores, ou que estejam com dificuldades financeiras, gado adulto, em estágio denominado de ‘terminação’ e que são encaminhados para o abate. Ou seja, a fase mais crítica e que exige maiores cuidados já foi ultrapassada, o que, em outras palavras, representa ganhos extras.

O patriarca entrou na sala e fez algumas perguntas ao professor Paulo, que nos acompanhava na entrevista. A questão era justamente sobre as técnicas sofisticadas da bovinocultura de corte na Nova Zelândia, onde a produtividade no setor está entre as maiores do mundo e o uso de tecnologias,

como o rastreamento do gado é feito em cem por cento do rebanho, além de outras técnicas para detectar as condições gerais da criação.

Pude confirmar, em todo esse contexto de conversas e de situações, que há um grande conhecimento por parte desses estancieiros da realidade da bovinocultura de corte, tanto em nível regional e nacional, quanto em nível internacional. Constatei também que, nesse caso, especificamente, de forma nenhuma pode ser alegada a falta de informação ou de acesso à informação, no que se refere às novas técnicas e o que isso pode gerar em termos de ganho e de produtividade. Ao contrário, esses pecuaristas estão muito bem esclarecidos e o que fica, no caso da entrevista e das observações feitas, é a sensação de que o gerenciamento, a partir do modo tradicional, atende plenamente as suas necessidades. Principalmente pelo modo indiferente com que o entrevistado respondeu às perguntas sobre as técnicas de manejo e de carga animal por hectare, amplamente conhecida por ele, mas disse apenas que “já tinha ouvido falar”. Estranha a resposta, para um veterinário, empresário e com bastante contato com um professor de zootecnia.

Por outro lado, quer nos parecer que a visão de mundo desse estancieiro está centrada numa lógica secular de ganhos que tem como referência a produção extensiva, traduzida pela incorporação de novas terras e pelo aumento do número de animais. É um tipo de gestão híbrida. Um misto de pecuária familiar, que segundo Ribeiro, (2009) está associada com o modo de vida desses pecuaristas e a irrelevância dos aspectos técnicos e econômicos; ainda muito vinculada à tradição e ao processo de gestão informal, familiar, o que lhe dá um caráter não-empresarial. E, quando observamos o exemplo do Teófilo, percebemos que há uma presença de elementos da pecuária patronal, ou empresarial, quando o mesmo pondera a respeito de componentes de ganho e de maximização do lucro. Em outras palavras, no nosso entendimento, faz-se sentir a preponderância dos elementos culturais incorporados pela tradição presentes no discurso hegemônico.

Finalizei a entrevista, com a seguinte pergunta ao Teófilo: caso acertasse na mega-sena da virada (bolão que ultrapassou os cento e quarenta

milhões de reais) no que investiria? Respondeu que ajudaria muita gente, mas que não mudaria de ramo de atividade.

Percebemos no discurso desse estancieiro elementos do senso comum. Impregnado pela tradição e também pela produção coletiva e histórica, sua visão de mundo está permeada de elementos consagrados pela cultura desse universo. Ou seja, esse estancieiro, aparentemente, não tem problemas, pois tudo leva a crer que os rendimentos extraídos dessas propriedades e a satisfação pessoal, sua e de seus familiares, estão plenamente atendidas.

5.2 AS OBSERVAÇÕES NA CAMPANHA

Na sequência, visitei a campanha. Os contatos estabelecidos previamente com os meus intermediários foram confirmados. Então, peguei a estrada. Rodeado por um belo cenário de coxilhas, era possível visualizar uns poucos animais dispersos, aqui e ali, na imensidão verde de vários matizes dos campos intermináveis. Foram longas horas sem muita alteração do cenário.

A minha primeira entrevista na campanha foi intermediada por um amigo, que a partir de vários telefonemas, agendou, com certa dificuldade, a entrevista com Carlos Dácio Assis Brasil, às 15h na sua residência, uma bela chácara no perímetro urbano.

Cheguei ao encontro agendado, pontualmente às 15h. Aguardei alguns minutos, até que alguém fosse avisá-lo da minha presença. A casa, um sobrado do início do século passado, cercada de muitas árvores, tinha um aspecto um tanto decadente. A umidade e o tempo tinham deixado suas marcas nas paredes externas e no telhado.

Conduzido até uma varanda da casa, aguardei o meu entrevistado. Mais alguns minutos, ele apareceu. Muito sério, dava a impressão de estar um tanto desconfortável com a minha presença. Mas, essa impressão se desfez, logo

que começamos a conversar. Falei um pouco do meu projeto e do meu interesse em conhecer melhor a cultura campeira e seu universo simbólico.

Percebi que Carlos tinha um grande conhecimento da história da campanha e que sentiu necessidade de demonstrá-lo. Falou do processo de ocupação daquela região e das lutas que os colonizadores tiveram de travar com os espanhóis e com os índios, para consolidar seus domínios. Mostrou, com uma ponta de orgulho, a solidez das antigas construções ao observar que as paredes da casa ao lado da sua datavam do século XVIII, e que fora construída pelos seus ancestrais. Contemporâneos de fatos marcantes da história regional.

Comentei minhas leituras sobre temas regionais, que ele também conhecia, quando fui convidado para conhecer a sua biblioteca com estantes por todas as paredes e alguns quadros e retratos antigos. Carlos chamou a minha atenção para algumas “reliquias” da literatura gaúcha e da grande variedade de títulos sobre temas diversos. Tive oportunidade de observar nesse itinerário alguns cômodos com pouca luminosidade do antigo sobrado. A sala de estar, com uma grande lareira; o tapete de couro ao centro; o pelego de ovelha em uma poltrona. Foi a partir dessa descontração e aproximação, que pude conduzir a minha entrevista e também, desfrutar da suas narrativas e casos, muito ricos em detalhes e de subjetividades.

Carlos, 69 anos, pertence à quinta geração de uma família tradicional de estancieiros da campanha, mantém até hoje, assim como seus irmãos, a tradição familiar: criação extensiva de gado (bovinocultura de corte) e arrendamento de terras para as lavouras de arroz e, mais recentemente, soja.

Perguntado como via o atual momento para a bovinocultura de corte respondeu que a dinâmica da campanha segue seu curso histórico. Disse ainda que a fase atual da bovinocultura de corte é boa e, na sua visão, os pecuaristas não têm do que reclamar. O mesmo não pode ser dito da ovinocultura, que segundo ele, não passa por um bom momento.

Especificamente, no seu caso, em função das limitações da idade e da saúde, resolveu arrendar seus campos, tanto para o gado quanto para as lavouras de arroz e de soja: “[...] a idade e as dificuldades de saúde não me deixam outra alternativa”⁵². Notei que havia certo constrangimento da parte dele em dizer aquilo, pois ao longo da nossa conversa deixou transparecer certa preocupação com o meio ambiente e com as questões sociais. O que, de certa forma, pareceu reconhecer os problemas gerados pelo modelo de produção extensiva histórico da campanha.

Aproveitei a oportunidade para perguntar a sua opinião sobre a presença dos colonos (dos gringos⁵³) na campanha e a dinâmica por eles implementada na agricultura, especialmente nos arrendamentos de terras e também no comércio. Carlos lembrou as características culturais diferenciadas dos gringos, sua disposição para o trabalho e os bons resultados que eles vêm alcançando nas lavouras de arroz e de soja, na campanha e pelo Brasil a fora. Esboçando um sorriso, lembrou suas viagens pelo Brasil central e oeste do Paraná, onde pode constatar o progresso e os bons resultados dos colonos, também por lá.

Ao finalizar a entrevista, fui convidado para caminhar pelos jardins, entre árvores seculares de espécies nativas e exóticas. O entrevistado demonstrou conhecê-las e, ao mesmo tempo, associava o seu plantio a datas e eventos da história familiar. Com certa nostalgia e preocupação em manter a mata nativa da chácara, mostrou que guardava mudas de várias espécies, para uma possível substituição.

Com base nas falas de Carlos Dácio de Assis Brasil, pudemos perceber que esse estancieiro representa o grupo, que por certo há, daqueles de visão diferenciada do contexto. Que tem consciência da necessidade de mudança no que diz respeito a toda estrutura produtiva e social da campanha. Essa constatação fundamenta-se no seu passado político e nas ações que promoveu

⁵² ASSIS BRASIL, Carlos Dácio. **Entrevista concedida**. São Gabriel, em 06 jan. 2010.

⁵³ Gringo: segundo Houaiss (2009, p. 990), indivíduo estrangeiro, residente em ou de passagem pelo país; 2. mercador ambulante de outra nacionalidade; Col. Gringada; Gringalhada; no caso, descendentes de italianos de alemães;

na sua comunidade. Todavia, derrotado politicamente, não teve condições de reagir e retirou-se de cena, recolhendo-se com suas lembranças no seu sítio. Essa foi minha impressão. Após algumas fotos, agradei a entrevista e me despedi.

Fui indicado a outro estancieiro de família tradicional da mesma cidade chamado Délio de Assis Brasil, quinta geração de estancieiros também. No telefonema, ao citar o nome de Carlos e após uma breve explicação dos motivos da pesquisa foi confirmada a entrevista. Peguei o endereço, preparei meu material e me pus a caminho. Já era final de tarde. Fazia muito calor, depois de uma chuva torrencial do dia anterior. Em poucos minutos localizei a casa.

Era uma residência de dois pisos no centro da cidade, uma bela casa moderna e sóbria. Délio me recebeu burocraticamente e me convidou para entrar, conduzindo-me até uma sala de estar, onde pude observar os móveis modernos e uma decoração discreta. Sentamos e começamos nosso diálogo. Logo de início, tive a sensação de que meu entrevistado me recebeu por consideração ao Carlos, que me havia indicado.

Descrevi meu projeto de pesquisa novamente, agora com mais detalhes, e fiz referência à importância do seu depoimento e de sua experiência, como a do Carlos, para viabilizá-lo. Ressaltei também a relevância daquela entrevista, por ser ele um pesquisador, escritor e também profundo conhecedor da campanha gaúcha, da sua cultura e tradições, além de pecuarista.

Délio Assis Brasil⁵⁴ escutou atentamente e disse:

“As respostas que tu procuras estão todas aqui, nesse livro que escrevi. Por muitos anos pesquisei e reuni um bom material, que primeiramente foi publicado num jornal local. Mais tarde, percebi que aquelas matérias reunidas seriam suficientes para fazer um livro. E foi o que fiz”.

⁵⁴ ASSIS BRASIL, Délio. **Entrevista concedida**. São Gabriel, 06 jan. 2010.

Dizendo isso, me presenteou com seu livro. Entendi que era fim de conversa. Agradei a ele e pedi que o autografasse. O que fez prontamente. Ao me devolvê-lo autografado, li rapidamente a dedicatória e passei os olhos pelo sumário. Perguntei se poderia responder um questionário, rapidamente. Ele disse que sim com um aceno de cabeça.

Essa situação limitou as minhas esperanças de aprofundar o diálogo, mas fui em frente. Encaminhei as perguntas de forma também burocrática ao meu entrevistado.

Comecei perguntando sua opinião sobre a situação atual da bovinocultura de corte. Respondeu que “está sendo aprimorada e que os resultados já começam a aparecer”. Perguntei como ele via as alternativas (se é que existem) quanto à incorporação de novas técnicas de manejo e os investimentos no setor? Respondeu de forma lacônica: “vou resumir a resposta com uma única palavra: lotação”.

Fiz uma provocação: o senhor, como agrônomo já deve ter ouvido falar do trabalho de Nabinger, pesquisador da UFRGS que defende o manejo como forma de triplicar a produtividade. Ele respondeu, novamente, que o problema era a “lotação” de animal por hectare. Segundo Delio, o problema está em conciliar a carga animal determinada pelo INCRA, que exige índices de produtividade, com o manejo de Nabinger, que reduz a carga por hectare.

Não quis rebater seus argumentos, pois percebi que sua opinião estava respaldada menos pela sua formação técnica de agrônomo, do que pela sua condição de estancieiro, o que fez questão de salientar. Mas, sem dúvidas me pareceu paradoxal, porque, se o manejo aumenta a produtividade em mais de duzentos por cento, segundo Nabinger (2006) por consequência, acabará, fatalmente, atendendo as determinações daquele órgão fiscalizador.

Sobre o contexto social e econômico da Campanha, o entrevistado destacou a importância de uma melhor qualificação técnica e do nível de escolaridade para que a região como um todo possa melhorar. Atribui essa situação aos baixos níveis dos profissionais da educação, os quais qualificou

como “analfabetos”. Percebe-se aqui a presença dos elementos que compõem os aspectos do discurso hegemônico, que segundo Laclau (*apud* BURITY (2008, p. 44) “é a capacidade de representar, enquanto uma posição particular, algo maior, mais abrangente”.

Anotei sua fala e enfatizei a necessidade que eu tinha de visitar uma estância, para me aproximar daquele universo, da lida campeira. Para poder conversar com os peões, conhecer aquela rotina. Perguntei, diretamente, se poderia visitar uma das suas estâncias, justamente para esse fim. Meu interlocutor disse que o tempo não estava bom, em função das fortes chuvas da véspera e que seria melhor visitar uma estância mais próxima da estrada, porque as suas eram no interior e de difícil acesso.

Percebi que dificilmente conseguiria reverter àquela decisão do estancieiro. Então, concluí meu questionário, perguntando a ele se tivesse a oportunidade de começar tudo de novo, com bastante recurso financeiro, qual negócio optaria? Respondeu que acredita na pecuária e que se manteria no mesmo ramo. Concluída a entrevista, agradei a colaboração e ao livro que me presenteou.

Saí com a sensação de que seria difícil encontrar um estancieiro que abrisse a porteira da estância para saciar a minha curiosidade. As condições do tempo eram péssimas. As chuvas destruíram uma ponte e fizeram muitos estragos no centro do estado. Na campanha, as estradas de chão batido, que davam acesso às estâncias do interior, tornaram-se intransitáveis. Era, sem dúvidas, uma boa desculpa!

Fui para o hotel. O adiantado da hora impedia novos contatos. Refletindo sobre tudo o que tinha visto e conversado com essas diferentes pessoas. Antes de dormir, revisei minhas anotações e tive curiosidade de ler o livro que ganhei. Busquei no sumário algum título que tratasse das questões relacionadas com a produtividade. Percebi que nesse material seria possível verificar alguns dados importantes para a pesquisa. Eram muitas informações sem uma organização teórico-metodológica, muito comum em trabalhos não acadêmicos de pessoas que querem resgatar a história local.

Com efeito, sobre as referidas páginas pude perceber certo saudosismo característico das narrativas tradicionalistas. Relatos de tempos de fartura, abundância e glórias, que desapareceram a partir da mecanização da agricultura, da melhoria dos rebanhos e das pastagens. Da estabulação em lugar do pastoreio em campo aberto. Em outro trecho, na mesma página, o autor atribui à abolição da escravatura a marginalização do antigo peão e o êxodo rural. Afirma também que a decomposição do regime de trabalho servil determinou a paulatina extinção do latifúndio! Em outro ponto digno de nota, o autor atribui à Revolução de 1930 e o advento da legislação trabalhista como fator determinante nos custos de produção, visto que os encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamentos determinaram à redução da mão de obra. (BRASIL, D. 2009, p. 80-81 e 84). Argumentos que denotam a construção do antagonismo. Fundamental “para o esvaziamento do significado do discurso do outro”, muito comuns nos discursos dos pecuaristas, como veremos a baixo, no capítulo destinado às análises dos discursos publicados em jornais e divulgados pela mídia, em geral. (PINTO, 1989, p. 55).

Sobre os aspectos econômicos e sociais da formação do Rio Grande, Délio nos fala nas mudanças do setor primário com a expansão das lavouras de soja, arroz e trigo. Nesse sentido, afirma que todos os produtos sofreram um aumento de área, provocando a ocupação de terras que até então eram ocupadas somente pela pecuária. Afirma, todavia que, embora se verificasse um aumento de áreas ocupadas com produtos agrícolas, o mesmo não ocorreu em relação aos índices de produtividade, apesar dos investimentos em novos métodos e técnicas agrícolas. Note-se que sobre a pecuária o estancieiro não fez referência. E mais, é de senso comum o fato de que os índices de produtividade nas lavouras gaúchas de soja e de arroz estão entre os melhores do mundo. O mesmo não se pode dizer da bovinocultura de corte. Omissão que mais a diante, o autor (2009, p. 92), ao retomar o assunto, estende a crítica também à pecuária, mas da seguinte forma:

Esta situação é ocasionada devido a falta de incentivos fiscais por parte dos governos que se sucederam, sem a taxa compensatória aos produtos importados que têm subsídio na origem, levando o setor a uma crescente descapitalização e endividamento.

Outro aspecto digno de nota é o que faz referência ao conflito no campo. Nosso entrevistado afirma em seu livro (2009, p. 93), que os conflitos no campo:

São movimentos sociais orquestrados por ecoterroristas (*sic*) da Via Campesina, invadem propriedades rurais, sob o pretexto de promoverem a Reforma Agrária [...] agem como um movimento de guerrilha, interrompem estradas, tolfhem o direito de ir e vir, agriquem o meio ambiente, fazem prisão domiciliar, abatem gado, degolam cavalos, incendiam casas, galpões e máquinas agrícolas, promovem novos reassentamentos sem nada produzir e sem qualquer vocação para a terra e sem real interesse em adquirir conhecimento técnico sob plantio e criação, usam armas de grosso calibre [...].

Isso tudo, aparentemente, para justificar a ‘incoerência’ do Incra em medir os índices de produtividade.⁵⁵ O que na realidade não acontece, pois segundo nosso entrevistado “o INCRA só mede a ocupação de animais por hectare” (BRASIL, 2009, p. 94).

Novamente, percebemos a presença do antagonismo no discurso do estancieiro. Delio afirma, peremptoriamente, (sem citar a fonte) que “não há mais propriedade improdutiva no Rio Grande do Sul, não podendo, portanto, estas propriedades serem destinadas à Reforma Agrária.” O que, na visão dele, torna a tal revisão de índices de produtividade descabida, já que somente as propriedades improdutivas poderão destinar-se à Reforma Agrária. (BRASIL, 2009).

Destacamos também no mesmo discurso o que pode ser considerado um “mea-culpa” do autor do livro (2009, p. 95), quando lembra que:

A filosofia de aumentar patrimônio foi interessante até o início da década de 90, porque as terras de pecuária de corte se valorizavam muito, e era uma maneira do pecuarista proteger o seu dinheiro contras as altas taxas de inflação, investindo em ativos reais. A partir de 1994, as terras passaram por uma grande desvalorização, tendo seu preço caído pela metade na maioria das regiões de pecuária de corte. Por isso, a filosofia tem mudado para produtividade e o pecuarista começa a entender que a sua fazenda vale mais pelo potencial que tem de produzir terneiros e bois gordos não mais pela valorização da terra.

⁵⁵ O autor refere-se ao Artigo 11, da Lei 8.629, no qual os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola.

Lembra o autor (2009, p. 95-96), ainda que até os anos 1980,

[...] as margens de lucro alcançadas pelos pecuaristas eram muito grandes. Naquela época a rentabilidade da pecuária era tão atraente que permitia o surgimento de uma série de distorções e ineficiências (administração à distância, baixa produtividade, excessiva concentração de investimentos em imóveis, baixa eficiência comercial, desrespeito à vontade do consumidor final de carne e falta de associativismo), tornando a atividade pouco competitiva para os tempos atuais. Com a redução nas margens de lucro dos últimos anos, fez-se necessário aumentar a produtividade animal e da terra e a escala de produção para que o produtor consiga se manter na atividade. (*sic*).

Com efeito, podem ser ponderados alguns elementos interessante no discurso de autocrítica feito pelo pecuarista. Demonstra uma ‘leitura’ possível do contexto em análise. Todavia, corrobora os argumentos dos opositores ao atual modelo produtivo da bovinocultura de corte da campanha gaúcha, ao reconhecer que é “necessário aumentar a produtividade animal e da terra” (BRASIL, 2009, p. 95) A ressalva que fazemos, com base nos dados do discurso historiográfico, apresentados acima, é no sentido de que essa mudança de postura deva-se, entre outros fatores, a forte concorrência da carne de frango e de suíno, que o próprio autor reconhece; a pressão dos movimentos sociais e a um novo cenário político de revisão de índices de produtividade. Sem mencionar que nos últimos anos, informam os técnicos do setor e pecuaristas entrevistados, a média da bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul se mantém a mesma do século XIX: entre 70 e 75 kg de carne, por ha, por ano. Isto é, nada de significativo ocorreu no sentido de mudanças no cenário social e nos índices econômicos da região, segundo dados da FEE (1995); Maestri (2008). As cidades da campanha continuam ‘encolhendo’, com o êxodo de suas populações, como mostra a reportagem de Zero Hora, de 11 de janeiro de 2009, acima referida.

No dia seguinte, após alguns telefonemas, agendei uma nova entrevista, dessa vez na estância do entrevistado. Peguei a estrada e, em pouco mais de meia hora, estava na porteira da propriedade. O tempo havia melhorado e tudo se encaminhava para uma oportunidade de fazer um bom trabalho de observação.

Luiz Carlos Trindade Santana, 62 anos, meu novo entrevistado, me recebeu cordialmente. Após breves apresentações, me convidou para entrar e conhecer a sua casa. A localização da mesma permitia uma visão panorâmica privilegiada da propriedade. Campos ondulados pelas coxilhas e uns poucos capões que se perdiam na linha do horizonte. Fiz algumas fotos daquela paisagem tão característica do Pampa e entramos na casa para conversar. Era uma casa simples de cinco cômodos, muito bem cuidada, usada por ele e por sua família, nos finais de semana e no período de férias.

Luiz quis saber exatamente o que eu pesquisava. Expliquei a necessidade que eu tinha de conhecer aquele universo da estância, sua rotina, a lida com o gado e os elementos e valores culturais dessas pessoas que mantêm essas estruturas há séculos. Falei, também, das entrevistas anteriores e da importância que tinham para a minha dissertação, visto que precisava dessas observações de forma direta, sem intermediários.

Feitos os devidos esclarecimentos, pedi ao meu interlocutor que falasse da suas experiências e vivências nesse universo da Campanha. Bem descontraído, contou que seu pai era capataz de estância e que se criou na lida ao seu lado, junto com mais um irmão. Disse também que desde guri era observador atento ao mundo a sua volta. Que embora o pouco tempo de escola, aprendera muito com a vida e com um grande estancieiro para quem trabalhou como capataz, por vinte e cinco anos. De forma taxativa, disse que não era mais possível contratar um peão analfabeto, visto que os tempos mudaram e as exigências hoje são outras.

“O peão que precisamos hoje tem de saber ler um receituário veterinário, tem que saber aplicar uma vacina, dirigir um trator ou uma roçadeira. Em fim, deve ficar atento ao comportamento dos animais, para poder detectar precocemente qualquer anomalia”⁵⁶.

Lamentou as dificuldades de encontrar um peão com esse perfil. Luiz disse que não se considera um estancieiro tradicional, visto que não herdou nada e, mesmo agora, em outra situação social e financeira, continua

⁵⁶ SANTANA, Luiz Carlos Trindade. **Entrevista concedida**. São Gabriel, 07 jan. 2010.

participando do dia-a-dia da estância, administrando pessoalmente os negócios. Enfatizou que sempre teve a permissão para criar animais próprios na estância em que era capataz, o que segundo Bornholdt (2009, p. 12) representa “uma das principais formas de ascensão social disponível aos peões em seu universo cultural e econômico”.

Luiz disse também que era um pequeno pecuarista e que começou arrendando terras e suas conquistas e seu patrimônio eram frutos de muito trabalho. Aproveitei a oportunidade e perguntei sobre as formas de administração. Se a participação no dia-a-dia das lidas é comum, aos demais estancieiros que ele conhecia? Respondeu que não. Disse que “a grande maioria dos estancieiros, raramente visita as próprias estâncias, geralmente entregues a um administrador, que por sua vez espera o reconhecimento do patrão, o que raramente acontece”⁵⁷.

Perguntei sua opinião sobre o atual momento da pecuária gaúcha. Disse que a bovinocultura vai bem e que dá bons resultados. Já o mesmo não pode dizer da ovinocultura. Mostrou algumas notas fiscais das transações que tinha feito há pouco tempo, ratificando os baixos rendimentos obtidos com a venda da lã e de peles. O mesmo não poderia ser observado com a venda do gado, também mostrando as notas fiscais que comprovavam seus argumentos.

Perguntei se conhecia as novas técnicas de manejo e o que elas poderiam significar em termos de produtividade. Respondeu que já tinha ouvido falar e que achava interessante. Disse, porém, que seria bom se houvesse um acompanhamento técnico para esse fim. Completou seu raciocínio sobre essas novas técnicas e sua aceitação pelos estancieiros fazendo a seguinte observação: “na realidade essa questão da produtividade não representa uma preocupação muito grande. O fato é que nós estamos acostumados com essa ‘folga’ de campo, de espaço, de pasto, de condições, enfim”⁵⁸.

⁵⁷ SANTANA, Luiz Carlos Trindade. **Entrevista concedida**. São Gabriel, 07 jan. 2010.

⁵⁸ *Ibidem*.

Para mostrar quanto eram significativos os seus argumentos, Luiz me levou até uma estância vizinha e mostrou as diferenças contrastantes com a sua. A começar pelo pasto que, pela falta de limpeza, estava cheio de inço;



Figura 4 - Pasto da fazenda vizinha/pasto da fazenda do Luiz

Fonte: Autor, 2010.

Um reservatório de sal sem cobertura, o gado jogado a própria sorte. Ao lado, separado apenas por uma cerca de arame, o cenário era completamente diferente. Pasto limpo, reservatório de sal coberto, várias pastagens separadas assim como o gado.



Figura 5 - Reservatório de sal vizinho/reservatório de sal Luiz

Fonte: Autor, 2010.

Meu entrevistado argumentou:

“Sou pequeno produtor, comparado com os grandes da campanha, mas sei que poderíamos estar muito melhor, se houvesse mais empenho e dedicação, por parte dos estancieiros. Nossa produtividade e, mais do que isso, a qualidade do nosso gado melhoraria sensivelmente. Em consequência teríamos melhor preço e mais ganho total”⁵⁹.

Aproveitando a descontração e a abertura do entrevistado, perguntei sua opinião sobre o êxodo populacional da campanha. Respondeu de forma bem objetiva:

“As pessoas não precisariam ir embora para buscar a sobrevivência em outro lugar, se pudéssemos cuidar melhor delas aqui. Lembrou ainda, que nas festas de final de ano (natal e ano novo) é comum observar as caravanas de ônibus fretados por ex-moradores, que vêm principalmente da região da serra, visitar seus parentes”⁶⁰.

Entendemos que vários elementos devem ser destacados no discurso do nosso entrevistado. Primeiramente, a questão da produtividade. Pareceu-nos que Luiz Santana ratificou a existência de possibilidades de incremento nos índices de produtividade da bovinocultura, ao dizer que *“estamos acostumados a trabalhar com folga”*, referindo-se ao incremento das técnicas de pastejo rotativo. Em segundo lugar, as formas de administração a distância, destacadas por Délio, foram confirmadas por Luiz e seus efeitos mostrados pelas fotos acima. Terceiro, o alerta sobre os novos tempos. Ao referir-se sobre a impossibilidade de contratar um peão analfabeto, visto as novas atribuições que os mesmos devem assumir na administração das fazendas e estâncias exigem uma habilitação técnica básica. O que, de certa forma, corrobora a tese de que a baixa produtividade histórica no setor se deve também a falta de uma postura empresarial por parte dos envolvidos nesse processo. A começar pelos estancieiros.

⁵⁹ SANTANA, Luiz Carlos Trindade. **Entrevista concedida**. São Gabriel, 07 jan. 2010.

⁶⁰ Ibidem.

5.3 OS ARRENDAMENTOS

Constatamos que a prática dos arrendamentos de terras está incorporada na cultura da campanha. Arrendadores e arrendatários convivem nesse espaço a luta pelo ganho, pela maximização do que a terra e a natureza lhes oferecem. Nessa dialética do lucro e da sobrevivência, foram estabelecidas e impostas as regras sociais de convívio e de trabalho, que beneficiaram basicamente os primeiros. Estabeleceu-se na campanha, de certa forma, o que denominamos de *ethos* ibérico de fidalguia, de viver de rendas. Famílias tradicionais, assim como grande parte dos latifundiários da região, como ficou demonstrado nos dados da pesquisa SBRAE, SENAR, FARSUL (2005, *apud* ANDREATTA, 2009), complementam suas rendas ou vivem dos arrendamentos de terras.

Em nossas pesquisas de campo tivemos oportunidade de fazer registros de alguns relatos, que estariam de acordo com os dados referidos por Andreatta (2009); Ribeiro (1995) no que diz respeito a uma forte participação nos rendimentos dos estancieiros, provenientes de arrendamentos de terras. Campos de pastos arrendados para a pecuária e quadras de campo arrendadas para as lavouras de arroz, soja e, recentemente, também para o plantio de eucalipto. Arrendamentos que garantem ainda, um *plus* aos orçamentos familiares em muitos casos, também como ficou demonstrado acima (SEBRAE; SENAR; FARSUL, 2005, *apud* ANDREATTA, 2009).

Entrevistando os participantes de um piquete⁶¹, Machado, 44 anos comerciante na região da campanha, relatou que tinha algumas cabeças de gado em um campo arrendado e que pagava três mil reais, por mês pelo arrendamento. Os proprietários, segundo Machado, nunca trabalharam. “*Vivem viajando para o Uruguai e para outros lugares.*” Fato comum na região, segundo meu entrevistado. E acrescentou: “*se eles conseguirem colocar água nesse pasto, já me disseram que arrendarão para o plantio de arroz, o que*

⁶¹ Pequeno potreiro que, perto de uma habitação, é usado para recolher animais utilizados em serviços diários nas estâncias, cavalo que está sempre preparado para qualquer necessidade

representará um valor de aproximadamente o triplo do que cobram hoje pelo mesmo espaço para o gado”.

A prática dos arrendamentos de terras, vista com naturalidade pela sociedade, também nos foi confirmada por Odilon, 47 anos, capataz de estância que destacou a forte presença de famílias tradicionais, que ainda ocupam grande espaço social, político e territorial na campanha. O entrevistado confirmou a prática dos arrendamentos como fato comum e já incorporado na cultura regional. Perguntado sobre o mercado de trabalho na região, disse que há trabalho, mas que o pessoal jovem não quer essa vida. Preferem a cidade e o que ela proporciona. Disse também que, muitas vezes, acabam retornando para o interior quando se deparam com dificuldades ainda maiores lá, na cidade grande.

Terêncio, um peão de 37 anos, nasceu e viveu nesse universo da estância. Apesar de jovem, disse conhecer toda a lida campeira. Os cuidados e manejos necessários com o gado; o rodízio de campo; a vacinação, a tosquia, etc. Da narrativa das suas vivências, me chamou a atenção o fato de ter acompanhado o processo falimentar de uma estância em que trabalhou, lá em Alegrete. Disse que os herdeiros não tiveram a habilidade necessária para gerenciar os negócios da fazenda. *“As dificuldades, após o falecimento do velho se avolumaram pela ausência de comando e pelo despreparo dos filhos que viviam na cidade, acostumados com as gordas mesadas.”* A estância, ou o que restou dela, acabou sendo comprada por latifundiários fizinhos. Fato comum observou Terêncio.

Confirmamos nesses contatos que a bovinocultura e a agropecuária, como um todo, assim como as instituições e as relações sociais, estão ainda muito presas à tradição. E, talvez por isso, notamos a forte presença do senso comum (já conceituado acima) nos discursos dos nossos interlocutores. Elementos estes incorporados ao imaginário popular e que já não causam estranhamento. E, em muitos casos, aceitos e ambicionados, como ideal de *status social*.

Em outra situação, de volta a Porto Alegre, tive oportunidade de entrevistar Mário Maestri⁶². Conhecido historiador, professor universitário, autor de várias obras sobre a escravidão no Rio Grande do Sul, além de livros publicados na França e na Itália. Mário é filho de estancieiro e grande conhecedor desse universo da campanha gaúcha. Também coordenou, pela UPF, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, *os estudos comparados sobre a situação da pecuária desde o início do século XIX até hoje, com projeção de diversos cenários para o futuro*. Participaram do referido estudo historiadores, sociólogos e engenheiros agrônomos. Fatores determinantes para a realização da entrevista que relataremos a seguir.

Perguntei, então: como grande conhecedor da campanha e com base nas suas pesquisas, como ele via a atual conjuntura socioeconômica do pampa referida na reportagem de Zero Hora de 11 de janeiro de 2009?

O entrevistado⁶³ fez um breve relato do processo histórico de formação da região, nos seguintes termos:

“O modelo histórico de ocupação assentado na pecuária extensiva foi determinante. Numa época em que a terra pouco ou quase nada valia e após tentativas frustradas de investimento na agricultura, especialmente no plantio do trigo, os açorianos e seus descendentes viram na pecuária uma alternativa promissora. As condições físicas e geográficas aliadas à abundância de terras, o gado solto e sem dono, determinaram os rumos e as ações dos estancieiros da campanha”.

Destacou ainda que hoje, passados mais de dois séculos, embora todo o desenvolvimento técnico e tecnológico disponível no setor da bovinocultura de corte, grande parte dos nossos pecuaristas da campanha ainda mantém as mesmas formas seculares de criação extensiva, talvez porque esse modelo ofereça de alguma forma, segurança, garantias e possibilidades sempre renovadas de poder usar a terra como fonte de renda e de poder político. Com efeito, fiz referências aos excelentes índices de produtividade da bovinocultura de corte alcançados na Nova Zelândia e nos Estados Unidos da

⁶² MAESTRI, Mario. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, 29 maio 2010.

⁶³ *Ibidem*.

América do Norte e, até mesmo aqui, no Rio Grande do Sul, entre outros fatores, a partir das técnicas de manejo da carga animal por hectare, segundo Nabinger, (2005), a custo zero. Maestri lembrou que, antes desse estudo desenvolvido por Nabinger (2005), já na década de 1960 o “*Método Voisin*” que, basicamente, consiste no pastejo rotativo, já havia demonstrado a sua eficiência em termos de preservação dos campos nativos e do aumento da produtividade. Explicou ainda que *André Voisin*, neozelandês, desenvolveu um método que consiste em períodos de pastoreio suficientemente curtos, de modo que não haja rebrote disponível para pastorearem, evitando assim o esgotamento da planta. Todavia, o entrevistado lembrou que não há custo zero no *Método Voisin* tão pouco no de Nabinger, visto que todos envolvem custos com cercamentos de campos e com mão de obra. Além de gerenciamento técnico permanente. O que de certa forma exige o abandono da chamada “zona de conforto” em que se situa grande parte dos pecuaristas da região. Lembrou ainda das facilidades de arrendamento dos campos para a própria bovinocultura, para o plantio de arroz, soja e, recentemente eucaliptos, com baixíssimos riscos, para os latifundiários, como elemento inibidor de ações empreendedoras. Destacou que “o arrendamento de terras para o plantio de eucaliptos tornou-se uma prática e que está alterando a paisagem do pampa”. Disse que, em recente viagem ao Uruguai (mesmo bioma pampa), “*fiquei impressionado com essa nova paisagem causada pelo plantio de eucaliptos, à margem da rodovia, inalterada durante várias horas de viagem*”⁶⁴.

Maestri fez referência ao trabalho de um renomado agrônomo especialista no Método *Voisin*. Trata-se de Humberto Sorio Jr, professor da Universidade de Passo Fundo, palestrante que participa de eventos nacionais e internacionais sobre o tema. Tendo o mesmo, inclusive, participado das comissões do Incra sobre índices de produtividade da pecuária gaúcha, em 1998. Pesquisando o trabalho de Sorio tive oportunidade de conhecer alguns aspectos do discurso dos técnicos que se opõem ao discurso hegemônico, especialmente sobre a questão relacionada com a produtividade e à incorporação de novas técnicas de produção (no caso o Método *Voisin*), mas

⁶⁴ MAESTRI, Mario. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, 29 maio 2010.

que envolvem diferentes posturas administrativas, de gerenciamento e de acompanhamento técnico. A entrevista com Mario Maestri, acreditamos, veio dar profundidade à pesquisa. Pois, de certa forma, ratificou uma unidade discursiva sobre a bovinocultura de corte na campanha gaúcha. Lembrou que, no referido trabalho de Sorio Jr., os grandes estancieiros da campanha têm encontrado um forte apoio de entidades de pesquisa, como a UFRGS, a EMBRAPA/CCPSUL, Secretaria da Agricultura e FEPAGRO, no sentido de manter o modelo de pecuária extensiva, de baixa lotação animal por hectare, a pretexto, entre outros fatores, de uma suposta preservação do meio ambiente (bioma pampa). Informações que nos causaram novas inquietações e sinalizaram novos direcionamentos nas nossas pesquisas.

5.4 AS EXCEÇÕES QUE CONFIRMAM A REGRA

De volta à campanha gaúcha visitei a estância Caty, de propriedade de Adroaldo Bernardo Pötter, 65 anos, terceira geração de pecuaristas da sua família, além de empresário. Fomos recebidos numa tarde fria de junho na sede da propriedade, de forma cordial. Conduzidos até a sala de estar, onde uma aconchegante lareira aquecia o ambiente, iniciamos a entrevista. Após as apresentações preliminares, feitas por Vanius, um amigo comum, Adroaldo quis saber do que, especificamente, tratava a minha pesquisa. Expliquei a ele que procurava entender melhor os aspectos culturais da campanha gaúcha e as suas influências no desenvolvimento social e econômico dessa região. Destaquei os baixos índices de produtividade da bovinocultura de corte e os teóricos que defendem novos métodos, como o de *André Voisin* e o de *Nabinger*, ambos os métodos bem conhecidos por ele.

Meu entrevistado, preliminarmente, disse que a sua propriedade, embora dentro do bioma pampa, tinha características próprias, pois apresentava um tipo de solo com grande quantidade de pedras inviabilizando qualquer possibilidade de cultura agrícola em escala empresarial. Isso, segundo ele, foi determinante para a opção pela bovinocultura de corte. Sobre

os índices de produtividade da sua estância disse que são de 273 kg/ha por ano, bem acima da média gaúcha, que é de 75kg/ha por ano. O mesmo se observa no aspecto prenhe, que na Caty é de 94%, contra 50% da média estadual. Outro dado importante destacado pelo pecuarista é a idade para o abate feita aos quatorze meses, bem a baixo da média, que fica em torno de dois anos e meio a três anos.

Pötter explicou que faz parte de um programa chamado “Conexão Delta G”. Esse programa, em escala nacional, desenvolve pesquisas na área genética de saúde animal. A partir de uma prévia seleção dos itens que serão priorizados pelo pecuarista, no caso da Caty foram dezoito, destacando, por exemplo, o ganho de peso e a maturidade acelerada, concentradas na genética Hereford e Braford. Então, são geradas as matrizes do rebanho, dando qualidade e produtividade, concluiu.

No dia seguinte, fomos convidados pelo entrevistado, Vanius e eu, para uma vistoria pela propriedade. De camionete pela imensidão das coxilhas, constamos a excelente qualidade do rebanho de 3.300 cabeças de gado, 800 ovinos e 80 equinos. O estancieiro mostrou em detalhes as características das famosas pastagens nativas do bioma pampa presentes na sua propriedade, em um dos vários campos da estância de quatro mil hectares, no município de Quaraí, próximo de Santana do Livramento. Orgulhoso do seu conhecimento, explicou os detalhes das colorações e matizes dos bovinos Herefor/Braford, os cuidados no trato e na qualidade das gramíneas e tudo o mais que envolve a rotina diária dessa lida campeira. Como eram feitos os rodízios, para a manutenção da qualidade e da quantidade das pastagens nativas. Os aspectos que eram valorizados e tidos como determinantes na hora da comercialização dos animais.

No final da tarde, de volta à sede da estância tivemos a oportunidade de conhecer o alojamento dos peões. Era uma construção de alvenaria e estava distribuído em cozinha, dormitório e um espaço com lareira e bancos forrados com pelegos. Um televisor e um mapa da estância em uma das paredes. Abrigava doze empregados (o dobro das médias na região) que fazem a propriedade funcionar. Tudo muito organizado, dando a impressão muito forte

de uma administração eficiente. Fomos apresentados aos peões que nos olhavam com curiosidade. Trocamos algumas palavras e fizemos alguns comentários sobre a lareira e a forma como as chaleiras de água eram aquecidas próximas do braseiro. Outro aspecto que me chamou a atenção foi o fato de o proprietário morar na estância. Ou seja, temos aqui uma série de fatores determinantes para compreender os bons resultados obtidos pela Caty agropecuária.

De volta à cidade, revisando minhas anotações, comparei os dados obtidos ao longo das minhas pesquisas com os da estância Caty. Primeiramente, o aspecto visivelmente empresarial de administração que é empregado nessa propriedade, investindo em pesquisas e em tecnologias. A partir dessa lógica empresarial, ela tem de ser produtiva, rentável. Segundo, essa rentabilidade é autossustentável, pois preserva o meio ambiente com as mesmas características e com os campos nativos. O que, de certa forma, contraria os argumentos que apontam as barreiras ambientais para o aumento da produtividade. Terceiro, gera empregos e renda tanto nas áreas de pesquisas e de tecnologias aplicadas no campo, quanto na geração de empregos diretos, no caso em análise, o dobro dos peões do Santo Antônio, do Teófilo. Esses são apenas alguns dos elementos que, à primeira vista, pude perceber nessa comparação com os dados colhidos nas pesquisas e entrevistas feitas até aqui.

6 QUAL É O JOGO?

Pudemos constatar ao longo da pesquisa a presença de um discurso hegemônico, cujo principal representante é a FARSUL, sobre a estrutura econômica e produtiva da campanha gaúcha, como um todo, e da bovinocultura de corte em particular. Entendemos por discurso hegemônico aquele discurso, segundo Burity (2008, p. 44), capaz de assumir a representação de um conjunto de outras demandas igualmente particulares e que, sem abandonar aquela demanda particular inicial, passa a falar e agir em nome desse conjunto. Esse discurso hegemônico é mobilizador e encontra grande espaço na mídia e no meio político partidário. Defende as formas tradicionais de produção, a estrutura fundiária que a caracteriza. Aponta as políticas públicas e, por extensão, o Estado, como o principal responsável pelo atual quadro social e econômico.

De outro lado, temos os vários discursos historiográficos, sociopolíticos, de técnicos e intelectuais que divergem do discurso da FARSUL. Esses, ao contrário, estão restritos a certas instituições e grupos sociais que não desfrutam do mesmo peso político nem do mesmo espaço que o primeiro tem na mídia. Defendem mudanças nos aspectos estruturais e institucionais para a campanha em geral e para a bovinocultura de corte em particular. Atribuem a atual conjuntura à manutenção de um modelo socioeconômico ultrapassado, sustentado pela produção extensiva, pelos arrendamentos de terras e pela baixa inversão em qualificação profissional e à falta de empreendedorismo aos atores que protagonizam esse processo.

Na dialética desses posicionamentos, que envolvem diferentes visões sociais e de produtividade, percebemos que há um ponto crítico e de discórdia: trata-se dos índices de produtividade. Esse, nos parece, é o motivo dos embates e discussões. Não por acaso, pois é a partir da revisão desses índices de produtividade que poderemos ter mudanças ou continuidade na estrutura fundiária e produtiva da campanha gaúcha. Para defender os diferentes posicionamentos, os argumentos que são utilizados estão

respaldados, de parte a parte, em estudos e pesquisas produzidos por instituições, por técnicos e peritos, que passaremos a analisar.

Os que defendem a manutenção dos atuais índices têm entre os seus argumentos mais relevantes o da preservação do bioma pampa, pois as formas tradicionais, segundo esse discurso, provaram historicamente que estão ecologicamente corretas e foram as responsáveis pela sua manutenção. O que não teria ocorrido, caso fossem adotados outros modelos de produção, como as lavouras, com seus tratores e defensivos agrícolas, ou o aumento da lotação de animal por hectare. Entre os nomes que fizeram coro nesse discurso estão o do ecologista José Lutzemberger, técnicos, professores e pesquisadores da Ufrgs e da EMBRAPA/CPPSul. Sua tese é a do afrouxamento da carga animal. Em outras palavras, o foco deixaria de ser a produtividade e passaria a ser a preservação do meio ambiente, visto a impossibilidade de conciliar o aumento de produtividade com a preservação do bioma Pampa.

Por seu turno, o grupo que defende mudanças estruturais e institucionais para a pecuária gaúcha em geral e para a bovinocultura em particular, não se limita apenas aos índices de lotação. Esse grupo defende a modernização dos métodos de exploração da pecuária e tem em um dos seus mais destacados técnicos, Humberto Sorio Jr., professor de zootecnia da UPF. Crítico do pastejo contínuo utilizado historicamente, defende mudanças, através do *Método Voisin* de pastoreio rotativo, “que consiste na subdivisão dos campos em parcelas menores, onde o pastoreio dos animais é alternado em períodos suficientemente curtos para permitir o rebrote das plantas e evitar o seu esgotamento” (DA ROS, 2009, p. 28). O que, segundo Sorio Jr., permite aumentar a lotação dos campos. Melhorar a produtividade e desencadear todo um processo de desenvolvimento no setor (DA ROS, 2009).

6.1 O MOVIMENTO ‘VISTORIA ZERO’

Os motivos que levaram a formação de uma Comissão de Estudos, instalada, em 20 de maio de 1998, foram gerados pelo impasse entre os estancieiros, representados pelo Sindicato Rural de Bagé, com apoio da FARSUL, e os técnicos do INCRA sobre os índices de produtividade (ZERO HORA, 23/04/1998).

O estopim desse processo foi a deflagração de uma operação de recadastramento de imóveis rurais pelo INCRA [...] Programa que vinha sendo realizado desde 1997 e tinha dois objetivos: a) fazer um levantamento das famílias atendidas pela Reforma Agrária e que ainda permaneciam nos acampamentos; b) realizar um mapeamento completo das áreas produtivas ou não, identificando os imóveis passíveis de desapropriação (DA DAROS, 2009, p. 23).

Segundo Da Ros (2009, p. 23) “As primeiras manifestações dos grandes proprietários fundiários de Bagé contra a realização das vistorias e em favor da revisão dos índices de lotação pecuária ocorreram no mês de março de 1998”, denominado de ‘Vistoria Zero’. O movimento tinha como suporte técnico nomes e instituições consideradas idôneas, já mencionadas acima. E não aceitavam que os referidos índices fossem revistos ou aumentados. Em 4/03/1998, um grupo de 200 proprietários rurais fechou uma rua do centro da cidade de Bagé, em frente ao hotel, onde se encontravam os funcionários do INCRA. O protesto organizado pelo Sindicato Rural de Bagé culminou com a entrega de um documento ao coordenador daquele instituto na região, Pedro Zilli, onde era solicitada a suspensão imediata das vistorias além de tecer severas críticas aos critérios adotados para as vistorias. “São índices descabidos e desconectados de quaisquer parâmetros reais, no que tange a lotação de animais no campo” (DA ROS, 2009, p. 23; (ZERO HORA, 04/03/1998).

Ao longo do ano de 1998 a questão agrária esteve presente diversas vezes nos jornais gaúchos. Em matéria publicada em Zero Hora, no dia 15 de abril de 1998, p. 40, sob o título ‘Produtores de Bagé desafiam ordem judicial’, pode-se constatar alguns elementos significativos do jogo em

análise. Em uma faixa exibida na referida reportagem pode-se ler: “*Diretor do Incra é Tesoureiro do MST*”. As demais fotos também sugerem animosidade e um clima tenso no local, uma fazenda denominada Estância do Angico, de 1,1 mil hectares, de propriedade de César Macedo Escobar, que deveria ser vistoriada, na localidade de Bagé, à 50 quilômetros da cidade. São elementos que induzem o leitor menos atento para elementos periféricos do discurso: uma suposta ligação do diretor do INCRA com o MST, mas que não explora o motivo principal do confronto: os baixos índices de produtividade históricos da bovinocultura de corte. Dito de outra forma: explora os aspectos conotativos⁶⁵ do discurso: produtores *versus* MST. (ZERO HORA, 1998, p. 40).

Novamente, em reportagem publicada na Zero Hora de 23 de abril de 1998, intitulada “*INCRA receberá sem-terra no dia 29. Colonos retornaram ontem ao Palácio Piratini para reivindicar abertura das negociações*” percebemos que a questão agrária retratada pelo jornal não faz nenhuma referência aos aspectos estruturais e que constituem o ponto nevrálgico da questão: os índices de produtividade gaúchos na bovinocultura. São destacados elementos que compõem o discurso, mas periféricos. Por outro lado, o texto pretende passar a imagem de que o jornal é imparcial, visto que os movimentos sociais, embora estigmatizados, têm espaço no jornal. Em outras palavras: a reportagem não acrescenta elementos novos ao debate, pois se limita a um relato de tentativas de audiências entre MST e representantes do governo.

A pressão dos estancieiros surtiu efeito. Em 23 de abril de 1998, mil e cem fazendeiros voltam a fazer barreiras para impedir as vistorias dos técnicos do INCRA, na região de Bagé, matéria publicada no jornal Zero Hora de 24 de abril de 1998, p. 51:

⁶⁵ Entende-se por aspectos conotativos algo que uma palavra ou coisa sugere; a linguagem do mito, do acobertamento da verdade. Ver PINTO. Céli Regina J. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney, ou como entender os meandros da linguagem do poder**. São Paulo: HUCITEC, 1989, p. 21.

Foi oficializada a formação de uma comissão para reavaliar os índices de lotação pecuária das terras. (*sic*) [...] O ato transformou-se em uma grande manifestação estadual contra o trabalho que o instituto vem realizando na região desde março. [...].

Percebemos na referida reportagem de 23 de abril que o discurso faz uso de sofismas ao transformar uma manifestação de 1,1 mil pecuaristas numa localidade do interior em uma manifestação estadual, poderosa. Explora também, através de imagens, aspectos do tradicionalismo, como cavaleiros e cavalos, as bandeiras do Rio Grande do Sul e do Brasil em meio a um campo, em vigília, o que lembra um cenário de guerra ou de revolução. Mas, novamente, o tema central é apenas tangenciado, já que não temos elementos para saber se os índices do que os estancieiros produzem estão de acordo com o que pode ser produzido. Dito de outra forma: a reportagem não fornece elementos de análise ao leitor, que fica restrito à imagens que sugerem uma manifestação do tradicionalismo gaúcho.

A questão agrária se mantém na pauta dos editores do jornal Zero Hora. Em reportagem de 28 de agosto de 1998, intitulada ‘*Ruralistas ampliam protesto em Esteio*’, percebemos novamente que os destaques não esclarecem o leitor sobre o real impasse entre estancieiros e o Incra. A reportagem destaca a imagem de um soldado encapuzado portando uma arma de grosso calibre, sugerindo um ambiente de guerrilha. Descreve os diálogos entre os comandos militares e dos ruralistas, sobre a manutenção das vistorias e o direito constitucional da execução do trabalho pelos funcionários da autarquia. Novamente apelando aos aspectos conotativos, a reportagem veiculada no jornal Zero Hora de 28 de agosto de 1998, p. 38, num retângulo no centro da página, enfatiza os seguintes temas:

Principais frases nas faixas erguidas pelos produtores rurais de Bagé: Incra desvia verbas públicas para o MST; Incra e MST – O Fim da Produção; Diretor do Incra é tesoureiro do MST; Assentamento do Incra significa menos saúde; O Banco da Terra é a Solução.

A solução encontrada pelo governo federal na época, para resolver o impasse, foi a suspensão das vistorias dentro de um plano para economizar R\$

194 milhões. Num total de 400 vistorias previstas, iniciadas em maio foram realizadas apenas 80. Sob o título: ‘*Corte de recursos suspende vistorias*’ percebemos que a reportagem publicada no jornal Zero Hora de 18 de setembro de 1998, p. 28, faz um resumo de todo o episódio do movimento denominado de ‘Vistoria Zero’, nos seguintes termos:

Entenda o caso:

Em maio, o Incra começa as vistorias em cerca de 400 propriedades de Bagé e encontra a resistência de pecuaristas da região, que discordam dos índices de lotação dos campos. As estradas vicinais e as porteiras de fazendas são fechadas à entrada dos técnicos, e o Incra decide criar uma comissão regional para estudar os índices. As vistorias ficam suspensas momentaneamente. Em julho, depois que os integrantes da comissão não chegaram a um consenso, os índices são mantidos, e o Incra tenta retomar o cadastramento. Mais de 400 homens da Brigada Militar garantem a vistoria na Fazenda Rodeio Colorado, em 25 de agosto. No dia seguinte, o governo decide suspender por um mês o trabalho.

O desfecho (provisório) do caso ocorre com a instalação de uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, para discutir a revisão dos índices de produtividade. Simultaneamente, o presidente do INCRA assinou a portaria nº170, criando uma comissão especial para reavaliar os índices de lotação pecuária das terras, num prazo de 30 dias (ZERO HORA, 23/04/1998).

6.2 A COMISSÃO DO INCRA

A comissão do INCRA foi instalada em 20 de maio de 1998, composta pelos seguintes membros: 1) Eduardo Freire, diretor de cadastramento do Incra; 2) Gilberto Bambi, técnico do Incra; 3) José Otávio Neto Gonçalves, pesquisador da Embrapa/CPPSUL (Centro de Pesquisas de Pecuária da Região Sul); 4) José Mario de Oliveira Freitas, técnico da FEPAGRO; 5) Felisberto Antônio Rosa Barros, médico veterinário e funcionário da SAA/RS (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul); 6) José Fernando Piva Lobato, professor do departamento de zootecnia da UFRGS; 7)

Humberto Sorio Junior, professor de zootecnia da UPF. (SORIO JR., 2001). Todavia mantiveram-se as barreiras, em Bagé. Em que pese a instalação da referida comissão, pois os ruralistas exigiam a suspensão das vistorias durante o período para a revisão e definição dos índices (ZERO HORA, 24/04/1998).

Os trabalhos da comissão ocorreram em 11 reuniões, em que foram discutidos entre os componentes três propostas para índices de lotação pecuária. A primeira, defendida pelos representantes da Embrapa, da UFRGS, da SAA/RS e da Fepagro, posicinava-se a favor da redução dos índices de lotação da pecuária, sob a alegação de que as pesquisas feitas no estado demonstraram que num *sistema de pastoreio contínuo*⁶⁶ o aumentar a carga animal traria sérios prejuízos à produtividade da pecuária. Lobato, em entrevista ao jornal Zero Hora, de 20 de junho de 1998, explica a proposta:

A ideia é simples: um menor número de animais por hectare assegura alimentação suficiente ao rebanho para o abate de um novilho jovem e, como consequência, a produção de carne de melhor qualidade. [...] O professor Fernando Piva Lobato explica por quê: Quanto mais se adapta a carga animal às pastagens nativas, que variam de acordo com o solo, melhor os índices de repetição de prenhez e o aumento do ganho de peso. Lobato ainda diz que o excesso de carga conduz à fome dos animais e ao desaparecimento de espécies presentes no campo nativo.

Da Ros (2009, p. 27) afirma que “A aproximação dessa proposta com os interesses dos pecuaristas gaúchos e da Farsul é flagrante”. Mas o aspecto comprometedor nesse episódio é a declaração de Sorio Jr, transcrita por Da Ros, ao afirmar que: “esse mesmo professor da UFRGS e o representante da EMBRAPA/CCPSUL na comissão especial, já tinham participado como coautores da elaboração de um livro editado pela comissão de Assuntos

⁶⁶ Sorio Jr. (2001, p. 20) afirma que: “Este implica adaptar a capacidade de carga ao crescimento da pastagem. Como a capacidade de carga em qualquer estabelecimento tende a ser conservadora, as áreas submetidas ao pastoreio contínuo tendem a ser sobre pastoreadas durante o inverno e princípios de primavera e subpastoreadas em fins de primavera, princípios de verão e parte do outono. Quando a oferta de forragem excede os requerimentos, os animais são sempre seletivos, tendem a pastorear as espécies mais palatáveis. As gramíneas tendem a desaparecer e os inços invadem as zonas sobre pastoreadas. Por outro lado, os sítios subpastoreados se tornam densos e ainda menos palatáveis. O mencionado pastoreio seletivo ocorre quando a dotação (lotação ou carga animal) é demasiadamente baixa para fazer frente a massa verde produzida, mal que só pode ser evitado aumentando-se a carga e ajustando-a continuamente durante o pastoreio.”

Fundiários dessa entidade, em junho de 1997”. O livro a que se refere Da Ros (2009, p. 27) chama-se ‘*Índices de lotação pecuária par o Rio Grande do Sul*’ e foi editado Porto Alegre, pela Comissão de Assuntos fundiários da Farsul, em julho 1997. Constatação que segundo Da Ros (2009) põem em causa a participação isenta do referido professor na Comissão do Incra, visto que se tratava de um profissional com vínculos com uma das partes interessadas no impasse.

A segunda proposta, defendida por Humberto Sorio Jr., da UPF, defende o aumento da lotação por hectare nos campos nativos, “desde que se modificasse o seu sistema de exploração”. Para alcançar esse objetivo, Sorio Jr. defende a mudança no sistema de pastejo, do contínuo, tradicional, para o rotativo ou *Método Voisin*, já descrito acima. O que segundo ele, possibilitaria “não só elevar a carga de lotação dos campos, como também melhorar a produtividade da pecuária, aumentando o seu rebanho e a taxa de desfrute” (DA ROS, 2009, p. 28).

A terceira proposta defendia a manutenção dos índices de produtividade que já vinham sendo utilizados pelo INCRA nas suas vistorias. Porém os técnicos do Instituto que compunham a comissão, no momento de posicionarem-se na discussão se dividiram o que segundo Da Ros (2009, p. 29) “serviu para fortalecer politicamente a primeira proposta e enfraquecer a segunda e a terceira propostas”. Porém, o desfecho dessas disputas anunciado para 10 de julho de 1998, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, frustrou os participantes pois o presidente do Incra, Milton Seligmann, em função das polarizações, transferiu o anúncio dos novos índices para a semana seguinte, “deixando escapar que a solução a ser apresentada pelo governo teria componentes técnicos e políticos. Mas, a solução encontrada pelo governo federal para o impasse foi a criação de uma Comissão Permanente de análise dos índices de produtividade, constituída por representantes dos ministérios da Agricultura e da Política Fundiária, que ficou de analisar as propostas sugeridas pela comissão especial que analisara a situação do Rio Grande do Sul (DA ROS, 2009, p. 29; ZERO HORA, 1/01/1998; CORREIO DO POVO, 11/07/1998 e 16/07/1998).

A tensão sobre a questão agrária volta a fazer parte da pauta dos jornais de Porto Alegre, em 2007. Dessa vez, São Gabriel é a localidade do confronto entre Ruralistas e o MST. Trata-se de uma área que está sendo disputada pelos sem-terra, a Fazenda Southall, que segundo a reportagem de Zero Hora, de 15 de janeiro de 2007, página 25, descreve da seguinte forma: ‘*Tensão volta a rondar São Gabriel*’ – A área de Alfredo Southall tem 13,4 mil hectares estaria sendo “negociada com a Aracruz Celulose, que pretende plantar 6,3 mil hectares de mata”. Entenda-se ‘mata’ com sendo eucalipto. Há também um detalhe importante que talvez justifique a movimentação do MST. Trata-se de um decreto do Governo Federal, de 2003, que desapropriou a área e que um mês depois foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal. Todavia, o que chama a nossa atenção ao analisar a referida reportagem é o fato de que não há uma nota sequer dos ecologistas que defendem o bioma pampa, que estaria sendo ‘alterado’ pelo plantio de eucaliptos. Alias uma prática que se tornou constante na região da campanha gaúcha, observada nas nossas idas a campo.

Uma avaliação que pode ser feita do episódio ‘Vistoria Zero’, dentro da análise do conteúdo dos discursos, é a de que em nenhum momento ficou claro para a opinião pública as potencialidades reais da bovinocultura de corte da campanha gaúcha. Não encontramos em nenhum desses discursos referências aos índices de produtividade da pecuária nos países desenvolvidos, ou até mesmo os que são alcançados aqui, no Rio Grande do Sul, que pudessem ser contrastados aos atuais 70/75 kg de carne por hectare por ano. Por outro lado, deve ser ponderada a presença do discurso hegemônico. Ora de forma implícita ou explícita; ora subliminar ou conotativa. O que fica, quer nos parecer, é o surgimento de uma nova palavra de ordem chamada ‘Vistoria Zero’ que se tornou interpelativo. Ou ainda, segundo Da Ros (2009, p. 2), pode ser destacado pelo seu aspecto “inovador de ter rompido com o discurso histórico de ‘respeito à legalidade’”, rompido pela obstrução às ações legais das vistorias do INCRA.

6.3 O DISCURSO ECOLÓGICO: SEUS DEFENSORES E DETRATORES

Apesar da tentativa de inserir o discurso do ‘ecologicamente correto’ ao tema da questão agrária, esse teve muito pouca ou quase nenhuma repercussão nos documentos que analisamos. À exceção de algumas considerações feitas pelo agrônomo e professor da UPF, Humberto Sorio Junior. Ao desqualificar o discurso dos ecologistas, em especial o de José Lutzenberger, presente no prefácio do livro da FARSUL. Afirma que “Lutzezenberger está em má companhia”, referindo-se ao professor da UFRGS, Gerzy Maraschin, coautor do mesmo livro que Lutzenberger escrevera o prefácio e que, em matéria publicada na revista *A Granja*, nº 503, maio de 1990, afirma que o fogo de limpeza pode ser feito de uma maneira controlável. Contrário a tese do próprio Lutzenberger, segundo Sorio Jr. (2001, p. 16), um dos críticos do uso de fogo para a ‘limpeza’ dos campos. E que “desancou os ‘fazendeiros que as praticavam e os pesquisadores irresponsáveis que as recomendavam,” no II Congresso Brasileiro de Agricultura Ecológica em 1992. O autor (2001, p. 14) ainda enfatiza que:

[...] a dita peça vestibular saída da pena de José Lutzenberger, apesar de brilhante retórica sobre a evolução geológica e climática da região denominada Pampa, está eivada de contradições primárias, confusão de conceitos e premeditadas omissões. Nós, que tanto admiramos o precursor da consciência ecológica brasileira, não vamos julgá-lo pelo funesto prefácio.

Sorio Jr (2001, p. 14) afirma que “Pode-se degradar um campo nativo com alta ou com uma carga animal baixa, desde que não lhe concedamos descanso apropriado e mantenhamos os animais vagueando sobre a mesma superfície pastoril por longos períodos”. A questão fundamental para a degradação do pasto, afirma o professor da UPF, está nos cortes repetidos dos rebrotes das plantas sem o tempo necessário para que a mesma possa se fortalecer. “Submetidos ao pastejo contínuo, com cortes repetidos do rebrote, as plantas pratenses se enfraquecem pelo esgotamento das substâncias de reserva das raízes e da base de seus talos, degradam-se sem parar e produzem cada vez menos” (SORIO JR., 2001, p. 14) O autor, acusa que o pastejo

contínuo foi o responsável pela degradação dos nossos campos nativos e que “se carga baixa mantivesse a produtividade dos nossos campos, teríamos uma pecuária muito evoluída e rentável.” Sorio Jr. defende um Pampa preservado, mas produtivo. O que segundo ele é possível se forem adotados “os ensinamentos do pastoreio racional podemos manter para sempre o campo nativo em clímax e dele ainda obter frutos limpos e saborosos, como querem a sociedade e os consumidores” (SORIO JR., 2001, p. 15).

6.4 SOBRE O MÉTODO VOISIN, O QUE PODE SER COMPROVADO?

Vários são os relatos e depoimentos de sucesso alcançados por pecuaristas e produtores rurais que adotaram o método de pastejo rotativo. Esses são citados em grande número no livro de Humberto Sorio Junior, ‘*A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul*’, editado em Passo Fundo, pela UPF, em 2001. Nesse trabalho, o autor fala da sua experiência profissional e docente. Narra alguns projetos desenvolvidos em vários locais do estado, do Brasil e no exterior, que tiveram êxito a partir da implantação do *Método Voisin*. Seu discurso sugere que por detrás do desinteresse pelo referido método por parte dos técnicos da UFRGS e da EMBRAPA/CPPSUL, existe a aproximação destes com a FARSUL. A instituição que assumiu historicamente um discurso conservador, sobre a questão agrária, em geral e sobre a bovinocultura, em particular.

Carlos Sperotto, presidente da FARSUL, é denominado em reportagem publicada no jornal Zero Hora de 11 de outubro de 2007⁶⁷, de ‘*O Rei da FARSUL*’ e também de ‘*O Imbatível Sperotto*’. Suas quatro “gestões foram marcadas por confrontos com os sem-terra e o governo federal, pela defesa dos transgênicos e do plantio de eucaliptos em zonas de campo”. Afirma

⁶⁷ O REI DA FARSUL, o imbatível Sperotto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 out. 2007. p. 4.

Armando Ross, agropecuarista de Não-Me-Toque, derrotado na última eleição por Sperotto, por 95 votos a 40⁶⁸.

Podemos avaliar que nesse embate técnico há um jogo de interesses que potencialmente poderia determinar os rumos da estrutura fundiária da campanha gaúcha. Foi o que a reação às vistorias do Incra, através do discurso ‘Vistoria Zero’ deixou transparecer. Pois, segundo Da Ros (2009, p. 39-40):

Ao questionarem a legitimidade dos atuais índices de produtividade, os integrantes do patronato rural gaúcho se concentraram sobre o principal critério utilizado pelo Estado para fazer cumprir a função social da propriedade fundiária. [...] a partir dos índices de produtividade, bem ou mal, ainda tem possibilitado a continuidade das desapropriações de novos assentamentos. Caso fossem vencedoras as suas tentativas de rebaixar os índices de lotação pecuária, as organizações políticas do patronato rural gaúcho teriam conseguido, numa só cartada, deslegitimar a ação do Estado e dos movimentos sociais.

Com base no exposto, através das análises dos diferentes discursos, entendemos que *o jogo* envolve um embate técnico e ideológico na construção de uma realidade polifônica, permeada pelas tradições, pelos elementos simbólicos e por diferentes visões de mundo, que seguem o seu movimento histórico e dialético. Todavia, acreditamos que se torna relevante o entendimento desses processos como forma de buscar o aprimoramento das instituições sociais, responsáveis, segundo Douglass North, citado por Gala (2003) pela criação de leis, hábitos e costumes adequados às necessidades sociais e, em última análise, pela formação de capital físico e humano.

⁶⁸ O REI DA FARSUL, o imbatível Sperotto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 out. 2007. p. 4.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi visto acima, podemos dizer que o social seria constituído de discursos que possuem temporalidades diversas. Com identidades próprias que interagem transformando-se, algumas vezes se hierarquizando. Nesse sentido, destacamos ao longo do texto a presença de vários discursos e seus respectivos locais. A ideia foi a de mostrar as significações e os espaços existentes na sociedade onde esses elementos discursivos foram gerados. Com efeito, priorizamos quatro locais: intelectualidade, mídia (jornais, radio e Internet), os técnicos do setor e os próprios atores de alguns desses segmentos através de entrevistas.

Com relação ao discurso da intelectualidade destacamos o historiográfico. Esse, de forma geral, defende os fatores contingentes como os determinantes para a formação das nossas instituições. Há certo consenso nesse discurso, quando são apontadas as estruturas materiais como as que impuseram os nossos rumos históricos. Fazem parte dessas estruturas a presença do gado xucro, sem dono. As disputas pelas fronteiras com os espanhóis e o bioma pampa, altamente propício a bovinocultura. No Rio Grande, diferentemente de outros estados da federação, os aspectos políticos (disputas de fronteiras) teriam se estabelecido antes do que os econômicos. Com base nessa lógica, formaram-se as tradições gaúchas e aspectos culturais próprios, marcantes da identidade rio-grandense. Todavia, segundo essa mesma intelectualidade, acima citada, uma instituição tornou-se o núcleo, a chave para se ter uma compreensão dos discursos que defendem as tradições gaúchas e, em consequência, o seu modelo produtivo. Trata-se da *estância*. Lá, teria se estabelecido a idiosincrasia do patronato agrário gaúcho. Uma espécie de ‘*Casa Grande & Senzala do Pampa*’. Com seu universo simbólico de estrutura autárquica e hierárquica de sociedade, irradiadora do poder político e econômico regional. Origem do perfil autoritário e conservador das lideranças políticas gaúchas. Presentes também em nossas instituições e local gerador do discurso tradicionalista.

No discurso da mídia procuramos demonstrar que, via de regra, esse tratou o êxodo da campanha e as disputas travadas entre o INCRA e o patronato rural no episódio ‘*vistoria zero*’ de forma superficial e periférica. Parece-nos que faltaram o aprofundamento e a contextualização necessários à formação da opinião pública. No primeiro caso, não são discutidas as possíveis causas que expliquem o fenômeno do êxodo populacional da região. Tão pouco as reportagens ponderam o assunto com pesquisadores, técnicos ou intelectualidade. À exceção do programa *Gaúcha Repórter*, que buscou focar suas questões em aspectos de gestão e de produtividade, cujas atas estão em anexo, pouco foi mencionado nas demais reportagens analisadas. A impressão é a de que se trata de uma fatalidade, onde teria prevalecido o imponderável. Uma catástrofe natural. Em uma palavra, aceitação. No segundo caso, o discurso está repleto de inferências. Percebemos também a falta de espaço para o contraditório e de uma visão dialética do contexto. Em especial, a voz da intelectualidade, das diferentes correntes de técnicos e de especialistas. Lideranças das demais instituições, como pequenos produtores e de trabalhadores rurais. O que prevaleceu, em nosso entendimento, foram os argumentos do patronato rural, representados pelos seus sindicatos e pela Farsul, que de certa forma transferiram responsabilidades e desqualificaram os seus opositores. Constata-se essa que pode ser entendida como natural numa situação de antagonismo retórico. Procuramos destacar ainda nesses discursos da mídia o interesse pela manutenção e valorização das tradições como um dos elementos centrais, além dos aspectos interpelativos dos discursos dos políticos e das lideranças ruralistas.

Já, o discurso dos técnicos mostrou que há duas vertentes. Dois posicionamentos, que se fundamentam em ideologias distintas. O que defende a atual estrutura produtiva, fundamentada na produção extensiva, na seleção e aprimoramento genético de animais e de plantas, em detrimento do modelo produtivo. Esse teria como seus principais defensores alguns técnicos da UFRGS, EMBRAPA/CCPSul e FARSUL. A novidade nos argumentos que defendem esse modelo estaria associada ao ‘ecologicamente correto’, pois a pecuária tradicional historicamente praticada no Pampa teria sido um fator determinante para a conservação desse bioma. O outro grupo de técnicos tem

entre seus principais defensores Humberto Sorio Jr. da UPF. Esse defende uma mudança de método produtivo: do pastejo contínuo para o *Método Voisin*, acima descrito. Esse grupo traz em defesa de seus argumentos exemplos de casos bem sucedidos e de experiências exitosas do referido método. Ponderam ainda que em nada alteraria o Bioma Pampa, com a implantação do *Método Voisin*, a não ser os índices de produtividade que se elevariam consideravelmente. Aqui nesse ponto (produtividade) o segundo argumento levanta um dado que seus opositores não conseguiram responder ou tangenciaram apenas. Há entre os dois modelos, pastejo contínuo e o *Método Voisin*, uma diferença significativa de números em favor desse último, que não são contestados pelos técnicos da FARSUL. Simplesmente são ignorados. Omitidos nos seus argumentos em defesa do modelo de produção extensiva. A sensação é a de não polemizar sobre esse aspecto, transferindo o enfoque para o aspecto ecológico. De preservação do meio ambiente, com o modelo de pecuária tradicional, o que seria recomendável para a preservação do bioma pampa.

Por último, destacamos os depoimentos e entrevistas que realizamos em Porto Alegre e na Campanha, entre setembro de 2009 e junho de 2010. Movidos pelo interesse de materializar alguns desses discursos e seus locais, descrevemos acima esses relatos. São discursos que estão permeados por aspectos do tradicionalismo, mas também em alguns momentos se apresentam muito coerentes com o discurso da intelectualidade, com a realidade e o entorno, com o local. Às vezes com forte presença de aspectos do discurso hegemônico, que defende o atual modelo de produção extensiva, de arrendamentos de terras, que transfere os problemas para o lado de fora da porteira e desqualifica os seus opositores. Em outras situações, podemos perceber algumas críticas a esse mesmo modelo de produção extensiva e suas consequências sociais e econômicas. Além de modelos de gestão e de aprimoramentos técnicos que demonstram as potencialidades da bovinocultura de corte e da campanha gaúcha. Mas, tanto num caso, quanto no outro, a impressão mais forte que ficou dessas entrevistas foi a de que, na maioria dos casos, há um grande conhecimento das alternativas produtivas e das diferentes técnicas desenvolvidas pela pecuária gaúcha, brasileira e mundial. Constatamos, também, que existe um bom nível de informação técnica e de assessoria a esses produtores. Talvez o que lhes falte seja a real necessidade de mudar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. Desenvolvimento e instituições: a importância da experiência histórica. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões ficções e desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001. p. 1-13.

_____. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para o processo de avaliação**. Texto apresentado nos debates sobre ‘Assistência técnica e extensão rural no Brasil: Desafios para os Próximos Anos’, no XLV Congresso da SOBER em Londrina (22 a 25/07/2007). Disponível em: <www.econ.fea.usp.br/abramovay>. Disponível em: 12 nov. 2010.

ANDREATA, Tanice. **Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: um estudo a partir do perfil dos pecuaristas e organização dos estabelecimentos agrícolas**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BAKUS, Margaret M. **RS: Escravidão & Abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BELLOMO, Harry, R. **Os Barões Assinalados: A presença da realeza e da nobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

BAUER, Guilherme G. Telles. Sobre a origem da questão agrária. **Revista da História**, v. 3, n. 1, p. 135-166, 1998. (Ensaio).

BENATTI, José Helder. A questão do uso da terra. In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2008, p. 212-238.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2008.

BORNHOLDT, Luciano Campelo. **Gaúchos and Estancieiros: Regionalism, Work Relations and Identity in Campanha Gaúcha, Southern Brazil**. University of Manchester. (Tese de Pós-Doutorado). University of Manchester, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2003.

BRASIL, Délio de A. **O gaúcho, formação e hábitos**. Porto Alegre: Edigal, 2009.

BURITY, J. Desconstrução hegemônica e democratização: pós-marxismo de Ernesto Laclau. In: GUEDES, M. A. (Org.). **Política e contemporaneidade no Brasil**. Recife: Bagaço, 1997. p. 29-74.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARDOSO, Fernando H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de Sombras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CESAR, Guilhermino. Ocupação e diferenciação do espaço. In: DACANAL, José H. GONZAGA, Sergius. (Orgs.). **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 7-27.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORTE de recursos suspende vistorias. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 18 set. 1998. Campo & Lavoura. p. 28.

DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DA ROS, César Augusto. O movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamento no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 22, p. 232-278, jul./dez. 2009.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiros**. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

FARINATTI, **Confins meridionais: famílias da elite social agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825 – 1865)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). **Estatística do Rio Grande do Sul**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria de Planejamento e Gestão, 2009.

FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1997.

_____. **A Revolução Farroupilha**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

FRANCO JR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FONSECA, Pedro Dutra. **RS: economia e conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. **Vargas: o capitalismo em construção, 1906 – 1954**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FRAQUELLI, J.A. A lavoura vapitalista do arroz e a crise de 1936. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). **RS: economia & política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 329-357.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista e Economia Política**, v. 23, n. 2, p. 90, abr./jun. 2003.

GESSER, Kiliano; DALPIAZ, Márcia Vilma A. D. Estatística. **Caderno de Estudo SC: Asselvi**, p. 44, 2007.

GONZAGA, Sergius. As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura. In DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (Org.). **RS: cultura e ideologia**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 113-132.

GOVERNO cede a pressões de produtores. **ZERO HORA**, Porto Alegre, 23 abr. 1998. Geral, p. 51.

GURZA, Lavallo, Adrian. **Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras**. São Paulo: Globo, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse gaúcho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HEINZ, Flávio Madureira. **Representação Política e Formação de Classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição a reforma agrária, 1985 – 1988**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário, 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiros**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAYTANO, Dante de. **História da república rio-grandense (1835-1845)**. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional brasileiros**. 7. ed. São Paulo: UNESP, 2002.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São. Paulo: Perspectiva, 1975.

MAESTRI, Mário. (Org.) **O negro e o gaúcho**. Passo Fundo: UPF, 2008.

_____. (Org.). **Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil**. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

_____. **O escravo no Rio Grande do Sul, trabalho, resistência e sociedade**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MARCHEZAN, Isabel; MEIRA, Patrícia. O retorno da divisão: Em meio à retomada do campo, a reira expõe discordâncias entre agricultura familiar e comercial. **Zero Hora**, Porto Alegre, 1 set. 2007. Expointer 2007. p. 4.

MELO, Itamar; LISBOA, Sílvia. O Rio Grande se move. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 jan. 2009. Geral. p. 33-36.

MENDES, Moisés. O Rei da Farsul, O imbatível Sperotto: a trajetória do filho de vendedor de mulas que há mais de uma década comanda uma das mais poderosas entidades rurais do país. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 out. 2009.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo P. (Orgs.). **Pós-Estruturalismo e Teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MOREIRA, Igor. **O espaço rio-grandense**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2003.

NABINGER, Carlos. Manejo e produtividade das pastagens nativas no subtropico brasileiro. DALL'AGNOL, M.; NABINGER, C.; ROSA, L. M. *et al.* In: Simpósio de Forrageiras e Produção Animal, v. 2, 2006, Canoas, **Anais...**, Canoas: Ed. ULBRA, 2006. p. 25-26.

NAVARRO, Zander (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

O REI DA FARSUL, o imbatível Sperotto. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 out. 2007. p. 4.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira & Identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **A moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

PAIVA, Carlos A. “Determinantes dos diferenciais de desempenho sócio-econômico dos municípios gaúchos entre 1970 e 2000”. **Revista Redes**, v. 11, n. 3, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

_____. A invenção da sociedade gaúcha. **Ensaio FEE.** FEE – Fundação de Economia e Estatística. A sociedade Gaúcha, Porto Alegre: FEE, ano 14, n. 2, p. 383-396, 1993.

_____. **Pecuária e Indústria:** formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Porto Alegre: Movimento, 1986.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações.** 23. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarnei, ou como entender os meandros da linguagem do poder.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1945.

PRÉDIO DESATIVADO de frigorífico se tornou **símbolo da falta de oportunidade** em Livramento. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 jan. 2009. p. 33.

PRODUTORES de Bagé desafiam ordem judicial. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 abr. 1998. Geral. p. 40.

REVERBEL, C. **O Gaúcho:** Aspectos de sua formação no Rio Grande e no Rio da Prata. Porto Alegre: L&PM, 1986.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo dos Modos de vida dos Pecuáristas Familiares da região da Campanha do Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

RURALISTAS ampliam protestos em Esteio. **Zero Hora**, Porto Alegre, 28 agos. 1998. Campo & Lavoura. p. 38.

RURALISTAS e MST atentos a vitórias. **Zero Hora**, Porto Alegre, 16 jan. 2007. Geral. p. 35.

SAAD, Rafael Antonio. **Agropecuária: a grande virada**. Porto Alegre: AGE, 2007.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 4. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. S. Paulo: Edusp. 2002.

_____. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SORIO JUNIOR, Humberto. **A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia & Agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TARGA, Luiz Roberto P. (Org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

_____. (Org.). **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre: FEE, 1996.

TENSÃO volta a rondar São Gabriel. **Zero Hora**, Porto Alegre, 15 jan. 2007. Geral. p. 25.

ENTREVISTAS

ASSIS BRASIL, Carlos Dácio. **Entrevista concedida**. São Gabriel, 06 jan. 2010.

ASSIS BRASIL, Délio. **Entrevista concedida**. São Gabriel, 06 jan. 2010.

CARVALHO, Paulo César de Faccio. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, out. 2009.

MAESTRI, Mario. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, 29 maio 2010.

SANT'ANA, Osório. **Entrevista concedida**. Porto Alegre, 26 nov. 2009.

SANTANA, Luiz Carlos Trindade. **Entrevista concedida**. São Gabriel, 07 jan. 2010.

SITES ELETRÔNICOS

BRASIL. **Lei das Vistorias da produtividade.** Decreto no 2.250, de 11 de junho de 1997. “Dispõe sobre a **vistoria** em imóvel rural destinado a reforma agrária e dá outras providências”. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/topicos/288929/visto>. Acesso em: 10 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Debate realizado em Bagé**, 29 de abril de 2010. Mediador jornalista Lasier Martins. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Debate realizado na cidade de Uruguaiana.** Mediador Lasier Martins. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Debate realizado na cidade de Uruguaiana.** Mediador Lasier Martins. Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Antonio Righi.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Eduardo Suñé.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Elio Jorge Coradini.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Fernando Martins de Menezes.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Frederico Antunes.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Lindomar Peruzzo.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Sigardth Ott.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Valter Pötter.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RÁDIO GAÚCHA. Programa Gaúcha Repórter. **Depoimento de Walter Arns.** Disponível em: <www.radiogaucha.com.br>. Acesso em: 6 jul. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. As vistorias do INCRA. Assembleia Legislativa. Disponível em: <redação@al.rs.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2010.

RIO GRANDE DO SUL. As vistorias do INCRA. Disponível em:
<www.al.rs.gov.br/ag/noticias>. Acesso em: 07 jul. 2010.

SINDICATO RURAL DE ITAQUI. **Depoimento de Flavio Gomes**. Disponível em: <www.sindicatoruraldeitaqui.com.br>. Acesso em: 9 jul. 2010.

ANEXO A - Prédio desativado de frigorífico se tornou símbolo da falta de oportunidade em Livramento



Fonte: ZERO HORA, (2009, p. 33).

Foto de Genaro Joner.

ANEXO B - Debates do Rio Grande - Edições de Bagé, Uruguaiana e Santa do Livramento

Debates do Rio Grande – edição Bagé e região

No dia 29 de abril, a cidade de Bagé, na Campanha, recebeu a 12ª edição do programa Debates do Rio Grande, promovido pela Rádio Gaúcha. O evento reuniu mais de 350 pessoas no teatro do Complexo Museu Dom Diogo.

O debate foi mediado por Lasier Martins, que lembrou o objetivo do encontro: promover o crescimento social e econômico da região. A Campanha já foi centro da produção no Rio Grande do Sul. Bagé, ao lado de Rio Grande e Pelotas, na década de 30, vivia seu apogeu, sendo uma das cidades mais importantes do estado.

Lasier falou ainda das inovações tecnológicas e avanços científicos, que marcam a competitividade no mundo inteiro. Para ele, a globalização da economia propõe uma grande guerra de mercados. “A comunicação nos une globalmente, o mundo ficou plano. Nesta época, vencem os mais competentes, os mais preparados, os que oferecem produtos qualificados”, resumiu. Ele ainda lembrou que a região já foi saliente no passado e agora está voltando a ser. “Tem que deixar de fornecer a outros países a matéria prima, o arroz, as sementes, a carne in natura”, disse. Setores importantes da economia e que vem ganhando espaço, como a construção civil e a vitivinicultura também foram pauta da discussão.

A questão principal lançada aos debatedores foi: Na atualidade, o que Bagé possui como realidade e como maior potencialidade econômica para desenvolvimento?

Para falar do assunto, quatro representantes de setores importantes da economia bageense.

LINDONOR PERUZZO, administrador de empresas, presidente da Associação Comercial e Industrial de Bagé e também diretor da Associação Gaúcha de Supermercados e diretor-presidente das empresa Peruzzo, com atuação nos

ramos de supermercados, combustíveis e Vitivinícola, sendo hoje a 5ª empresa supermercadista do estado.

Peruzzo ressaltou a importância da cidade citando o comércio pujante, a produção primária forte, as indústrias de carne e arroz, além de duas usinas, entre elas a de Candiota. Para ele, o desenvolvimento passa por um incentivo ao empreendedorismo, dando importância às pequenas e médias empresas já existentes na cidade. Peruzzo acredita que, devido à localização, é difícil que novas e grandes empresas se instalem em Bagé. “Através de parcerias e das potencialidades que já temos na região, é possível ter um crescimento”, avaliou. Peruzzo lembrou ainda que cada região tem suas potencialidades, falta que Bagé trabalhe melhor as que já possui. O debatedor ainda avaliou os potenciais da cidade, além das indústrias de carne e arroz: “Vejo como potencial o turismo, através do setor vitivinícola. E os órgãos públicos podem ser incentivadores. Poderíamos ter mais crescimento nesses ramos, com os haras e com as belezas naturais da cidade de Bagé”, resumiu. Peruzzo afirmou ainda que a região tem 23 produtores de uvas finas. “O futuro é que eles se reúnam em cooperativas. Poderemos produzir os melhores vinhos do Brasil e vendê-los no mercado nacional, mas é um trabalho a longo prazo”.

ELIO JORGE CORADINI, advogado, diretor da Coradini Alimentos, presidente do Sindicato das Indústrias do Arroz do Rio Grande do Sul, vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Arroz e diretor da Federação das Indústrias. É também vice-presidente do Sindicato das Indústrias da Alimentação e membro do Conselho Superior da Associação Comercial de Bagé.

Coradini lembra que a Usina de Candiota e o Polo Naval de Rio Grande são exemplos para a região de Bagé. Diz ainda que a geração de empregos na cidade pode ser a chave no crescimento da economia. Sobre a importação de produtos, afirma que só acontece no próprio mercado interno. “Chegamos a ter cinco milhões de toneladas de arroz estocado e momentaneamente estamos alheios ao mercado externo por causa do dólar, por causa dos nossos concorrentes”, resume. Coradini diz que o projeto da cidade não pode ser limitado a isso. “Precisamos ter qualidade, e nós temos. A produção deve atingir o máximo de pontos que puder”, avalia. O empresário disse ainda que através das barragens estão surgindo parcerias inéditas,

as parcerias público-privadas. Segundo Coradini, essas barragens devem duplicar a produção da região e os produtos devem passar pelas agroindústrias de Bagé. Ele explica que não se trata de uma questão de bairrismo, e sim de geração de empregos e renda para a população local. “A cadeia do arroz ainda tem gargalos, há muitos subprodutos que não aproveitamos. As cinzas da casca do arroz, por exemplo, podem nos surpreender, gerando energia se foram bem aproveitadas. O arroz é uma cadeia com pouco valor agregado”, conclui. Coradini refere-se ao aproveitamento das cascas do arroz na fabricação de asfalto e pneus, um desafio para pesquisadores.

EDUARDO MOGLIA SUÑÉ, formado em Administração de Empresas, com especialização em Administração Rural pela Universidade da Região da Campanha, desde 1987 administra as propriedades rurais da família. Em 2008 assumiu a presidência da Associação e Sindicato Rural de Bagé, função que exercerá até 2011.

Suñé explica que o saldo positivo de 282 bilhões no Brasil deve-se ao setor do agronegócio. “Se conseguimos passar pela crise, foi graças ao agronegócio”, afirmou. Suñé disse ainda que não se pode falar da cidade de hoje sem falar na Bagé do passado. “Muita coisa foi criada em Bagé, nossa associação rural é a mais antiga do país e o agronegócio representa muito”, afirmou. Segundo ele, pelo estudo da FEE, o agronegócio representa em torno de 60 % do PIB. “Mas vivemos num país em que tudo se resolve politicamente, e aí vem as dificuldades desse crescimento. Se um governante pensa de uma maneira, investe naquele ramo, senão o setor acaba esquecido.”

O empresário lembrou ainda que a cadeia produtiva de Bagé é de primeiro nível tanto em leite, quanto em carne, arroz, soja, que hoje tem plantações de mais de 30 mil hectares, e 16 mil hectares de floresta. “Trigo e soja não eram culturas nossas, assim como a fruticultura e a vitivinicultura. Hoje representamos também esses setores”, lembrou. A vida rural também foi pauta. “No passado, a comunidade urbana pouco sabia do campo e da vida no campo. Hoje, temos favelas rurais. Temos quarenta mil hectares para assentamento e em 30 mil não há produtividade”.

Suñé ainda comparou a conhecida área da Ford, em Guaíba, com a Fazenda Ana Paula. “Eram 17 mil hectares de um único dono, que movimentou muito a região”.

Lasier Martins perguntou a Suñé como está a questão da agregação de valor, para a região não apenas exportar matéria prima e alimentos in natura, por exemplo. O Rio Grande do Sul produz milhões de toneladas de soja e só vende in natura. O Brasil tem o maior rebanho bovino do planeta. E o couro? O que a região faz?

Suñé: “Fizemos um projeto. Queríamos que o couro fosse comercializado na região. Nós produzimos os grãos e as carnes mais baratas do mundo. Não tenho dúvidas de que o Brasil será o celeiro do mundo, mas o produtor não decide isso sozinho. Há questões políticas”, respondeu.

JOÃO PAULO LUNELLI, desde 2004 pró-reitor de Administração da Urcamp. Trabalha na universidade há mais de 30 anos, desde 1986 como professor. Tem mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalhou por nove anos como administrador do Hospital Universitário de Bagé.

Lunelli disse que o conhecimento é a chave para o desenvolvimento. Ensino, pesquisa e extensão, são os critérios da universidade. Disse que o empreendedorismo é necessário e que está sendo priorizando nas disciplinas. “Dependemos de uma formação adequada. Os cursos devem atender às demandas locais. O desenvolvimento gera mudanças sociais. Se isso estiver associado e a universidade engajada nesse processo, há uma mudança na sociedade”, resumiu.

O pró-reitor disse ainda que atualmente não há critérios para medir a influência da universidade no PIB ou no IDH do município, que há muitas variáveis envolvidas nisso. Em Bagé, a universidade vem formando profissionais em todas as áreas, estando inserida há mais de 50 anos, segundo Lunelli.

O professor falou nos fatores que podem permitir o crescimento da cidade e da região. “Bagé já esteve em posições avançadas no estado e hoje perdeu espaço para outras cidades. Só temos uma forma de sermos competitivos: precisamos agregar valor aos nossos produtos”. A implantação de parques tecnológicos em benefício da região também esteve na pauta. “A tendência é de que a universidade parta para iniciativas com este objetivo. Estamos engajados, mas precisamos de parceiros”, concluiu.

Participação da comunidade:

Vice-prefeito, Carlos Alberto Fico: “A escola técnica deve começar a funcionar em 2011, com 1200 estudantes. O conhecimento, a juventude, a educação, trazem uma nova forma de pensar e é assim que vamos nos desenvolver. Hoje somos perdedores do conhecimento, os estudantes vão embora porque não têm onde trabalhar. Esse é um desafio do poder público”.

Estudante do curso de comunicação social da Urcamp, Josias Bock: “Sou defensor de que os jovens fiquem em Bagé. Os jovens têm um carinho grande pela região e, se puderem, ficam aqui. Mas há a questão da carreira. As instituições não preparam para ser empreendedor. Não há incentivo para isso nas universidades. Uma das alternativas para que não houvesse a evasão, era que houvesse um incentivo”.

Presidente da Camal, Sigardth Ott: “Não temos escala suficiente para manter uma indústria na região. Nós hoje temos uma produção de 120 mil litros de leite por dia. Na última década houve uma redução de 50% dos produtores. A grande bacia leiteira tem início no Uruguai. Nos anos 70 houve um avanço na genética e a nossa região é uma grande exportadora de matrizes, mas o gargalo dificulta o aumento da produção. Conforme anda a questão do leite, o norte do estado começa a buscar matrizes aqui. Com Pelotas, estamos dividindo a produção de leite. O leite em pó, que era nicho de um novo mercado hoje é um problema. Precisamos achar formas de aumentar a produção”.

Presidente da associação dos arroseiros, Roberto Zago: “Este ano teremos redução de cerca de 30% no estado. Precisaríamos armazenar água. As barragens seriam um grande pólo de desenvolvimento da região”.

Debates do Rio Grande

Uruguaiana, 1º de junho de 2010

A cidade de Uruguaiana, na fronteira oeste do estado, recebeu na noite do dia 1º de junho de 2010 o programa Debates do Rio Grande, promovido pela Rádio Gaúcha. Mediado por Lasier Martins, o evento, que visa a debater sobre o crescimento e desenvolvimento da região, aconteceu no salão de atos do colégio Marista Sant'Ana.

Foram debatedores **FERNANDO MARTINS DE MENEZES**, diretor executivo da Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana, Zootecnista, professor universitário da PUC-RS e produtor rural que foi técnico da Emater por 32 anos; **LUIZ CARLOS SANT'ANA**, economista formado pela Universidade Federal de Santa Maria, professor das Faculdades de Administração e Ciências Contábeis da Urcamp nas disciplinas de Economia Brasileira e Projetos. Ele é pós-graduado em Administração Pública na Espanha, diretor da Sant'Ana Consultoria e Projetos e da Associação Comercial de Livramento; **JOSÉ CARLOS COLARES BECKER**, presidente da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais, administrador de empresas, diretor executivo da Associação Uruguaianense de Administradores, conselheiro da Fundação de Administradores, pós-graduado em gestão de negócios e sócio e diretor comercial da empresa Transamil Logistics; e **WALTER ARNS**, presidente da Associação dos Arrozeiros de Uruguaiana e Barra do Quaraí desde 2008. Também é conselheiro do Instituto Rio Grandense do Arroz, geólogo formado pela Unisinos, e que trabalhou por dois anos na Petrobrás como geólogo de petróleo. Foi presidente do Sindicato e Associação Rural de Uruguaiana entre 2004 e 2006.

Lasier Martins iniciou o Debates do Rio Grande falando sobre desenvolvimento. “É a palavra de ordem no mundo. Desenvolvimento no sentido de crescimento qualificado, desenvolvimento dos países, das empresas, do ensino, desenvolvimento pessoal. Vencem os mais competentes. Ficam para trás os lentos, os menos aplicados, os menos pesquisadores, os menos estudiosos”, resumiu. Lasier afirmou que desenvolvimento é a oferta de educação, saúde e emprego. Disse que, de fato, povos que têm isso, são felizes, se realizam. E perguntou: Como se consegue saúde? Com boa assistência médica, habitação digna, saneamento. E a educação? Ela é fundamental porque nada transforma mais a pessoa para melhor

do que a educação. “E estamos em uma escola tradicional de Uruguaiana. A educação emancipa a pessoa. Abre portas, acesso ao melhor trabalho, dá espírito crítico, dá independência. Para o desenvolvimento a educação é decisiva. A falta de educação se reflete nos problemas que temos hoje, na pouca politização, pouca capacidade crítica até para escolher em quem votar”, disse. Lasier falou ainda que se tem dito muito que a economia do Brasil vai muito bem e que, realmente, o Brasil pouco sofreu com a crise econômica. Mas a economia real é a que nos interessa. Não a virtual, a especulativa, que levou o mundo a uma crise enorme. O que nos interessa é a economia da indústria, das novas tecnologias, capacitação da mão de obra, gestão. A quantas anda a economia de Uruguaiana? Essa que já foi uma cidade muito mais rica. A termoeletrica a gás está paralisada. É uma região que teve recuos na própria agropecuária. A criação de ovinos está diminuindo. A bovina também. No debate, destacou o mediador, pode-se exaltar o que é bom e falar também do que não está bom. Percebe-se uma cidade renovada, limpa. E se sabe o que fez o prefeito Sanchotene Felice pela cidade. Finalmente, foi lançada a questão para os debatedores: Como está a região e o que é preciso fazer para encontrar melhores alternativas?

O que disseram os quatro representantes do município presentes no Debate:

JOSÉ CARLOS COLARES BECKER:

Poderemos falar do que hoje representa o comércio exterior para Uruguaiana. Temos hoje 600 despachantes aduaneiros. Cruzam por aqui 15 mil caminhões por mês. Temos só aqui 300 empresas transportadores internacionais. Tributos aduaneiros somam 100 milhões de reais por mês, do governo federal. Temos que observar melhor a importância desses números. Vamos falar em serviços. Hoje, fala-se tanto em importação e exportação. E como participamos desse processo? Hoje o Rio Grande do Sul tem 11 pontos de passagem para Argentina e Uruguai. Mas onde está o projeto de uma segunda ponte internacional? Em Brasília. Mas temos que avançar.

Podemos falar de uma questão pontual: infraestrutura. Como o país quer crescer se as rotas não são duplicadas? Uma trajetória política errada e hoje a Argentina está no atraso. Mas a duplicação chegou de Libres a Buenos Aires. E daqui até São Paulo? O que fazemos? Hoje o governo demanda para Uruguaiana 15 fiscais, sendo que precisamos de 40. E a culpa não é dos fiscais. É do governo, que não dispõe de mais fiscais. Essa pujança do comércio exterior dos últimos 20 anos hoje nos deixa muito aquém do que deveríamos estar. Hoje, dos 140 mil moradores da cidade, 10 mil estão envolvidos no comércio exterior. Os serviços vêm num vetor de crescimento que faz com que Uruguaiana esteja nas preocupações das multinacionais. Não podemos esquecer que a Argentina é a maior parceira do Brasil. 80% das relações do Brasil no Mercosul são com a Argentina. Precisamos fortalecer o comércio exterior. O caminhão que roda até São Paulo roda 20mil quilômetros. Até a Argentina são 8 mil. Há muitos entraves aduaneiros. Entraves burocráticos que acabam estagnando a economia. Um milhão e 800 mil quilômetros. 150 mil estão asfaltados. É um número estarrecedor, porque 45% foi considerado ruim. Hoje, por causa do incentivo fiscal, Itajaí recebeu 600 novas empresas. O nosso governo não abriu os olhos. Poderíamos postergar o recebimento de ICMS e receber novas empresas. São Borja tem um porto que vai crescer muito. Livramento e Jaguarão também. A Copa de 2014 e as Olimpíadas também vão demandar preparação para importações e exportações. Ano passado, numa crise mundial, mais de 50% do comércio sentiu o desemprego no comércio exterior. A empregabilidade é um ponto fundamental a ser tratado.

Lasier:

Qual o peso do comércio exterior para a economia de Uruguaiana?

José Carlos Becker:

Hoje temos 42% do PIB na área de serviços. O comércio exterior representa quase 78% disso. A questão dos serviços pesa porque está ligada à renda da cidade.

Lasier:

Uruguaiana é um local de passagem da economia.

José Carlos Becker:

A renda é distribuída. Não é só uma área de passagem. O que vem do posto de gasolina, do lanche, tudo fica em Uruguaiiana.

FERNANDO MARTINS DE MENEZES:

Temos um assunto em especial quando se fala em desenvolvimento e alternativas: a duplicação da BR-290. Precisamos de uma ligação asfáltica da BR-472 até a BR-290. Temos em Uruguaiiana apenas 14 quilômetros de rodovias estaduais. Essa ligação teria apenas 50 quilômetros. Isso sem falar no escoamento da safra, que é uma necessidade também. A agência de desenvolvimento de Uruguaiiana tem certeza que o carro chefe da economia está no setor primário, e assim continuará sendo. Há uma vocação na cidade, na região e no estado. E com agregação de produto. A região é a preferencial para a produção de azeite de oliva. Através da Embrapa temos uma produção experimental.

Lasier:

Nos interessa saber se será com agregação de valor ou com venda de produtos in natura a outros países.

Fernando Martins de Menezes:

O principal na região é o setor primário e a pecuária. Temos campos de pastagens nativas. A pastagem é atividade única, às vezes. Outras coisas podem ser agregadas à matriz produtiva. Mesmo agregando outras atividades à matriz, a pecuária, o primário vai continuar existindo. Falo no florestamento também. Tínhamos um milhão de hectares no estado tomado por capim. Hoje possivelmente sejam dois ou três milhões de hectares.

WALTER ARNS:

Uruguaiiana é produtora por excelência. Produzimos arroz, o alimento mais consumido no mundo. Carne bovina também. O Brasil é o maior exportador do mundo. No país, são 185 milhões de cabeças de gado. Temos que levar em consideração a realidade sociocultural, econômica, enfim, para explicar o

desenvolvimento da Metade Sul. Temos uma instabilidade climática, que é um dos grandes dificultadores. Uruguaiana é muito caracterizada por grandes secas. Não adianta dizer que não sabemos plantar soja, por exemplo. Acontece que não temos o mesmo clima da Metade Norte. A vocação natural aqui para arroz e pecuária é inegável, e isso fazemos com muita competência.

Uruguaiana até 30 anos, sofria muito com as secas. Hoje, temos água. Os produtores vendo que Uruguaiana, isso sem incentivo político. A produção de arroz é de 800 mil toneladas/ano ou 16 milhões de sacas. É o maior produtor. Não só o município, mas a região em toda a América do Sul. Individualmente, Uruguaiana é a primeira em produtividade. Produzimos água. Temos inúmeros depósitos de água. Isso foi construído pelo produtor. O governo deu no máximo financiamentos, mas quem fez e pagou fomos nós, o que há 50 anos não existia aqui. O nosso problema é da porteira para fora. O setor privado é competente. O governo leva 40% do que produzimos. Somos eficientíssimos na produção da porteira pra dentro. E isso por causa da competição não só dentro do Brasil, como com o centro-oeste, mas também com Argentina, Uruguai e até o Paraguai. Há uma imensa burocracia. Mas não dá pra culpar a Argentina ou outro país. Se temos problema, é por culpa nossa. Mas há desigualdade na venda do arroz. O melhor que temos a fazer é agir politicamente para baixar o nosso custo. Aquilo que cabe ao Estado brasileiro, como estrutura viária, é uma necessidade. Temos problema de estrutura viária dentro da cidade. Mas em nível municipal, Uruguaiana mudou muito. Quando se quer fazer uma administração eficiente, se consegue.

LUIZ CARLOS SANT'ANA:

Vou citar dados oficiais da FEE de 2007. Comparando dados estatísticos de 2002 com 2007, se observa que em termos de PIB nominal, o estado cresceu 67% e Uruguaiana cresceu 106%. O PIB de Uruguaiana depende da agropecuária. A indústria soma 14%, os serviços 37%. O setor de serviços representa cinco vezes o agropecuário. Os impostos pesam 43% para os moradores de Uruguaiana. São 916 milhões arrecadados em impostos em 2007. A taxa de pobreza em Uruguaiana é de 33,03%. É o dobro do estado, que soma 19,73%. A expectativa de vida aqui é 4 anos menor que no estado.

E a pobreza tem fatores históricos, começando com o Império contra o Rio grande do Sul e o estado contra a metade Sul. Havia decreto imperial proibindo investimentos no estado. Só havia investimentos militares por medo que a Argentina pudesse invadir o Rio Grande do Sul. Os municípios da Metade Sul retardaram muito o desenvolvimento. Enquanto os outros já estavam em um patamar de riqueza, aqui estava começando. Com todo o potencial, em vez de ser o 17º município do estado, poderia ser o terceiro. A revolução federalista representou 40 anos de atraso.

Minha sugestão para o desenvolvimento: projeto de lei complementar 280/08. As cidades da fronteira com baixo desenvolvimento teriam tratamento tributário diferenciado. Tem que ser proporcional à taxa de pobreza, por exemplo. Se vamos exportar indústrias para Santa Catarina e Nordeste, por exemplo, vamos exportar para a metade Sul. A metade Sul elege 10% dos deputados federais e 20% dos estaduais. Mas não votamos em deputados daqui. Temos que ter representantes da nossa região.

Participação da plateia:

Cláudio Bica, do Fórum do desenvolvimento de Uruguaiana: se colhe a preocupação de se buscar soluções imediatas para os problemas que avassalam a nossa cidade. Antes de tudo, deveria haver a união de todas as instituições com vistas a, coordenadamente, se atingir as metas de desenvolvimento.

César, Sindimercosul: acreditamos que Uruguaiana tem dificuldades pela faixa de fronteira, que inviabiliza investimentos. Também temos dificuldades de mão de obra, já que não há escolas profissionalizantes.

João Cobelli, diretor rádio Charrua: os governos tinham que olhar com outros olhos essa região. Temos como principal problema a faixa de fronteira.

Frederico Antunes, deputado estadual: temos um apanhado de questões. Produção primária de ponta, arroz irrigado, setor de serviços, escritórios de serviços, comércio

preparado, sazonalidade... O que nos falta é uma atenção federal e estadual para gargalos como problemas tributários. Agregação de valor é o termo chave dessa discussão. A maior indústria da história de Uruguaiana está acabando, que é a termoelétrica. A região faz uma luta para que o governo federal se sensibilize. O Brasil é solidário com um monte de países, mas não é com uma região como a nossa. É indústria que já existe, não estamos falando em trazer. Existe e está morrendo. Uruguaiana está trazendo escola técnica agrícola, está implantando mais escolas. Perdemos a PUC, mas ganhamos a Unipampa. E a RS-566 está saindo, é um sonho antigo nosso.

Lasier: Acordo Brasil-Argentina para fornecer gás. Os argentinos pegaram pra eles a cota de gás que viria pra cá.

Prefeito Sanchotene Felice: presidi a Comissão que lutou pelo gasoduto Brasil-Argentina quando fui deputado constituinte. Nossos maiores adversários foram os estados no sudeste, como São Paulo. A Argentina resolveu dar gás de graça por razões políticas, mas não fornecem. Eles não dão porque não têm gasoduto, não têm como transportar o gás. Ao mesmo tempo, o governo quer distribuir o gás ao povo como medida eleitoreira. Não podemos ser generosos com quem não cumpre acordo conosco. Somos mais generosos com o povo argentino, uruguaio e paraguaio do que com o povo brasileiro. Temos que aproveitar esse período eleitoral para reagir em benefício dos interesses do Brasil e não dos países vizinhos.

Vereador José Clemente, do PT: não medimos nenhum esforço. Nosso compromisso é com a comunidade, porém, sobre o gasoduto, vimos que o acordo não seria cumprido. Mas vimos que na verdade a Argentina não produz o gás suficiente no inverno e, por isso, não manda pra cá. A troca de governos na cidade não levou o projeto adiante. Não houve continuidade. Ainda não tivemos força política em Brasília para lutar por isso. O ministério de Minas e Energia não sinalizou com soluções para este problema.

Walter Arns: quando a Argentina assinou o acordo, havia gás. O Brasil hoje tem energia o suficiente. O que não temos é linha de transmissão. A energia que chega a Uruguaiana não chega a alguns pontos da cidade. As linhas de transmissão do interior estão em estado precário.

Francisco de Moraes, biólogo: desde a época da construção da usina de Uruguaiana, não foi construído o gasoduto. Precisamos esquecer a política e passar a tentar agir pela força da região.

José Carlos Becker: temos um parceiro que não cumpre acordos. A Argentina olha primeiro para os seus problemas. É o Brasil que precisa fazer alguma coisa.

Gládis, uma argentina que mora em Uruguaiana: realmente não tem o produto. Não tem como cumprir acordo e ao mesmo tempo agradar o povo argentino. O argentino é mais argentino do que o brasileiro é brasileiro.

Fernando Martins de Menezes: a usina, em plena atividade, correspondia a 17% da demanda do estado e hoje nem temos a usina em funcionamento porque estamos com as hidrelétricas cheias. Quando tiver uma seca, aí vão lembrar da importância da nossa usina.

Vereador Ronni Mello, do PP: a usina pode gerar 15% da energia total do estado. No entanto, hoje a faixa de fronteira de 150 quilômetros que proíbe a vinda de empresas de maior porte para Uruguaiana. É importante a arrecadação da usina, mas é irrelevante por causa dessa faixa de fronteira.

Delmar Kaufmann, secretário de Educação: a orizicultura e a pecuária caminham com as próprias pernas. Temos polos educacionais. Construimos três novos polos. Os alunos do meio rural não precisam mais vir até a cidade para estudar.

Francisco Alves: está na hora de parar de pulverizar votos, de dar votos a gente que nunca mais volta a Uruguaiana.

Elisabeth Felice: repassamos um bilhão e 100 milhões por ano para o governo federal. O orçamento municipal é de 120 milhões de reais. O governo federal só retorna 20 milhões de reais. Não temos condições de competir com altas taxas cobradas. Uruguaiana precisa de representantes no governo federal.

Luiz Carlos Sant'Ana: Uruguaiana é impostos e é exportação. A pecuária é importante, mas não tem valor agregado. Tem boi, mas vende vivo. O setor terciário é o que mais gera imposto.

José Carlos Becker: o mundo passa pela globalização. No ano passado os japoneses venderam um bilhão e 400 milhões aos pros argentinos. Quem deixou de vender? O Brasil. Temos oportunidade de crescer, mas o governo federal não atenta a isso.

Nas considerações finais, foram lembrados pontos levantados como os mais importantes para o desenvolvimento da cidade, como o comércio exterior, a agropecuária, o fim da termoelétrica a gás e a impossibilidade de investimentos devido à faixa de fronteira.

Rádio Gaúcha Debates do Rio Grande

EDIÇÃO SANTANA DO LIVRAMENTO

Aos dezoito dias de agosto de 2009, às 20 horas nas dependências da Unipampa, em Santa do Livramento, diante de uma assistência calculada em 350 pessoas, a Rádio Gaúcha deu seqüência ao seu projeto de reunir comunidades regionais do estado para avaliar sua realidade econômica e social e provocar o debate sobre suas potencialidades com vistas ao maior desenvolvimento. Contribuíram com prestimosa divulgação e cobertura antes, durante e após o evento, o jornal a Platéia e a Rádio RCC FM.

O encontro, com mediação do jornalista Lasier Martins, teve duração de mais de duas horas de exposições e debates, contando com os seguintes painelistas convidados:

1. Professora Maria Beatriz Luce, licenciada em pedagogia pela UFRGS, PhD em educação e reitora da Unipampa.
2. Valter Pötter, destacada liderança como empresário rural na área da agropecuária na região.
3. Laurí Kotz, despachante aduaneiro, presidente do Sindicato de sua categoria.
4. Antonio Righi, empresário super-mercadista, vice-presidente da Associação Comercial e Industrial e do Sindilojas de Livramento.

Maria Beatriz Luce abriu o debate destacando que a Universidade investe forte na Educação da Região. Destacou que o ideal seria investir nessa área como fazem países como Índia e Coréia. A intenção é voltar-se cada vez mais para o setor de pesquisa na região, já que é através dela que se faz a transmissão de conhecimento, trazendo muitos benefícios para a comunidade. Dessa forma, a região também acaba recebendo o retorno naquilo que paga em impostos, pois, a final, as pessoas que atuam na universidade se integram na sociedade e acabam consumindo, gastando e gerando impostos, além dessa contribuição primeira, que é a Educação. Hoje, já são mais de cinco mil alunos na Unipampa, todos em cursos inovadores. Um exemplo são as pesquisas na área da geofísica, que hoje prepara alunos para atender uma mais nova demanda da região.

Por seu turno, Valter Pötter abriu sua dissertação destacando que é preciso aumentar o PIB da região para desenvolvê-la. E um caminho para isso é a melhor distribuição de renda. E isso parte de três pontos, começando pela Educação básica da região melhorada, já que é deficiente. E essa deficiência se dá pela má conservação das estradas. Falta infra-estrutura no meio rural tanto para levar as crianças para a escola, como para escoar a produção. É preciso investir nessa infra-estrutura para que de fato as crianças cresçam, estudem e fiquem no campo. Outra questão é a Saúde. Os hospitais da região estão quebrados. E, por fim, é preciso mais Segurança no campo. Há abigeato, roubos de equipamentos, materiais e máquinas e até mesmo de herbicidas. E essa questão, como a do roubo de gado, pode ser diminuída com soluções simples. Os caminhões boiadeiros, por exemplo, poderiam ser abordados em todos os postos da Polícia Rodoviária. Também, o produtor rural precisa de mais apoio financeiros e incentivos. Citou o caso dos assentamentos. As pessoas não podem ser somente jogadas no campo. Para ele, a grande vocação dos assentamentos é a criação de cinturões verdes, ou seja, investir na produção de vegetais livres de agrotóxicos. Isso é grande mercado em expansão e que agrega valor ao produto. O problema é que o poder público não investe em nada, nem mesmo na pesquisa que é a base para tudo. O bioma pampa, por exemplo, está morrendo. Pragas estão acabando com os pastos e com o alimento do gado. Se não se combater esses intrusos, podem acabar com os campos.

Lauri Kotz destacou que não ouve falar em investimento de Comércio Exterior na região da fronteira. E para isso é preciso desenvolver o comércio logístico. O sindicato defende a modernização da atual aduana, que é retrograda e fiscalizatória, pensando na multa apenas como fonte arrecadatória, que a região precisa se unir para investir numa logística de comércio exterior. O Governo Federal criou os Centros de Logística Aduaneiros. O problema é que foi em regime de Medida Provisória, o que despertou pouco interesse dos investidores, que deveriam aplicar recursos nessa área. A fronteira deveria investir mais e melhor em seus produtos, visando as exportações. Hoje, somente grandes redes e empresas podem comprar e vender seus produtos além da fronteira. Propôs com ênfase que é preciso criar na região uma Zona de Processamento de Exportações, que alavancaria toda a região, transformando-a numa espécie de grande balcão, aonde as coisas seriam

compradas e vendidas. São ações que dependem do investimento da iniciativa privada que precisa se deter na adoção desta medida.

Por fim, na exposição individual de cada um por cerca de 10 minutos, Antônio Righi abriu sua explanação falando das dificuldades sociais da região, destacando que PIB é de menos de 700 Reais mensais per capita. É o mais baixo do Estado. Na região, chega a 8.290 reais. E, de Livramento, chega somente a 7.275. A taxa de desemprego é alta, chegando a 20 por cento. E, como se não bastas, a população ainda vem diminuindo pela evasão, pessoas que vão embora da região. Em Livramento, já são 12 mil habitantes a menos de cinco anos. Diante disto é urgente pensar a fronteira como área de livre comércio, um comércio bom para todos. O Brasil tem sido paternalista com países vizinhas, enquanto os brasileiros da fronteira sofrem com o descaso governamental.

Após as dissertações pessoais, os painelistas convidados passaram a responder perguntas escritas vindas do plenário e lidas pelo mediador. Valter Pötter insistiu nas respostas que o caminho é a industrialização, criando agroindústrias, agregando valor à produção de grãos da região. Para a Reitora Maria Beatriz é preciso pensar o desenvolvimento econômico muito próximo do social. Tem-se que pensar numa indústria para a região, fornecendo ferramentas tecnológicas e principalmente especialização das pessoas. Muitas vezes há trabalho, mas tem-se que buscar mão de obra capacitada fora porque não há uma especialização. Observou que também na área de serviços já não se encontram casas para alugar, como restaurante e hotéis preparados para isso. Universidade tem até deslocado servidores para preparar pequenas empresas da região, já que a maioria nem sequer pode participar de pregões da própria Unipamapa porque não estão com os impostos em dia. Por seu lado, Lauri Kotz propôs que uma solução é apostar nas áreas de livre comércio, com o apoio da iniciativa privada. E Antonio Righi afirmou que é preciso aproveitar melhor os recursos da região. Tem-se água de muita qualidade, então engarrafar e vender essa água mineral. Assim como várias opiniões vindas do plenário, outro investimento deverá ser feito na energia eólica, algo que começa a ser avaliado e já com indícios de aproveitamento pelos bons e típicos ventos da região.

De volta com a palavra, a Reitora Maria Beatriz comunicou a expansão da Unipampa em Alegrete, já que não faltam recursos. Pelo contrário, informando com muito otimismo que toda a equipe chega a trabalhar duro para conseguir investir todos os recursos disponibilizados pelo Governo Federal. A própria vinda e surgimento da Unipampa é exemplo de luta e mobilização da comunidade e que isto deve ser levado também para outros setores.

Para Pötter, os produtores têm que se unir mais em associações para ter foco e motivação para expandir, aprender e investir mais. E cada um deve fazer o seu papel e cobrar de sua classe política, cobrando de seu vereador, que cobra do deputado, do senador e aí por diante. Kotz, assim como Righi também defenderam mobilização, sendo que Righi reiterou que é preciso agregar mais valor a produtos próprios da região como a carne de tão boa qualidade e as pedras preciosas, que não tem recebido beneficiamento.

Com tão intensa e variada participação, a reunião foi encerrada com a casa lotada, confirmando a preocupação e alto interesse da comunidade em encontrar mais opções de desenvolvimento para a fronteira oeste, considerando sua depressão econômica, apesar dos potenciais que possui e foram levantados durante o debate. Para o devido registro do encontro, é lavrada a presente Ata, assinada pelos participantes : gerente de jornalismo, apresentador e produtor da Rádio Gaúcha e panelistas. Lavrou esta ata João Vitor Santos.

Livramento/Porto Alegre, 20 de agosto de 2009.

